



DÉBORA ASSUMPÇÃO E LIMA

**“A EXPANSÃO DA SOJA NA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA E AS
TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO TOCANTINENSE”**

CAMPINAS

2014



NÚMERO: 228/2014
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

DÉBORA ASSUMPÇÃO E LIMA

**“A EXPANSÃO DA SOJA NA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA E AS
TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO TOCANTINENSE”**

ORIENTADOR: PROF. DR. VICENTE EUDES LEMOS ALVES

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE
GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRA
EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL.**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO APRESENTADA PELA ALUNA DÉBORA
ASSUMPÇÃO E LIMA E ORIENTADA PELO PROF. DR.
VICENTE EUDES LEMOS ALVES.**

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

L628e Lima, Débora Assumpção, 1986-
A expansão da soja na fronteira agrícola moderna e as transformações do espaço agrário tocantinense / Débora Assumpção e Lima. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Vicente Eudes Lemos Alves.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Soja - Tocantins (Estado). 2. Geografia agrária. 3. Agricultura - Tocantins (Estado). 4. Economia agrícola. I. Alves, Vicente Eudes Lemos, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Soy expansion in modern agriculture frontier and the transformations into rural space in state of Tocantins

Palavras-chave em inglês:

Soybean - Tocantins (Estado)

Agrarian geography

Agriculture - Tocantins (Estado)

Agricultural economics

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestra em Geografia

Banca examinadora:

Vicente Eudes Lemos Alves [Orientador]

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

José Gilberto de Souza

Data de defesa: 06-08-2014

Programa de Pós-Graduação: Geografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: Débora Assumpção e Lima

"A EXPANSÃO DA SOJA NA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA E AS
TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO TOCANTINENSE".

ORIENTADOR: Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Aprovada em: 06 / 08 / 2014

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Vicente Eudes Lemos Alves Presidente

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

José Gilberto de Souza

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Campinas, 06 de agosto de 2014.

AGRADECIMENTOS

Apesar da autoria do trabalho aqui desenvolvido, os pensamentos aqui registrados envolvem diversas cabeças. A versão incorporada de cada uma delas pode não ser fidedigna, já que é impossível uma mineira não se apropriar das histórias, alongar fatos – mas aqui os fatos relatados, as análises realizadas são impressas sem perder a noção de sua contigência, já que a Geografia, pelo menos aquela em que se acredita, não pode criar modelos em que se encaixem a realidade, ou inventar um final mais poético como os de Guimarães Rosa. Não estaria se realizando um trabalho geográfico, e sim aproximando a dissertação a escritas fantasiosas, distorcendo o estudo a uma fôrma forjada em modelos teóricos centralizantes que não levam em conta o formato dos buritizais.

Primeiramente, gostaria de agradecer Mariana. Das montanhas mineiras às aventuras amazônicas, sua leitura sensível e poética do mundo faz cada história vivida mais fascinante. Obrigada pelo companheirismo – das crises asmáticas à alegria do gol.

À minha querida família consanguínea da qual tenho sorte de participar. Obrigada mais uma vez Mírian e Lima pelo apoio incondicional, e as orações fortalecedoras e salvadoras de Terezinha. À Geralda, pela força e generosidade compartilhada não só comigo, mas com o mundo.

Aos amigos da vida: à família do reivo que toma nova proporção territorial, agora espalhada pelo Brasil; aos amigos do Tocantins (Eder e Luciano), do Maranhão, de Roraima e do Nordeste. Às amizades intermitentes feitas nos caminhos acadêmicos e nas caminhadas de campo: espero que nos encontremos novamente, como as pontes secas nordestinas aguardam os rios sem nome que um dia novamente correrão por seus pés.

Aos amigos paulistanos Elder (Folha), Pedro, Priscila, Yssysay e William. A vida moderna parece menos tediosa e irritante na selva de pedra com a companhia de vocês. Aos amigos de Barão Geraldo pelo acolhimento; por fazer das rápidas estadias sempre uma celebração.

Um agradecimento especial aos queridos amigos que tiveram a paciência e o carinho de ler o trabalho, contribuir com leituras, questionamentos, críticas e elogios: Helena Fonseca (companheira fiel de intermináveis debates em que os conteúdos têm as mesmas finalidades sobre formas de pensar distintas. Do feminismo a geografia crítica, a amizade, as marchas e as cervejas continuam), Carlos Nobre (Cadu), Bruno Spardotto e Evaldo. À Mariana Leal, por fazer acreditar que é possível construir um mundo mais justo, ser militante e acadêmica. Uma amizade que nasce do campo. Vida longa as nossas caminhadas e parcerias. Obrigada por dar credibilidade aos trabalhos desenvolvidos ao longo do mestrado.

Ao professor Vicente. Por deixar o caminho do mestrado ser algo maior que a comprovação (ou não) de uma hipótese realizada em 24 meses. Pela possibilidade da dúvida e da experimentação: dar dois passos para frente e três para trás, andar em círculos, mesclar pensamentos. Pelo seu apoio à pesquisa como orientador, militante, extensionista e ouvinte dos dramas da vida privada. Obrigada pelos ensinamentos.

Ao professor Ricardo Castillo. Dentro das formalidades e do rigor científico encontrou sempre tempo para me receber com dúvidas, questionamentos e curiosidades, por mais tolas e ingênuas que fossem. Obrigada pelas oportunidades de aprendizado e pelo olhar acurado para as questões geográficas.

Aos professores Ariovaldo e Gilberto, pelos olhares amistosos e pelas leituras criteriosas que contribuíram de grande monta para a conclusão da dissertação. Obrigada por iluminarem o caminho que Adorno (1992, p.74-75) faz em *Mínima Moral*, no aforismo “Atrás do espelho”, mas também alertarem para o fato de que estamos todos numa fábrica de salsichas. Que o trabalho tenha perdido seu ecletismo e tenha ilustrado de forma mais clara e sistêmica as contradições do espaço agrário tocantinense.

Gostaria de agradecer à Raquel Pinheiro e seu companheiro, Ribamar, por abrirem suas casas, lutas, dificuldades e sonhos. Raquel representa cem mulheres em uma: artesã do capim dourado, representante das catadoras, assentada no Jalapão, mãe, mulher... Ribamar, um pesquisador nato: compartilhou suas análises sobre o Tocantins, sobre as dificuldades e as peripécias de um agricultor no Jalapão, além de ter sido o tradutor dos meandros

linguísticos existentes entre os homens do assentamento de Ponte Alta-TO e o meu quadrado letramento. Espero que uma parcela do que aprendi no pequeno tempo em que convivemos reflita no trabalho aqui confeccionado.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-graduação Val, Gorete e Valdir – por toda a competência e agilidade em ajudar nas maliciosas burocracias.

Aos órgãos do Estado visitados que abriram as portas para entrevistas, compartilhamento de materiais e dados: Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAGRO), em especial Marta e Mesquita, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em especial Vilmondes e Adelço, IBGE Palmas, em especial Paulo Ricardo, ADAPEC, em especial Marley e Raimundo, APA-TO, em especial Paulo, COAPA, em especial Érika e Silvana, Iteratins, Ruraltins, Naturatins, SEPLAN (Secretaria de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública), Prefeitura de Ponte Alta do Tocantins (em especial Luciene, do INCRA SR-26), Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Palmas, prof. Waldercy, campus de Porto Nacional professor Eliseu, campus Miracema professoras Márcia, Ana, Vânia e professor Miranda.

Agradeço à FAEPEX/UNICAMP pelo auxílio concedido para o desenvolvimento do mestrado.

“É possível dizer que todos os momentos mais notáveis da história da sociedade brasileira estão influenciados pela questão agrária. As rupturas políticas das últimas décadas, quando o Brasil já é um país bastante urbanizado e industrializado, também revelam essa influência. A questão agrária está presente na transição da Monarquia à República, do Estado oligárquico ao populista, do populista ao militar, na crise da ditadura militar e nos movimentos e partidos que estão lutando pela construção de outras formas de Estado. Há muito campo nessa história.”

(IANNI, O. 1984, p.7).



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**A EXPANSÃO DA SOJA NA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA E AS
TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO TOCANTINENSE**

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Débora Assumpção e Lima

O presente estudo busca compreender as transformações do espaço agrário do Tocantins a partir da expansão do plantio da soja. O estado em questão tem ganhado importância aos olhos de agricultores modernos e empresas hegemônicas, em principal pela grande oferta de terras e investimentos logísticos. Para tanto, a necessidade de compreender a fronteira como um movimento de expansão do sistema capitalista, material e simbólico, torna-se imprescindível. As ações do Estado, desde a constituição do Tocantins até a construção de infraestruturas, favorecem o avanço da agricultura moderna monocultora de grãos. O Projeto Agrícola Campos Lindos e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados desenvolvido em Pedro Afonso ratificam esse avanço, mas também revelam as precarizações das relações espaciais e a expulsão da agricultura camponesa. No entanto, a sobrevivência da agricultura camponesa pode garantir a produção da diversidade do espaço – diversidade esta não somente observada na produção de víveres, mas também nas formas resistentes às ordens hegemônicas do capital. Essas resistências ainda estão presentes ao longo do espaço tocantinense, passíveis de serem observadas no Projeto de Assentamento Santo Onofre localizado no município de Ponte Alta do Tocantins.

PALAVRAS-CHAVE: Tocantins, soja, fronteira, agricultura moderna, agricultura camponesa.



**UNIVERSITY OF CAMPINAS
INSTITUTE OF GEOSCIENCE**

**SOY EXPANSION IN MODERN AGRICULTURAL FRONTIER AND THE
TRANSFORMATIONS INTO RURAL SPACE IN STATE OF TOCANTINS**

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado

Débora Assumpção e Lima

The present study aims to comprehend the transformations caused by soy plantation in the agrarian space of Tocantins. The aforementioned state has become important for modern agriculturalists and hegemonic companies, especially because of abundant land and logistical investments. As such it is necessary to comprehend the frontier as an expansive movement of the capitalist, material and symbolic systems. Measure taken by the State, from the constitution of the state of Tocantins to the implementation of infrastructure, favor the growth of modern agriculture directed towards grain monoculture. The “Projeto Agrícola Campos Lindos” and the Program “Desenvolvimentos dos Cerrados” developed in Pedro Afonso confirm this growth but also reveal the precarization of spatial relations and the eviction of peasant agriculture. However, the survival of peasant agriculture can also ensure the production of diversity of space - a diversity that can be witnessed not only in the production of provisions but also in forms that resist the hegemonic order of capital. These resistances are present throughout the space of Tocantins, such as the Santo Onofre settlement located in the city of Ponte Alta do Tocantins.

KEY-WORDS: Tocantins, soy, frontier, modern agriculture, peasant agriculture.

SUMÁRIO

RESUMO	XIII
ABSTRACT	XV
ÍNDICE DE FOTOS	XIX
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XXI
ÍNDICE DE QUADROS	XXIII
ÍNDICE DE MAPAS	XXV
ÍNDICE DE TABELAS	XXVII
SIGLAS E ACRONISMOS	XXIX
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I. TOCANTINS: UM SERTÃO MISTURADO	15
1.1 O mundo da hinterlândia	18
1.2 Demarcando frentes e forças: a construção do território tocantinense	24
1.3 Da hinterlândia para o mundo: expansão da fronteira agrícola moderna e a mundialização da agricultura tocantinense	32
1.4 O avanço da agricultura moderna e a terra enquanto reprodução do capital	38

CAPÍTULO II: TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E AS CONTRADIÇÕES DA ESPACIALIZAÇÃO DO CAPITAL: CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA SOJA E PECUÁRIA NO TOCANTINS	51
2.1 Pecuária e hibridismo: da grilagem á exportação	59
2.2 Entre nós e correntes: as infraestruturas do agronegócio	69
2.3 A expansão da fronteira agrícola moderna e os monocultivos de soja	85
2.4 O avanço da agricultura moderna de grãos no Tocantins: o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados e o Polo Agroindustrial de Fronteira Campos Lindos	101
2.4.1 As transformações do espaço agrário de Pedro Afonso	101
2.4.2 As transformações do espaço agrário de Campos Lindos	1109
CAPÍTULO III. A AGRICULTURA CAMPONESA E A RESISTÊNCIA: PROPRIEDADE, PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO	117
3.1 Onde estão as terras férteis? Participação dos agricultores camponeses na produção agrícola	121
3.2 Projeto de Assentamento Santo Onofre: espaço de permanências e resistências	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
BIBLIOGRAFIA	143

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 2.1 Unidade da Masterboi no Tocantins	66
Foto 2.2 Acesso a estrada secundária a BR-153 não pavimentada próximo a Tocantinópolis	79
Foto 2.3 Barramento do complexo de Estreito	80
Foto 2.4 Entrocamento Modal de Porto Franco (MA)	82
Foto 2.5 Área de carregamento intermodal de Porto Franco (MA)	83
Foto 2.6 Produção de soja em Palmas com estrutura de armazenamento	95
Foto 2.7 Formas de armazenamento da soja no Tocantins	98
Foto 2.8 Trabalhadores da COAPA no esvaziamento armazéns para comercialização	107
Foto 3.1 Pequeno Produtor do Projeto São João	122
Foto 3.2 Produção de eucalipto e viveiro de mudas no Projeto São João	123

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 População Rural – Urbana do Tocantins 1950-2010	28
Gráfico 1.2 Preço médio das terras agrícolas brasileiras por região (R\$/ha)	41
Gráfico 1.3 Áreas ocupadas pela produção de soja no Brasil por região (mil ha)	42
Gráfico 1.4 Preço das terras agrícolas (R\$/ha) nos estados do corredor dos cerrados Centro-Norte (2004-2013)	43
Gráfico 1.5 Preço das terras agrícolas de soja (R\$/ha) nos municípios produtores do Tocantins (2004-2014)	45
Gráfico 2.1 Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio 1989-2012 (US\$ bilhões)	54
Gráfico 2.2 Rebanho bovino do Tocantins (1900-2012)	63
Gráfico 2.3 Exportação de carne do Tocantins (1997-2013)	65
Gráfico 2.4 Exportação de soja (em grãos, farinha e óleo) do Tocantins por portos (1997-2014) por mil toneladas.	84
Gráfico 2.5 Principais estados produtores de soja e o corredor Centro-Norte mil ton/ano (1979-2013)	87
Gráfico 2.6 Produção, produtividade e área ocupada pela soja no Tocantins	88
Gráfico 2.6 Produção de soja do Tocantins e exportação (1997-2013) por mil toneladas.	92
Gráfico 3.1 Produção agrícola por quantidade de área plantada no município de Ponte Alta do Tocantins (1990-2012)	132

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 Programas de incentivos fiscais ativos no Tocantins	71
Quadro 3.1 Principais projetos de Fruticultura do Tocantins	124

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 2.1 Efetivo de cabeça bovina nos municípios do Tocantins (2012)	63
Mapa 2.2 Corredores de escoamento e armazenagem do Corredor Centro-Norte	77
Mapa 2.3 Área plantada de soja no Tocantins 1990-2012	89
Mapa 2.4 Armazenagem e a Produção de Grãos nos Municípios do Corredor Centro-Norte no Corredor Centro-Norte	96
Mapa 3.1 Projetos Agrícolas do Tocantins	125

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1 Disponibilidade e discriminação de terras do Tocantins	40
Tabela 1.2 Valor da terra nua no Tocantins (2007)	46
Tabela 2.1 Projetos executados com recursos do PRODECER de 1978 a 2005	88
Tabela 2.2 Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor e tamanho da propriedade no município de Pedro Afonso (2006)	105
Tabela 2.3 Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor e tamanho da propriedade no município de Campos Lindos (2006)	111
Tabela 3.1 Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor do Tocantins (2006)	119
Tabela 3.2 Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor e tamanho da propriedade no município de Ponte Alta do Tocantins (2006)	128
Tabela 3.3 Número de estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário por forma de obtenção das terras e agricultura familiar do município de Ponte Alta do Tocantins (2006)	129

SIGLAS E ACRONISMOS

ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins

AAFASO – Associação dos Agricultores Familiares do Santo Onofre

Ahitar – Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia

APA–TO - Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins

CDLAF – Compra Direta Local da Agricultura Familiar

CDP – Companhia Docas do Pará

COAPA- Cooperativa Agroindustrial do Tocantins

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONORTE – Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano

CV – Companhia Vale

EFC – Estrada de Ferro Carajás

FAET – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITERTINS - Instituto de Terras do Estado do Tocantins

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JICA – Japan International Cooperation Agency

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

NATURATINS – Instituto da Natureza do Tocantins

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDA – Plano de Desenvolvimento de Assentamento

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNLT – Plano Nacional de Logística e Transportes

POLOAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

PRODIAT – Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins

PROINDUSTRIA – Programa de Industrialização Direcionada

PROLOGÍSTICA – Programa de Apoio à Instalação, Expansão e Operação de Empresas de Logística, Distribuição de Produtos e Transporte Aéreo no Estado do Tocantins

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROSPERAR – Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PSL – Política Setorial do Leite

SEAGRO- Secretaria de Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário do Tocantins

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Modernização da Gestão Pública do Tocantins

SPEVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônica

RURALTINS- Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

UFT – Universidade Federal do Tocantins

INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa por vezes é um trabalho revelador, no sentido de adensar leituras e informações acerca de um objeto de estudo. Contudo, quando posto no papel ele acaba limitando aquela que o escreve, uma vez que oculta o processo que levou a geógrafa a tomar certos caminhos¹. Uma grande preocupação foi começar pelo fim: que o trabalho aqui desenvolvido pudesse solucionar alguns problemas espaciais da área de estudo, isto é, que surgissem apontamentos, mesmo que não revolucionários, mas minimamente transformadores, paliativos às desigualdades que se manifestam neste vasto mundo chamado Brasil e no “novo mundo” adentrado – o Tocantins. Contudo, é importante frisar a limitação deste trabalho, e espero que a motivação ao ler o texto não seja o percurso da solução, e sim o da descoberta, pois o caminho daquela que o escreve está apenas começando. “A estrada é a raiz da práxis”, afirma Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1997, p.2).

O rio que nasce em Goiás, percorrendo sentido norte, cortando o Tocantins e o Pará até desaguar no delta amazônico foi nomeado em referência aos antigos povos da região, que tinham acepções semelhantes: Tacamedus (habitavam as margens do rio), Tacandiras (o mesmo que Tocandiras), Tacanhunas, Tocabanos, Tocantis, Tocabanos, Tucanos, entre outros, confluindo no nome Tocantins (FERNANDES NETO, 2012). As dificuldades de acesso e penetração ao norte levaram a concentração demográfica ao sul do antigo Goiás, que atingia no máximo a altura do médio Tocantins. O rarefeito povoamento do norte foi avançando na medida em que a atividade de mineração ia declinando, e a agricultura, a pecuária e o comércio regional iam aumentando. A decadência do ouro empresta um caráter agropastoril aos novos empreendimentos surgidos no entorno dos núcleos urbanos e ao longo dos caminhos. É possível afirmar que mineradores abastados e grandes comerciantes

¹ “O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comportar apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação” (MARX, 2011, p. 55).

moradores dos centros urbanos possam ter protagonizado a montagem de fazendas, diversificando suas possibilidades de ganho organizando o circuito do capital mercantil (NOGUEIRA, 2012).

Contudo, as relações intermitentes com o sul de Goiás levou o “nortão goiano” ir firmando vínculos comerciais com o Maranhão e o Pará.

O primeiro sentimento separatista de Goiás e Tocantins foi em 1809 contra as cobranças de pesados tributos na mineração. Já em 1956, o juiz de Direito da Comarca de Porto Nacional elaborou e divulgou um Manifesto à Nação, revigorando a ideia da criação do novo estado. Diversas emendas foram apresentadas pela criação do estado do Tocantins e, no dia 27 de julho de 1988 foi criado o novo estado. Em 1º de janeiro de 1990, o governo instalou-se na definitiva capital Palmas (BRASIL, 2001).

O Tocantins está situado entre os paralelos 6º e 13º latitude sul e os meridianos 46º e 51º longitude oeste. Limita-se ao norte com o Maranhão; a leste, Piauí e Bahia; ao sul com Goiás e, a oeste, com os Estados do Mato Grosso e Pará. Localiza-se na região Norte, fazendo parte da Amazônia Legal e ocupando uma área de 277.720,520 km², com uma população de 1.478.164 habitantes e densidade demográfica de 4,98 habitantes/km² (IBGE, 2012). Dois rios dominam sua geografia: o rio Tocantins, que percorre todo o estado de sul a norte e o rio Araguaia, que também tem como sentido de sul a norte na divisa do Mato Grosso e Pará. Quando criado, o estado contava com aproximadamente 60 municípios. Atualmente, é constituído de 139 municípios, divididos em 15 Regiões Administrativas com as seguintes sedes: Araguatins, Arixá do Tocantins, Tocantinópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Gurupi, Natividade, Dianópolis, Taguatinga do Tocantins, Arraias e Alvorada do Tocantins.

A partir dos levantamentos bibliográficos realizados percebe-se os motivos que levam o Tocantins a estar localizado nos confins do sertão brasileiro. De acordo com o número de trabalhos encontrados nota-se que, mesmo em relação aos estudos desenvolvidos sobre o Norte do Brasil, ou até mesmo acerca da chamada Amazônia Legal, o Tocantins não é central aos estudos destas regiões e tampouco na Geografia Agrária. Tentou-se citar o maior número possível de trabalhos que pudessem auxiliar a compor um

léxico sobre o Tocantins, sua formação territorial, a expansão da fronteira agrícola na hinterlândia, e as questões agrárias da área de estudo – não para tornar o trabalho mais prolixo, mas para vivificar estudos que abarcassem questões tocantinenses, permitindo uma visão mais acurada dos *espaços opacos* (SANTOS, 1994) brasileiros, todavia não menos importantes para compreender as contradições envolvidas nas manifestações do território.

O objetivo ao redor do qual se reuniram esforços para a concretização desta dissertação foi como a entrada de atores hegemônicos vinculados à expansão da agricultura moderna transformou a dinâmica territorial agrária do Tocantins. Neste sentido, tornou-se fundamental apreender as ações e os agentes responsáveis pela expansão da agricultura moderna no setor de grãos e pecuária. Escolheu-se o *circuito espacial produtivo*² da soja para compreender a (re)organização do território tocantinense, principalmente na parte centro-leste do estado próxima aos estados do Piauí, Bahia e Maranhão, mas nem por isso, esse movimento modernizador eliminou a agricultura camponesa, pelo contrário, ela resiste ao avanço da modernização agrícola e permanece com sua importância tanto para a produção de alimentos quanto para a reprodução da vida em todas as suas dimensões.

Tal escolha corrobora a Região do complexo geoeconômico e social do Corredor Centro-Norte instituída pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 228/2012. O corredor abrange os estados do Maranhão, do Piauí e do Tocantins, em sua totalidade; o estado de Goiás, acima do paralelo de 16° de latitude; os municípios do sudeste do Pará e o nordeste do Mato Grosso³.

O Corredor Centro-Norte se constitui no principal conjunto multimodal de transportes, destinado a interligar a região central do País ao Norte e ao Nordeste, através da Hidrovia Araguaia-Tocantins, da Ferrovia Norte-Sul e da Estrada de Ferro Carajás, com integração ao sistema rodoviário convencional e ao sistema ferroviário da Companhia Ferroviária do Nordeste.

² Por *circuitos espaciais de produção* pressupõe-se a circulação de fluxos materiais e imateriais no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, comercialização e consumo num movimento permanente. “A expansão dos circuitos espaciais produtivos torna mais complexa a gestão e o ordenamento dos fluxos materiais e imateriais, fazendo das grandes corporações os agentes privilegiados da articulação entre os lugares, ou seja, da unificação das diversas etapas, geograficamente segmentadas, da produção” (CASTILLO e FREDERICO, 2011, p.462).

³ Entretanto, a CONAB inclui o Oeste da Bahia para as análises do corredor Centro-Norte, região que também se destaca pelo avanço da agricultura moderna via expansão do plantio de grãos para exportação.

A importância estratégica do corredor está relacionada à necessidade premente de escoar a produção agrícola, mineral e industrial da região central do País, bem como na necessidade de dotar essa área, que corresponde a mais de 40% do território brasileiro, da infraestrutura exigida pelo seu expressivo dinamismo econômico[...] A implantação de um programa especial para a área do Corredor Centro-Norte contribuirá inegavelmente para a integração nacional, minimizando os custos do transporte de longa distância e interligando as regiões Norte e Nordeste com o Sul e Sudeste, por meio das conexões ferroviárias, rodoviárias e fluviais. (BRASIL, 2012, s/n).

Essa área de avanço do capital nos cerrados centrais e setentrionais que tem como “carro-chefe” atividades agrícolas com elevada concentração de capital, organização e tecnologia, e já apresenta pontos conectados à logística da soja, como Imperatriz (MA), Porto Franco (MA), Uruçuí (PI), Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (BA), criando um movimento de descentralização seletiva nas áreas do Centro-Oeste para os cerrados do Norte e Nordeste.

Os arranjos territoriais da produção agrícola se complexificaram através de um globalizado sistema no qual a atividade agrícola baseia-se na commoditização de seus produtos, efeito da centralização de capitais industriais, logística e hierarquia se sobrepõem (ELIAS, 2006a; 2007). O investimento de capitais também é concentrado ao longo do território, em lugares que possibilitam a rápida entrada dos aparatos tecnológicos voltados à agricultura, grandes propriedades de terra e infraestruturas rapidamente conectadas ao mercado global regido por interesses do capital e do Estado, este último em ações antitéticas via políticas de incentivos ao agronegócio e políticas voltadas ao pequeno agricultor. Tal concentração de bens materiais e imateriais “reforça a seletividade de distribuição das políticas públicas, dos sistemas de objetos e dos sistemas técnicos agrícolas modernos” (ELIAS, 2007, p.57), aumentando as especificidades produtivas do território, uma vez que os objetos técnicos são cada vez mais especializados, atendem a demandas específicas. O território torna-se mais vulnerável a dinâmica de um circuito especial de produção à medida que se insere num contexto de produção global.

Para compreender certas determinações territoriais do avanço da agricultura moderna no espaço tocantinense, tornou-se necessário analisar a entrada dos fixos e fluxos⁴ ligados a essa agricultura, principalmente voltada ao plantio da soja, de modo a entender porque no momento atual o Tocantins torna-se uma área cobiçada pelos agentes hegemônicos promotores da agricultura moderna e quais foram os rearranjos territoriais que permitiram o avanço das áreas de cultivo de soja na hinterlândia brasileira. É possível observar tal questão sob um viés intrínseco e extrínseco dos circuitos espaciais de produção: o que faz do Tocantins uma manifestação singular e o que o liga à dinâmica mundial, não controlada pelos fenômenos locais. Tais movimentos se relacionam com o avanço da fronteira agrícola a partir de monocultivos tecnificados controlados por empresas monopolistas transnacionais que detém o controle do circuito espacial da soja – desde a semente híbrida ao banco de crédito e compra do produto, intensificando a subsunção da natureza e das relações de produção. Esses movimentos estão diretamente relacionados com o avanço da lógica mercadológica do valor de uso (em especial, o valor de uso da terra). A fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia do ponto de vista demográfico, mas sim do ponto de vista da apropriação de um sistema, o capitalista, e a consolidação da apropriação desse sistema acontece quando se instaura uma doutrina de esvaziamentos dos espaços ocupados, como diria Martins (1979).

A pecuária é uma atividade fundamental para compreender as questões agrárias do Tocantins. Sob o prisma dos *circuitos espaciais produtivos*, a pecuária poderia ser classificada como um híbrido, uma atividade que abarca agentes dos mais variados graus de tecnificação. Num primeiro momento, a pecuária atendeu aos movimentos de expansão da fronteira agrícola, movimentos não sistêmicos, com características ainda errantes, em que os vaqueiros e pioneiros associavam o avanço da fronteira como o encontro ao desconhecido, à aventura, ao mistério do enriquecimento e desbravamento da hinterlândia. Em um segundo momento, a pecuária já se encontra a serviço da grilagem e especulação de

⁴ Fixos são estruturas materiais que condicionam ações, a constituição da base técnica que modifica os lugares. Os fluxos podem ser considerados como o resultado das ações que se instalam em determinados lugares, modificando a significação e o valor dos fixos e das próprias ações (SANTOS, 2006). “Quatro grandes fluxos que atravessam o espaço geográfico: os movimentos de pessoas ou fluxos migratórios; os movimentos comerciais ou de mercadorias; os movimentos de informações ou fluxos informacionais; e os movimentos capitais ou fluxos monetários e financeiros.” (DIAS e SILVEIRA, 2005, p.11).

terras – de agentes que comandam as ações hegemônicas que servem ao capital⁵. A ocupação com gado bovino de corte é realizada a baixos custos, permitindo a capitalização da agricultura e ao mesmo tempo justificando a apropriação de grandes quantidades de terra (BECKER, 1982; OLIVEIRA, 1997). Atualmente, parte da atividade da pecuária se tecnificou e também participa do mercado global. Juntamente com a soja, responsável por 74,87% das exportações do Tocantins, a pecuária e a soja compõem 99,62% da pauta de exportações do estado (TOCANTINS, 2012b).

Ao longo do trabalho o setor sucroenergético não foi uma das atividades agrícolas escolhidas para refletir a expansão da agricultura moderna no Tocantins. Esse setor está localizado majoritariamente no sudeste do Tocantins, região próxima ao estado de Goiás, segundo maior estado produtor brasileiro de cana-de-açúcar (IBGE, 2012). Além desta região, existe uma usina sucroalcooleira da Bunge Alimentos no município de Pedro Afonso, localizado à nordeste do estado. As atividades da usina tiveram início em 2011. O plantio do canavial foi realizado anteriormente, em 2007, com um viveiro de mudas em 237 hectares. Em 2012, já eram mais de 30 mil hectares plantados⁶. Entretanto, a Bunge que inicialmente havia comprado e arrendado áreas de produtores de soja falidos que participaram dos financiamentos do PRODECER III tem se estabilizado, obtendo baixa produtividade em grande parte por causa solos arenosos da região e não registrando avanços posteriores sobre outras atividades agrícolas como a soja e a pecuária⁷.

⁵ A partir de Lencione (2012, p.4) é importante ressaltar que “há um processo de acumulação primitiva, um processo que se desenvolve junto ao processo de reprodução no transcurso da história do capitalismo. Ou seja, tanto a acumulação primitiva do capital como a reprodução do capital são imanentes ao processo de desenvolvimento da sociedade capitalista. Compõem dois movimentos que veem se combinando e se retroalimentando, sendo movimentos constitutivos do capitalismo. Há uma dialética entre acumulação primitiva e reprodução do capital, na qual a primeira tem como fundamento a espoliação (não importando o tempo histórico, sempre se trata de espoliação, expropriação, desapossamento) e, a segunda, a reprodução, que tem como fundamento a exploração, quer fundada em formas e relações sociais de produção especificamente capitalista ou não”.

⁶ “Organizado pela ProCana, a maior empresa de comunicação do setor de açúcar e bioenergia, o Prêmio Mastercana premia os melhores do ano no setor sucroenergético. A Usina Pedro Afonso, da Bunge Brasil, foi a grande vencedora da região Nordeste na categoria Mastercana Desempenho 2012 – Agronegócio & Logística. [...] A usina Pedro Afonso possui capacidade de moagem de 2,5 milhões de toneladas de cana e em 2011 já produziu mais de 100 milhões de litros de etanol. A partir de 2013, além de produzir etanol, a usina já irá gerar energia elétrica (190 mil Mwh/ano)” (retirado do site da Bunge. Disponível em <http://www.bunge.com.br/Imprensa/senai-tocantins-e-bunge-assinam-termo-de-cooperacao-na-usina-pedro-afonso>).

⁷ A entrada da cana nesta região foi estratégica, aproveitando os investimentos de correção e fertilidade de solos realizados com financiamento do PRODECER. Apesar de estar estagnada atualmente, já foram feitos

A partir das atividades econômicas da pecuária bovina e do plantio de grãos pode-se compreender a fronteira agrícola por três principais aspectos: o imaterial e simbólico, onde o outro é degradado para viabilizar a existência do dominador, do explorador (MARTINS, 1997); a produção de alimentos, em que é possível intensificar as áreas já ocupadas, fortalecendo o domínio da natureza pelo capital e também incorporar novas áreas, onde o custo da intensificação do capital determina o ritmo da incorporação produtiva das terras (SILVA, 1982). O terceiro aspecto de compreensão da fronteira se dá via relações de trabalho, modificadas pela expropriação dos camponeses e pelos fluxos de migração que são absorvidos.

Ao longo da dissertação, priorizaram-se os movimentos da fronteira e suas formas de apropriação do espaço e a partir do avanço do capital, analisados pelas transformações agrícolas a fim de compreender os movimentos de expansão e complexificação do avanço do sistema capitalista no campo. Neste sentido, a aceção de fronteira adotada foi a de “fronteira agrícola moderna”, entendendo-a como metonímia deste complexo movimento de avanço capitalista via industrialização da agricultura. As "fronteiras agrícolas" têm padrão espacial estreitamente vinculado à expansão das vias de circulação; atrelados a movimentos espontâneos de imigração e de iniciativa de projetos de colonização oficial ou privado, podendo estar especializadas em um único produto, como o arroz, a soja e o trigo, ou na policultura, com grau de tecnificação e investimento variados (MACHADO, 1992).

A abordagem metodológico-conceitual para compreender as contradições da produção do espaço no decorrer do trabalho caminha junto à fronteira, onde a sociedade capitalista se confronta com o “novo”. “Trata-se de analisar como, em sua expansão, o modo de produção capitalista se apropria do espaço, articulando-se de diferentes maneiras com as formas de organização da produção preexistentes” (BECKER, 1982, p. 163).

estudos da capacidade produtiva para o setor sucroenergético do estado, que pode comportar 24 usinas. Cada usina necessitaria de 30 a 40 mil ha de plantio de cana-de-açúcar. Há também experimentos para produção de etanol a partir da mandioca e outros tipos de tubérculos como batata e inhame. A mesma usina processaria concomitantemente grãos para a produção do álcool. A produtividade da usina, que ainda não está em funcionamento, não atinge os patamares da produção a partir da cana (aproximadamente 70% do esperado), mas o álcool produzido é de maior pureza, podendo ser utilizado pelas indústrias farmacêutica, cosmética e de bebidas. Tais informações concedidas em trabalho de campo também estão presentes no trabalho de Fornaro (2012, p. 94-95).

Na fronteira a natureza se esbate por entre a paisagem criada pelos homens. Apesar de a natureza ser atenuada, a relação é dialética, uma vez que homem transforma a natureza através de sua técnica e trabalho, e ao mesmo tempo transforma a si mesmo. Para Marx, esta relação é sempre conflituosa, já que as relações entre homem e natureza são medidas por relações sociais, que também apresentam em sua essência o conflito. A relação homem-natureza assumiu uma progressiva

separação entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização – ou seja, separação entre os meios de trabalho e o objeto de trabalho... E, portanto, acima de tudo, separação entre o trabalhador e a terra como seu laboratório natural (MARX, 1986, p.17).

Não se deve compreender que técnica e trabalho são semelhantes, todavia, a técnica está diretamente ligada à ação do trabalho. A implementação de um modelo técnico é a medição entre o trabalho e o mais-valor, mas não substitui o conceito de trabalho em si.

A técnica, esse intermediário entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com homem, do homem com as coisas, bem como a relações de classes sociais entre si e as relações entre as nações (SANTOS, 2009, p. 16).

De acordo com Santos (1994; 2009), a técnica é responsável pelo modo de produção e, por conseguinte pelas relações de trabalho, e não o contrário. O trabalho é entendido como categoria dentro do sistema de produção vigente, ou seja, o capitalista. A técnica, com sua relação direta ao trabalho só permite a concepção do trabalho objetivado, pressupondo um espaço no qual a racionalidade não tem outra razão que não o lucro, ou até mesmo que “a produção depende do artifício [técnico], subordinando-se aos determinismos do artifício” (SANTOS, 1994, p.41).

Técnicas agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, da difusão da informação, dos transportes, das comunicações, da distribuição, etc.; técnicas que, aparentes ou não em uma paisagem, são, todavia, um dos dados explicativos do espaço. [...] Essas técnicas se efetivam em relações concretas, relações materiais ou não, que presidem a elas, o que nos conduz sem dificuldade de modo de produção e relações de produção. (SANTOS, 1994, p.57)

Esta concepção tecnicista cria uma relação fetichista entre a técnica e o trabalho. O trabalho passa a ser a reificação das relações humanas, esquecendo que o trabalho é uma categoria ontológica. De acordo com Marx, o único valor de uso que pode constituir uma antítese do capital é o trabalho, enquanto trabalho não objetivado; já que o trabalho é a força motora da criação de valor capitalista, enquanto trabalho produtivo, trabalho objetivado, como capital. Ora, a troca entre capital e trabalho enquanto trabalho objetivado é uma apropriação, pressuposto do mais-valor; “devir do capital a partir do dinheiro” (MARX, 2011, p.214).

A separação da propriedade do trabalho aparece como lei necessária dessa troca entre capital e trabalho. O trabalho, posto como não *capital* enquanto tal, é: 1) *trabalho não objetivado, concebido negativamente*[...] Enquanto tal, o trabalho é não matéria-prima, não instrumento de trabalho, não produto bruto: trabalho separado de toda a sua objetividade. O trabalho vivo existindo como *abstração* desses momentos de sua real efetividade (igualmente não valor): esse completo desnudamento do trabalho, existência puramente subjetiva, desprovida de toda objetividade. O trabalho como *pobreza absoluta*: a pobreza não como falta, mas como completa exclusão da riqueza objetiva. Ou ainda, como o não *valor* existente e, por conseguinte, valor de uso puramente objetivo, existindo sem mediação, tal objetividade coincidente com sua imediata corporalidade[...] 2) *Trabalho não objetivado*,[...] O trabalho não como objeto, mas como atividade; não como *valor* ele mesmo, mas como a *fonte viva* do valor. A riqueza universal, perante ao capital, no qual existe de forma objetiva como realidade, como *possibilidade universal* do capital, possibilidade que afirma enquanto tal na ação. Portanto, de nenhuma maneira se contradiz a proposição de que o trabalho é, por um lado, *pobreza absoluta como objeto* e, por outro lado, a *possibilidade universal* da riqueza como sujeito e como atividade, ou melhor dizendo, essas proposições inteiramente contraditórias condicionam-se mutuamente e resultam da essência do trabalho, pois é *pressuposto* pelo capital como antítese, como existência antiética do capital e, de outro lado, por sua vez, pressupõe o capital. (MARX, 2011, p.230, grifo do autor).

O trabalho seria a ação do homem no espaço, material e imaterial. Deste modo, o espaço não resultaria “da representação de um objeto e de sua relação com outros objetos, mas das relações constitutivas do sujeito concreto da história, portanto, não se trata de uma representação em si, mas objetivamente do sujeito cognoscente, produtor do espaço” (SOUZA, 2009, p.105).

As transformações do território devem ser refletidas a partir de diversos agentes, não esquecendo aqueles que ocupavam o espaço tocantinense antes da entrada da soja. O território é a construção da objetivação e da intencionalidade, como uma categoria dinâmica e como reflexo das relações de poder. Tais relações devem ser analisadas também nos seus diferentes contextos históricos.

A dinâmica territorial precisa ser analisada em sua historicidade e em seu verdadeiro conteúdo de classe. As representações da sociedade sobre o território e a necessidade de sua consolidação, como resistência, são basilares para as transformações sociais, para as rupturas que devem ser produzidas no confronto com as lógicas e práticas sócio-espaciais do capital (SOUZA, 2009, p.126).

As resistências sociais não anulam as forças econômicas do agronegócio, mas podem em certa medida desacelerar e recombina as estruturas espaciais pré-concebidas. Desta forma, mesmo com a força material e imaterial do agronegócio, não se pode abandonar o discurso do sertão. A fronteira representa o movimento do homem sob a dominação do outro, homens e natureza, concebida aqui como unidade diferenciada, não totalizante e não constituinte do homem. Já o sertão, não se trata de um resultado de processos da natureza, mas também de uma construção humana, um símbolo imposto e de baixa valoração a partir do prisma do capital, “um território não urbanizado, morada do “bugre”, do caboclo, do caipira, do quilombola, do ribeirinho, do caiçara” (MORAES, 2003, p.17); o sertão pode ser o lugar dos esquecidos. Habitado pelos marginais, estes espaços “vazios” do olhar daqueles que o veem de longe pode ser *opaco*⁸. Os gerais e as

⁸ Apesar do paralelo traçado, é importante não confundir ‘espaços vazios’ e ‘espaços opacos’. Sobre espaços vazios, considera-se a rarefação populacional. Já sobre os espaços *opacos* pode-se dizer que “do ponto de vista da composição quantitativa e qualitativa dos subespaços (aportes da ciência, da tecnologia e da informação), haveria áreas de densidade (zonas ‘luminosas’), áreas praticamente vazias (zonas ‘opacas’) e uma infinidade de situações intermediárias, estando cada combinação à altura de suportar as diferentes modalidades do funcionamento das sociedades em questão” (SANTOS, 1994, p.48).

veredas guardam riquezas⁹ não reveladas ao olhar daquele que procura algo certo. É pelas margens que o todo se reconstrói, que o todo pode ser possível.

A voz do grito que ecoa não é natural. Ela emerge dos pulmões dilacerados pela superexploração do trabalho, mas reverberam ainda no sorriso colorido tonalidades vivas de resistência, incompreensível por aqueles que não mais acreditam no poder da transformação. Como diria Becker (2005, p.73): “mas, com sangue, suor e lágrimas deve-se reconhecer o que restou de positivo nesse processo, porque são elementos com os quais a região conta hoje para seu desenvolvimento. E não se pode esquecê-los”. Apesar de compreender que o sertão não pode ser mensurável, já que a fronteira é movimento e seu avanço em prol do desenvolvimento¹⁰, da valoração do espaço dentro do capital, do “fim do atraso”, a ação de chegar até o sertão é desconstruí-lo, não necessariamente colocando-o como centralidade, mas certamente transformando-o com elementos homogêneos, produzindo-o a partir do mesmo modo de produção.

⁹ Ao procurar a definição de *riqueza* no “Dicionário de Política” de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1997), o termo não aparece como um verbete em si, mas atrelado aos conceitos de “burguesia”, “classe”, “conflito”, “estratificação social”, “igualdade” e “nobreza”. A *riqueza* pode ser considerada como a forma mais generalizada de recompensa da sociedade moderna ocidental, sobretudo porque, em sua forma monetária, é um bem transformado rapidamente em outros bens (p.444).

Na ótica de Weber, “no período em que o capitalismo burguês estava na fase inicial de sua formação e afirmação, caracterizado pela nova organização racional do trabalho, este é exaltado como o fundamento da existência social e da vida religiosa, por ser o meio de produção da riqueza material (isto é, do sinal do sucesso humano) e da riqueza moral de cada cidadão (isto é pacificação interior)” (p.120). Pensando na sociedade de classes, a classe, organização social que só pode ser reconhecida frente à outra, é determinada pelas relações poder, distribuídas por certos valores sociais - a riqueza, por exemplo. Contudo seria extremamente difícil construir estratos segundo o grau de poder, já que “o poder é um valor particular, não só porque determina a distribuição de todos os demais valores, mas, sobretudo porque, sendo exercido sobre os homens, uns são os que detêm, outros os que o suportam, tornando-se por isso, difícil considerá-lo um recurso distribuído (p.175)”.

Contudo, é necessário refletir sobre a riqueza na ótica de Marx que pondera: “quando despida de sua estreita forma burguesa, o que é a riqueza, senão a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtoras, etc., dos indivíduos, adquirida no intercâmbio universal? O que é, senão o pleno desenvolvimento do controle humano sobre as tais forças naturais – tanto as suas próprias quanto as da chamada ‘natureza’? O que é senão a plena elaboração de suas faculdades criadoras, sem outros pressupostos salvo a evolução histórica precedente que faz da totalidade dessa evolução de todos os poderes humanos em si, não medidos em um padrão previamente estabelecido – um fim em si mesmo? O que é a riqueza, senão uma situação em que o homem não se reproduz a si mesmo numa forma determinada, limitada, mas sim em sua totalidade, se desvencilhando do passado e integrando no movimento absoluto do tornar-se?” (MARX, 1986, p.81).

¹⁰ Para Celso Furtado (1992) as “teorias do desenvolvimento são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o consequente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social. Esta última não se deu, conforme vimos, desde o começo da industrialização capitalista. Mas, alcançado certo grau de acumulação, ela fez-se inerente ao processo de desenvolvimento” (p.6). Já o crescimento econômico está associado ao crescimento da renda per capita, não envolvendo necessariamente as transformações citadas acima (BRESEER-PEREIRA, 2007).

Como afirma Milton Santos (1979): vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações, indispensável à sua legitimação. Mas esses discursos são tão artificiais quanto às coisas que explicam, criando uma projeção distorcida da realidade. Apesar o avanço da soja no Tocantins estar acontecendo de forma avassaladora, vê-se que a diversidade da agricultura camponesa ainda é a maioria em número de propriedades no Tocantins. Contudo, o discurso do Estado é construído a partir da expansão e da homogeneização da soja, esquecendo-se da importância do pequeno agricultor para o abastecimento de alimentos, focando seu discurso apenas nas pautas de exportações.

“A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança.” (MARTINS, 1996, p.26). A fronteira deve ser enfrentada como um espaço ainda capaz de gerar realidades novas. É mais que necessário estrangular o discurso dos vencedores, dos atores hegemônicos, que alimentam um Brasil-colônia que “deu certo” e dar espaço à voz daqueles que ainda não perderam.

* * *

Para analisar as apropriações do avanço da fronteira agrícola moderna e suas transformações no espaço agrário tocantinense dividiu-se o trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo objetiva-se compreender o debate que envolve a fronteira. Em suas diversas acepções, a fronteira sempre pressupõe movimento, um embate de forças entre diferentes formas de reprodução da vida. No caso da fronteira agrícola, tal fenômeno manifesta a dominação de um sistema de cultivar atrelado ao mote capitalista, tendo como sua expressão máxima a agricultura globalizada. As mudanças da relação com a terra transformam o sertão, modificam as “terras devolutas” do Estado em grandes propriedades privadas. Com a expansão de um sistema de viário e projetos de desenvolvimento o Estado auxilia a entrada do capital nacional e estrangeiro no tanto na Amazônia quanto no território tocantinense. Vale lembrar que a própria construção do Tocantins está calcada em acordos políticos das elites locais para a manutenção do latifúndio, para a permanência dos privilégios de classe e do avanço capitalista no campo. Com terras baratas e políticas de incentivo à agricultura moderna para adentrar os cerrados e a Amazônia tocantinense, a

agropecuária de exportação torna-se o pilar de desenvolvimento do estado.

No segundo capítulo, pretende-se analisar os processos que levaram a modernização da agricultura no Tocantins, tendo alicerce o circuito espacial produtivo da soja. A expansão da agricultura capitalista moderna cresce abruptamente no estado tocaninense a partir da década de 1990, com o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados III (PRODECER) implementado em Pedro Afonso e com o Projeto Agrícola de Campos Lindos. Atualmente, estes dois municípios ganham destaque pela produção de grãos para exportação. Entretanto, o rápido avanço da soja e seu sistema racionalizante de produção expulsam a diversidade produtiva dos posseiros e extrativistas que habitavam este lugar antes da chegada da soja. A fronteira explicita o conflito entre as possibilidades de uso da terra, entre o agronegócio e a agricultura camponesa e, os déficits de alimentos nas Centrais de Abastecimento do Tocantins revelam as consequências do modelo agrícola latifundiário exportador. A presença das grandes empresas relacionadas à cadeia do agronegócio é crescente nos últimos anos, sobretudo nos processos de produção, financiamento e circulação da soja. As relações de monetarização estabelecidas entre as *tradings* da soja e os produtores levam frequentemente à subordinação desses últimos em relação às primeiras. Aumenta-se a fragilidade do lugar, uma vez que a dinâmica espacial está fortemente atrelada às empresas que controlam o circuito espacial produtivo da soja e das oscilações desta mercadoria no mercado internacional.

Os entraves entre a reprodução do capital e a reprodução da vida é o que motiva o desenvolvimento do terceiro capítulo. A estrutura monocromática dos mares de soja que se adentram no Tocantins ameaça a manutenção da agricultura camponesa, ainda predominante no estado. O Estado é o elo que media as condições para a reprodução do capital, seja normatizando as demandas do mercado, seja executando e financiando infraestruturas para atender as novas necessidades das grandes empresas, ou ainda, arcando com novos custos sociais. Esse posicionamento do Estado exclui o camponês dos pactos políticos, das políticas agrícolas, inviabilizando sua produção e sua permanência no campo. Concorde-se que a força do tempo homogêneo das grandes empresas está cada vez mais presente no cotidiano do tocaninense, mas este processo não se mostra como consolidado, permitindo ainda o tempo da esperança, onde o espaço da fronteira pode criar novas lógicas de reprodução da vida, ainda não moldada pelos formatos hegemônicos do capital. A

sobrevivência da agricultura camponesa pode garantir a produção da diversidade do espaço – diversidade esta não somente observada na produção de víveres, mas também nas formas resistências às ordens hegemônicas do capital. Essas resistências ainda estão presentes ao longo do espaço tocantinense, passíveis de serem observadas no Projeto de Assentamento Santo Onofre localizado no município de Ponte Alta, onde se analisa de que maneira esses assentamentos são importantes como espaços produtivos de alimentos, mas também para a reprodução da vida camponesa.

CAPÍTULO I. TOCANTINS: UM SERTÃO MISTURADO

Pensar a sociedade e o território brasileiro de hoje exige buscar elementos no seu passado que apontem os caminhos percorridos pelo país ao longo de sua formação, onde os fragmentos pretéritos se justapõem e se misturam de maneira complexa no presente. O Brasil, assim como os demais países subdesenvolvidos, é formado a partir da lógica de expansão capitalista como produtor de mercadorias. Nesse sentido, sendo incorporado em plena vigência do sistema capitalista, o país emerge-se moderno, uma vez que sua mediação se estabelece a partir da mercadoria desde o modelo colonialista¹¹ (ALVES, 2006). Desta forma, a sociedade brasileira sempre se pautou sob sua dimensão agrária exportadora, marcando a formação territorial nacional modernizadora por crises ao longo dos anos.

A construção do modelo de subdesenvolvimento como uma formação espacial singular em torno de setores de diversos tempos e avanços técnicos que apresentam uma real simbiose dá ao território brasileiro uma condição de espaço de reprodução de contrastes.

O que há de comum, á primeira vista, entre o gaúcho hispanizante dos pampas, e os homens-cipó ou as mulheres aquáticas do Amazonas? Os choques entre estes diversos tipos de Brasil, aliás, sempre existiram; houve movimentos separatistas, revoltas sangrentas de civilizações diferentes. (BASTIDE, 1959, p.9).

Subordinado a uma economia natural, as relações entre as regiões socioeconômicas eram escassas. A exploração mineral impulsionou um movimento de ocupação para o interior criando cidades, apesar de insuficientes, para proporcionar uma ocupação expressiva. Contudo, esse movimento de ocupação teve o importante papel de dizimar, escravizar ou afastar diversos povos indígenas que ocupam o território, preparando o espaço para a adequação da lógica capitalista – seja mercantil ou industrial. No que

¹¹ A conformação de um Brasil de arquipélagos refletiu nesta inserção como produtor de mercadorias para o mercado mundial. Fosse açúcar, fumo, cacau, borracha ou café, utilizando vantagens comparativas geográficas de cada porção do território nacional – todas as regiões eram da economia-mundo, pois articulavam sua ligação com o mercado mundial através de interesses das elites locais, embora sobredeterminados pelas economias centrais (BECKER, B. & EGLER, 1994, p.102).

concerne ao atual território do Tocantins, o que assegurou de vez o povoamento não foi a mineração, e sim a agropecuária. Sob a ótica da formação territorial, pode-se dizer que foi a ruralização da população durante o século XIX que veio garantir a perenização e a continuidade dos assentamentos populacionais.

O país foi um grande arquipélago formado por subespaços que possuíam lógicas próprias¹², ditadas em principal pelas relações com o centro, o exterior, tendo relações escassas entre si (SANTOS, 1993). Carlos Eugênio Nogueira (2012) corrobora com a posição de Santos afirmando que neste conjunto de regiões e lugares tenuamente articulados sobre o qual se pôde projetar politicamente linhas de fronteira,

a continuidade que buscamos identificar na passagem da situação colonial para uma de Estado politicamente independente jazeria exatamente no processo de composição desse substrato geográfico construído, que seria a base e o suporte sobre a qual poderia funcionar uma rede de relações articulando conexões territoriais em torno de virtuais centros de poder, quaisquer que fossem os projetos de organização social e política em disputa (p.7).

A agricultura cumpre um papel vital de expansão do sistema, fornecendo força de trabalho, alimentos, compatibilizando o processo de acumulação global (OLIVEIRA, 2003, p. 47). O abastecimento de subprodutos de exportação, que supre as necessidades de bens de capitais e intermediários da produção externa sem antes servir para o pagamento de bens de consumo interno é mais que necessário para a manutenção de um modelo centro-periferia.

No caso do processo de estruturação da rede urbana brasileira, verifica-se seu caráter extremamente concentrado e sua origem no papel, principalmente, burocrático e autárquico das primeiras cidades brasileiras, por funcionarem como elos com a Europa, sem se relacionarem entre si. Para Oliveira, nem mesmo a industrialização que se definiu no Brasil mais intensamente após 1930 foi capaz de apagar esse caráter autárquico, pois a própria indústria era autárquica. Grandes indústrias [...] englobavam todas as fases de produção, levando a formação de conglomerados e oligopólios, sem que houvesse grandes relações com outros municípios. A relação entre a cidade burocrática agroexportadora repete-se na cidade industrial brasileira. Apenas no segundo governo de Getúlio Vargas, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil se viu inserido no processo de

¹² Sobre a formação a ocupação do Brasil pode-se reconhecer que “os habitantes destas ilhotas dispersas participam da mesma civilização, pois foram todos educados nos mesmo colégios jesuítas” (BASTIDE, 1959, p.22).

industrialização periférica, no contexto do capitalismo monopolista (primeiramente através de empresas estatais) com um processo de industrialização vinculado a um sistema, não mais, somente, a um lugar (SPOSITO, WHITACKER et al, 2006, p. 144)

O início do Governo Vargas marca o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início de uma predominância produtiva de base urbano-industrial. Mesmo que a consolidação urbano-industrial somente tenha se manifestado na década de 1950, a mudança das forças hegemônicas que reformulam o Estado e, por conseguinte a regulamentação e normatização dos fatores – como o trabalho e as políticas territoriais – modifica o arranjo e as relações espaciais em jogo, fazendo-se necessário (re)estruturar as relações entre o campo e a cidade. A agricultura teve que suprir as necessidades das massas urbanas sem elevar os custos de vida e matéria-prima, auxiliando o processo de acumulação do capital industrial em ampla expansão instalado nas cidades (OLIVEIRA, 2003).

Para a manutenção da base socioeconômica urbana-industrial era necessário rearranjar o território. A crise internacional de 1929 aumentou as divergências entre os cafeicultores, proprietários de terras e o governo central, o que colocou o Estado como conciliador dos diversos interesses da elite. Assim, Getúlio Vargas construiu um governo a partir de quatro pilares: centralização, regulamentação, incentivos à iniciativa privada e intervenção direta do Estado (MACHADO, 1997; IANNI, 1971; SKIDMORE, 1982; VILLELA e SUZIGAN, 1972). A “marcha para o Oeste” foi uma das soluções encontradas. Apaziguavam-se as críticas da república velha, com a manutenção de estruturas rurais devido à ocupação do Centro-Oeste, principalmente as áreas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mantendo o forte poder local da elite agrária que temia a centralização do Estado e a democracia liberal, ao mesmo tempo em que a máquina do Estado intervia diretamente nas políticas urbanas para a expansão das estruturas industriais. O Norte Goiano estava marginal ao processo de transição rural-urbano, mas não ao de acumulação do capital, já que as alianças entre as classes dominantes regionais e a burguesia cafeeira do centro-sul, tendo como sua expressão máxima a elite paulista, eram fundamentais para a expansão do sistema capitalista, transformando também a divisão territorial do trabalho no Brasil. Assim, Goiás sob o regime coronelista recebia a chegada das estradas de ferro e a

frente de expansão, enquanto o norte de Goiás, atual região tocantinense ainda era considerada um “vazio demográfico”.

A conquista dos “espaços vazios” colocou pela primeira vez o conceito de fronteira como uma expansão do mercado interno e não somente uma questão política – com a ocupação do território nacional e a introdução de processos culturais modernos assegurados, as fronteiras econômicas finalmente podiam coincidir com as fronteiras políticas (MACHADO, 1997). A “marcha para o Oeste” era o caminho tomado para integrar o país; a implementação das políticas de ocupação reforçavam o sentimento de “Brasil”, evidenciando o caráter colonizador e a construção de signos homogeneizadores da nação em marcha.

1.1 O mundo da hinterlândia

A hinterlândia¹³ pode ser colocada primeiramente como sertão: um espaço para a expansão, incorporação aos fluxos econômicos ou a uma esfera de poder que ainda lhe escapa, em que “conhecer e divulgar um dado espaço desconhecido iniciaria o processo de sua transformação, seu fim enquanto sertão” (MORAES, 2003, p.14). Este movimento do (des)conhecido foge a própria expansão da fronteira, já que os movimentos de incorporação são planejados, seguindo dialogicamente os movimentos da franja pioneira, do movimento de incorporação e consolidação do mercado de terras como descrito por Monbeig (1984).

¹³ O conceito de hinterlândia aqui é entendido brevemente como terra pouco ocupada, de desenvolvimento reduzido, uma “área subordinada economicamente a um centro urbano.” (Correa, 1998, p.86). O mesmo autor ainda afirma que no panorama da divisão territorial do trabalho, a articulação entre territórios especializados é fundamental ao sistema capitalista (Correa, 1994). O conceito de hinterlândia aqui definido distancia-se das vertentes expostas na revista *Geographical Review*, vol. 31, No. 2 (Apr., 1941), p. 308-311, ligada à uma hinterlândia definida por características naturais litorâneas, ou portuárias econômicas. O termo hinterlândia utilizado no trabalho aproximar-se-ia mais ao termo anglo-saxão *umland*. Concorda-se com Eugene van Cleef apenas o trecho aqui exposto: “Infelizmente, nem “umland” ou “hinterland” podem ser definidos com exatidão. Estes termos se aplicam a atividades humanas e desta feita condicionados por diversas circunstâncias. Talvez “umland” seja menos preciso que “hinterland”. Muitos elementos não geográficos afetam os limites destas regiões em questão. Elementos como taxas logísticas, influências políticas, o “acaso” de convenientes ou inconvenientes do transporte, rivalidades nacionalistas [ou empresariais], contrastes linguísticos, antagonismos sociais, restrições comerciais, e outros diversos fatores” (p.311) (Tradução minha).

A “Marcha para Oeste” foi um marco para a expansão da fronteira agrícola, mesmo que tais áreas já fossem conhecidas por brasileiros e estrangeiros¹⁴, divergindo-se dos movimentos de expansão ocorridos nos último quartel do século XIX que ainda ocorreriam a partir de um caráter espontâneo e de um tipo localizado de produção; apresenta a perspectiva de organizar o espaço dentro da economia capitalista moderna, em que o desejo de especular as terras se sobrepõe ao sentido de colonizar, ocupar.

A hinterlândia, desta forma, é a região em que as frentes de expansão dariam lugar a frentes pioneiras movimento de integração do território nacional. José de Souza Martins (1997) corrobora tal questão, em que

o deslocamento progressivo das frentes de expansão tem sido, na verdade, um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital, o da sua expansão territorial. Um outro momento desse modo de expansão tem sido o que se dá através do deslocamento das chamadas frentes pioneiras. Ambas, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão (p.27).

Distinguindo os dois conceitos, poder-se-ia dizer que a frente de expansão seria originalmente a expansão da civilização - tendo como desdobramentos o avanço da sociedade nacional, do capitalismo ou até mesmo do modo capitalista, não necessariamente guardando uma correlação entre si. Já a frente pioneira teria o econômico como seu movimento, a “reprodução extensiva e territorial essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma” (MARTINS, 1997, p.156).

Na obra de Pierre Monbeig (1984), apesar de não haver distinção entre os diversos termos referentes à fronteira, poder-se-ia classificar tais termos em três categorias: espacial, trabalho e atividade, na tentativa de compreender as nuances das questões que envolvem a

¹⁴ A partir de um olhar histórico eurocêntrico tem-se como marco a descoberta do Rio Tocantins pelos franceses instalados nas terras do Maranhão no início do século XVII. O desbravamento do antigo Goiás, hoje Tocantins, também foi impulsionado pelos missionários chefiados pelo Frei Cristóvão de Lisboa, que percorrendo a área do rio Tocantins fundaram a missão religiosa em 1625. Para maior conhecimento das expedições ao longo da hinterlândia no fim do século XIX e início do século XX, em especial aquelas que entrecortaram o Tocantins, ver: BRAZIL, 1876; COUDREAU, 1897, 1899; MOURA, 1910; DOLE, 1973; RODRIGUES, 1978; AUTOS DA DEVASSA, 1986 e FERNANDES NETO, 2012.

fronteira, não perdendo de vista o prisma da Geografia Agrária, já que a diversidade de expressões acerca da fronteira enfatiza sua multiplicidade de sentidos, que vão além do olhar meramente geográfico¹⁵. Os termos foram aqui organizados por ordem de apresentação no texto de Monbeig e por relevância:

- **espacial:** regiões pioneiras, novas regiões pioneiras, franja, mancha pioneira (ou mancha dos pioneiros), zona nova, manchas de povoamento pioneiro, frente pioneira, área pioneira, planaltos pioneiros, cidades pioneiras, mundo pioneiro, marcha pioneira, marcha pioneira moderna, *front*, terra nova, zona de sertão, sertão, municípios pioneiros, fronteiras naturais;
- **atividade:** movimento pioneiro, agricultura pioneira, economia pioneira, frente de povoamento, cultura (referente ou cultivo) pioneira, pecuária pioneira, nomadismo pioneiro, povoamento pioneiro, deslocamento pioneiro, produção pioneira, cultura de subsistência pioneira, cereais pioneiros, movimento de expansão;
- **trabalho:** pioneiro, fazendeiro pioneiro, agricultores pioneiros, massa de pioneiros, senhor do mundo pioneiro, pioneiro moderno;
- **outros:** sociedade pioneira, avanço pioneiro, universo pioneiro, rodovia pioneira, grupos pioneiros.

Monbeig define a “franja pioneira” como uma expressão vaga, onde a fronteira seria uma região instável e incerta, que progride irregularmente e em direções difusas (MONBEIG, 1984, p.165). Leo Waibel é outro autor importante para auxiliar na distinção dos movimentos de expansão, em que o pioneiro não significa somente aquele que vive numa fronteira espacial; ele expande a ocupação do espaço, mas também cria novos padrões e técnicas de vida (SILVA, 2007). Waibel permite diferenciar os conceitos de fronteira e de zona pioneira, considerando que a expansão da fronteira que havia adentrado o país pela pecuária não consolidou um povoamento e nem melhorou o padrão de vida. Deste modo, o pioneiro cria um tipo de paisagem que não é a terra civilizada e nem é mais o sertão, definindo assim a zona pioneira. O cultivo da terra é o que constitui o fundamento econômico da zona pioneira, distanciando-se do padrão da “Marcha para Oeste” norte-

¹⁵ Sobre os diversos estudos sobre fronteira que perpassam a Geografia acessar VIEIRA, Alberto, Bibliografias-Fronteira, Funchal, CEHA, 2013.

americana e colocando o camponês segundo conceituações europeias como o elemento que caracteriza a zona pioneira. Outro aspecto que Waibel aborda justificando sua escolha pelo termo “zona pioneira” é a sua localização em áreas de povoamento mais antigos e próximos às vias de circulação modernas, estradas e ferrovias. Isso demonstra que a economia pioneira era relevante para aos mercados de escalas maiores – a “zona pioneira” representava uma situação de momento, podendo ser uma via eficaz de colonização (SILVA, 2007, p.80). Já as “frentes” (pioneiras, de expansão, de povoamento) podem ser diferenciadas pelo caráter espontâneo ou privado, com mínima intervenção estatal (MACHADO, 1992).

Não cabe nos trabalhos de Waibel¹⁶ a definição sobre fronteira agrícola que transforma o espaço a partir dos elementos de expansão da civilização tecno-mercantil. Ligia Osório Machado (1992, p.35-37) define que as "fronteiras agrícolas" têm padrão espacial estreitamente vinculado à expansão das vias de circulação; atrelados a movimentos espontâneos de imigração e de iniciativa de projetos de colonização oficial ou privado, podendo estar especializadas em um único produto, como o arroz, a soja e o trigo, na policultura, com grau de tecnificação e investimento variado.

A partir do conceito de fronteira agrícola, entende-se que sua expansão no território brasileiro estava vinculada ao aumento de produção com baixo coeficiente de capitalização, sem criar obstáculos para a acumulação urbano-industrial, expropriando os pequenos produtores e trabalhadores rurais que também avançavam com a fronteira, criando um movimento contraditório do espaço, em que a não ocupação efetiva e intensiva da terra também serve ao capital. Neste sentido, considera-se até a década de 1920 o Estado de Goiás como frente pioneira. O estado permaneceu semi-isolado do restante do país, mantendo vínculos econômicos que se refere ao comércio de gado, em principal para o centro-sul e uma produção agrícola de subsistência. Em 1913 a região foi cortada pela estrada de ferro que alcançou o município de Ipameri-GO e assim passou a receber um fluxo migratório mais intenso. “Esta ocupação desenvolveu-se de duas formas, constituindo-se em ‘frentes pioneiras’ as áreas próximas à estrada de ferro e em

¹⁶ Um fato interessante é que para Waibel (1979, p.309) as regiões Norte e Centro-Oeste não seriam favoráveis à agricultura intensiva devido às condições naturais, afirmando que a ocupação da hinterlândia era de caráter mais geopolítico que econômico.

alargamento das ‘frentes de expansão’ as áreas mais distantes constituídas por terras devolutas” (CARNEIRO, 1988, p.71). Contudo, esta franja pioneira não alcançava a parte norte do estado goiano, área compreendida pelo atual estado do Tocantins.

Na década de 1940, foi criada a Fundação Brasil Central – FBC, que instrumentalizou a “Marcha para o Oeste”, posteriormente extinta e anexada à Superintendência do desenvolvimento do Centro Oeste - SUDECO em 1967, um ano depois da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (BRASIL, 2001). Os objetivos destas instituições, e da Marcha para o Oeste, eram atrair capital nacional e estrangeiro e preparar uma estrutura logística para o desenvolvimento desse capital, que não menosprezava a vocação agropecuária, num primeiro momento mais intenso nas margens do rio Araguaia. O Tocantins era caracterizado por “um grande ‘bolsão de miséria’ deslocado e distante do processo de modernização agrícola que dinamizou grande parte do território goiano” (AJARA et al., 1991, p.5).

A crescente vinculação da nação ao território passa paulatinamente a mediar a definição de Estado soberano. Atrelado de forma definitiva à tarefa de delimitação espacial de uma área homogênea, o estado deve estar sob sua jurisdição direta, apontando para as intrincadas interações que se observam entre o espaço construído herdado. Tal espaço é uma rugosidade fruto do desenrolar histórico de ações colonizadoras, que cria construções identitárias de base espacial nascidas em meio ao surgimento e afirmação do nacionalismo (NOGUEIRA, 2012).

As categorias do imaginário responsáveis em munir o ideário nacional da ideia de ser do Tocantins apresentavam a região como selvagem, exótica e distante; povoada por índios, sertanejos e garimpeiros. Um sertão ainda atrasado, não integrado à civilidade brasileira. Assim como José Carlos de Souza (2008) apresenta os vazios territoriais e populacionais mato-grossenses no final do século XIX e início do século XX, a ideia de um deserto de homens menospreza o papel desempenhado pelas comunidades indígenas, de sertanistas e estrangeiros que também adentraram o sertão tocantinense. A história do sertão remonta à entrada do sistema mercantil exportador associado à expropriação das comunidades tradicionais.

A primeira metade do século XX desembocou na abertura de estradas, pistas de aviões, fazendas de gado e cidades. Para Monbeig (1984), “quando esta [ferrovia] prolonga os trilhos, embrenha-se o homem mais para dentro do sertão” (p.121). Neste sentido, pode-se afirmar que o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados lugares; um símbolo imposto, uma realidade simbólica (MORAES, 2003). O sertão não pode ser mensurável, já que a fronteira é movimento e seu avanço em prol do desenvolvimento, da valoração do espaço dentro do capital, do “fim do atraso”, é a ação de chegar até o sertão e reconfigurá-lo, não necessariamente colocando-o como centralidade, mas certamente transformando-o como homogeneidade no espaço, produzindo-o a partir do mesmo modo de produção¹⁷, de circulação, de trabalho e de signos. A civilidade pressupunha a incorporação da disciplina do trabalho, hábitos de higiene, de moradia e de costumes. A relação entre o sertão e o processo de colonização é estreita. Iluminar o sertão seria imputar o sistema de valor daquilo que nega o sertão, concebido no discurso hegemônico também como um território não urbanizado.

A relação com a natureza e as culturas rurais que vinham se desenvolvendo autarquicamente entra no projeto dominador que as cidades modernizadas levam a cabo, buscando integrar o território nacional sob a norma urbana (RAMA, 1985). A modernidade está associada à racionalização que impõe a destruição das relações sócio-espaciais, costumes e crenças. Portanto, a expansão da fronteira até os rincões do Brasil leva ao outro (representado pelos índios, quilombolas, ribeirinhas e sertanejos) os objetos¹⁸ do urbano, criando uma rede produzida pela inteligência racionalizante que, através da mecanicidade das leis institui a ordem¹⁹ urbana. “Tais elementos ordenam o mundo físico, normatizam a vida da comunidade e se opõem à fragmentação e ao particularismo de qualquer invenção sensível” (RAMA, 1985, p.51).

¹⁷ Entende-se que o modo de produção projeta relações temporais e sociais no espaço (LEFEBVRE, 2006).

¹⁸ O objeto nele mesmo e no seu próprio ser nos levam a ideia de coisa. Mas quando se vê o objeto enquanto representação de um outro, a ideia que se tem dele é a de signo. Assim, o signo encerra duas ideias, uma de coisa que representa e outra de coisa representada, e sua natureza consiste em provocar a segunda ideia através da primeira (RAMA, 1985).

¹⁹ “... a ordem dos signos imprimiu sua potencialidade sobre o real, fixando marcas, se não perenes, pelo menos tão vigorosas para que ainda subsistiam hoje e as encontremos em nossas cidades; mais radicalmente, na eminência de ver esgotada sua mensagem demonstrou assombrosa capacidade para rearticular uma nova, sem por isso abandonar sua primazia hierárquica” (RAMA, 1985, p.33).

Sobre o viés da unicidade da técnica como processo de hegemonização, Milton Santos apresenta que os objetos mundializados que participam de um mesmo sistema técnico criam um conflito permanente entre o tempo dos atores hegemônicos e dos atores não-hegemônicos (SANTOS, 1994). Entretanto, o Estado planifica o tempo, reduzindo as diferenças, as repetições, as circularidades e particularidades, impondo-se como vetor do local e regional ao global.

O uso da terra, forma básica com a qual os homens se territorializam, desenvolvem atividades econômicas, implantam estruturas e sistemas de fixação acabam por tender a homogeneidade, e sob estes aspectos o Tocantins, antigo “nortão goiano”, consolida-se como um sertão misturado, em que suas diversas temporalidades, criadas pelos diversos atores e suas complexidades, velocidades, conflitos e intencionalidades formam um território integrado ao sistema do capital.

1.2 Demarcando frentes e forças: a construção do território tocantinense

A expansão da fronteira está associada diretamente ao aumento da participação governamental no processo de ocupação no interior do país. Este movimento refletiu na legalização e implantação de projetos de colonização, priorizando um fluxo determinado de migração e dando uma crescente complexidade à ocupação do espaço, com reprodução de relações diversas de trabalho.

Assim como observamos que há um processo de consolidação entre as reformas de um poder de fato urbano no Brasil, a constituição do território tocantinense, mesmo com os movimentos separatistas que se iniciaram no início do século XIX²⁰ e que ganharam força na década de 1950 (tendo como um marco para o movimento separatista o ano de 1956, em que foi lançado o Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins em Porto Nacional), não havia se consolidado. Era necessário que não só a normatização sobre tal espaço fosse mais flexível do que aquela já iniciada pelos planos de desenvolvimento da Amazônia ou para

²⁰ O primeiro movimento separatista do Tocantins ocorreu em 1821, ainda quando a região era denominada de São João de Duas Barracas, impulsionado pelos altos impostos e pouco investimento na região, que transportava mercadorias do Vale Araguaia para o Pará. (BRASIL, 2001; TEIXEIRA, 2009; LIRA, 2011).

integração nacional, mas que os poderes das elites locais e os grupos que lideravam o movimento pela emancipação do Tocantins fossem rearranjados. A ocupação territorial do Norte Goiano e a criação do Tocantins foram impulsionados pela Política do Governo Vargas, a “Marcha para Oeste” e a construção da Belém-Brasília, na tentativa de interiorizar o desenvolvimento capitalista no Brasil (LIRA, 2011).

A dinamização de fluxos comerciais foi subsidiária da ocupação de terras, o que possivelmente vem revelar que a finalidade geopolítica, expressão da valorização política do espaço, parece prevalecer ante o aspecto econômico estrito senso da organização territorial que inclui a região no circuito de trocas desiguais. Neste sentido, a “estrutura oligárquica vem acompanhada da política de controle monopólico de bens de produção, num contexto de altas taxas de analfabetismo, isolamento político-econômico, e burocratização dos recursos, que necessariamente perpassam o poder oligárquico” (EMMI, 1999, p.55). Era imprescindível quebrar o poder oligárquico e permitir que a estrutura federativa estatal permeasse todo o território, de modo que o capital estrangeiro atingisse a célula de acumulação primitiva na hinterlândia.

A organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando seus ganhos. Toda ordem prevê uma hierarquização (RAMA, 1985). Essa centralidade obedece ao modo de produção já preexistente, penetrando e subvertendo as estruturas criadas no espaço para privilegiar um grupo hegemônico que agora se apoia nas vias institucionais. É importante deixar claro que o que houve não foi um rompimento político e sim uma adequação dos interesses do Estado nacional e da oligarquia local para que pudessem caminhar juntos. No Tocantins, ainda aparecem referências a esse poder local caracterizado por um controle paternalista, acompanhado de traços de violência - cujas formas têm variado ao longo da história e se manifestado por mecanismos que envolvem os níveis político, econômico e social.

O aumento intervencionista estatal foi possível com a reinvenção da Amazônia Legal²¹, implantando um centralismo administrativo na região a partir da Superintendência

²¹ Segundo a divisão regional do país, a Amazônia compreende a Região Norte (Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins) e Mato Grosso, somando uma área de 4,7 milhões de km². A outra referência para o território amazônico, que o define como Amazônia Legal inclui o oeste do Maranhão (BRASIL, 2001).

do Plano de Valorização da Amazônia em 1953 e da SUDAM em 1965. Os planos para a “Amazônia Tocantinense” na década de 1970 e 80 por meio da SUDAM, POLOAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônia), PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), PRODIAT (Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins), PRODECER, GETAT²² (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) tiveram uma função mais ‘policiadora’ do que integradora do território. (LIRA, 2011). Sobre os planos de investimento que contemplam o Tocantins nas décadas de 1970 e 80 cujo objetivo era uma maior racionalização da atividade agrícola Júlia Adão Bernardes (2005) aponta:

em 1972 foi realizado o I Encontro Regional de Planejamento: Norte e Centro-Oeste, no qual ambas as regiões eram consideradas “uma vasta área de ocupar e colonizar” e no qual é evidente a preocupação com a continuação da construção de rodovias de penetração e estradas vicinais (BRASIL, 1972). Já em 1975, o texto do projeto POLOCENTRO já demonstrava um maior interesse em promover o aproveitamento agropecuário das áreas de cerrados por meio do uso de modernas tecnologias. Embora ainda houvesse uma preocupação com o melhoramento da circulação, esta já aparecia de forma secundária (BRASIL, 1975).

Em 1984, numa avaliação da atuação do POLOCENTRO entre 1975 e 1980, entre outras coisas, ficou constatado que estava ocorrendo uma reorientação produtiva das áreas de cerrado, da pecuária para a lavoura. Esta reorientação estaria contribuindo para a maior concentração da propriedade. [...] Em 1984, o PRODIAT, Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins já apresentava uma grande reocupação em entender as especificidades das subáreas, [...] Outro exemplo é o Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, realizado pela SUDECO, para os anos de 1986 a 1989, que argumentava sobre a necessidade de se diversificar as atividades econômicas das áreas dos cerrados, como vemos no trecho: “Juridicamente, a incorporação de terras já chega quase ao seu limite. Convém hoje, sobretudo, intensificar e racionalizar o aproveitamento de terras (BERNARDES 2005 *apud* BRASIL, 1985, p.66)²³

²² Apesar de interligados pelos objetivos explicitados do avanço da fronteira na Amazônia, vale ressaltar que planejamento de desenvolvimento e integração, visando a “recuperação” da economia da Bacia Amazônica teve também como objetivo mapear as riquezas amazônicas, especialmente minerais, metonimizado no Projeto Carajás.

²³ Ainda sobre as políticas territoriais que influenciaram o Tocantins ver Becker (1997).

Outra face da “Marcha para o Oeste” era modificar os pactos políticos com as oligarquias agrário-regionais, cooptá-las à integração e democratizar a terra - algo que não passou de algumas colônias agrícolas criadas na década de 1930, como Ceres e Rialma em Goiás, e Dourados no Mato Grosso do Sul. Esse modelo que prometia a “justiça social” no campo vinha escamoteando a ocupação pela via da marcha pioneira. Nesse sentido, a intervenção estatal na região amazônica de caráter oficial ou particular na forma de empresas e cooperativas de colonização representou mudanças do sistema oligárquico por meio da industrialização da agricultura, da fragmentação da propriedade agrícola (mas não de sua democratização) e da urbanização.

A estratégia inicial nos anos 70 foi a da colonização dirigida oficial como objetivo de canalizar as populações rurais do Nordeste tornadas excedentes pela extrema concentração da propriedade, para a Amazônia. Depois, houve uma reorientação da clientela, no sentido de atrair os pequenos produtores do Sul, e satisfazer à orientação da proposta: “a colonização com fins de povoamento e segurança nacional terá caráter pioneiro, devendo a área das parcelas ajustar-se, sempre que possível, às características das pequenas e médias empresas rurais...” (art. 5, § 2 do Dec. nº 54.428).²⁴

A organização do movimento capitalista na Amazônia ocorreu a partir da acumulação acelerada de capital das indústrias do Centro-Sul, associadas ao capital estrangeiro, direcionando à mobilidade de capital para outros setores da economia e para outras regiões do país (PACHECO, 1996). Ora, a modalidade de ocupação proposta era contraditória: a atividade agropecuária dispensava mão-de-obra e esvaziava territórios.

No limite, previa-se a criação de apenas cerca de quarenta mil empregos em toda aquela região. Sem contar que, em consequência da modalidade de ocupação proposta, tribos indígenas sofreriam, como sofreram, pesadas reduções demográficas no contato com o branco e suas enfermidades [...] milhares de camponeses teriam de ser expulsos de suas terras de trabalho, como de fato o foram, para que nelas fossem abertas grandes pastagens. Muitos deles acabaram migrando para as cidades da própria região, para viver na miséria da subocupação e das favelas” (MARTINS, 1997, p.86)

As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros, pela necessidade de colonizar o rural e organizar o urbano em áreas ainda não consolidadas.

²⁴ (OLIVEIRA, 1997, p. 168 – 169).

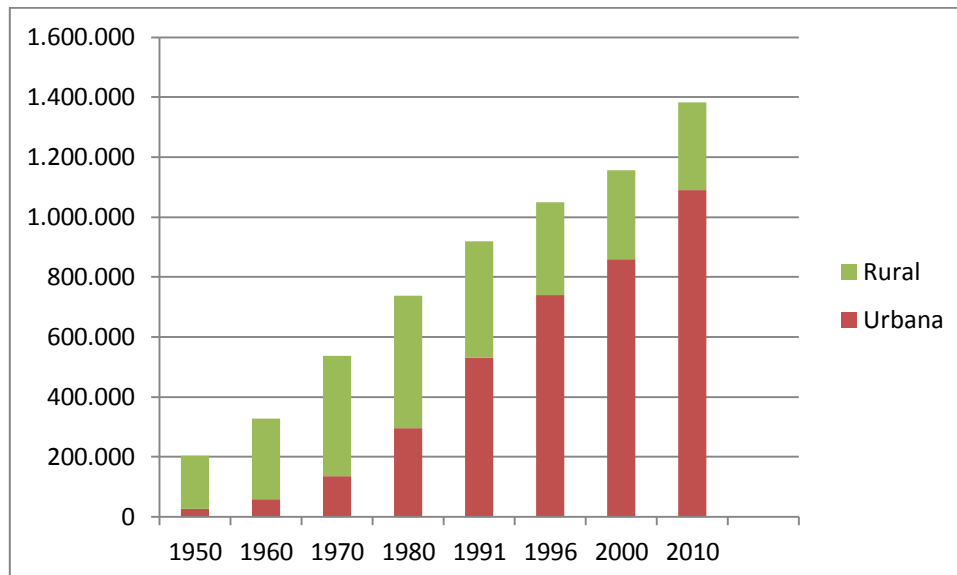
Retomando a análise sob o viés da fronteira, a figura do grileiro torna-se imprescindível para transformar a terra em mercadoria. Apropriando-se de terras por meio do jogo de influências políticas, utilizando comumente métodos violentos, demarcando e revendendo as terras aos possíveis compradores de fora com pouco ou nenhum conhecimento da região, o grileiro é a versão social espontânea do papel que o Governo assume ao orientar a distribuição de terras (BECKER, 1982, p.187). Endossando a observação sobre a grilagem feita por Becker, José de Souza Martins (1997) aponta que

a diversificação das modalidades de reprodução ampliada e territorial do capital está diretamente relacionada com a mediação da renda da terra. De um lado, porque há distâncias do empreendimento agrícola, pecuário ou extrativo, em relação aos mercados de seus produtores, que permitem extrair do processo econômico a renda territorial absoluta e diferentes formas de renda diferencial. De outro, porque há distâncias que só permitem a extração de uma das modalidades de renda diferencial. De outro ainda, porque em certas circunstâncias o lucro e a renda, ainda que mediados pelo capital, somente são possíveis se o trabalhador expropriado da terra e engajado na produção agropecuária for submetido a formas de superexploração de sua força de trabalho (p.31).

Retoma-se o objetivo da expansão da fronteira agrícola: novos polos espaciais de investimento e a integração dos mercados nacionais. Uma frente de expansão maranhense se propagava no sentido norte do Tocantins, em progressivo movimento em direção ao Pará, gerando uma crescente ocupação do norte deste território recoberto à época pela mata de babaçu, dando espaço à rizicultura enquanto outra corrente de ocupação rumava em direção ao sudeste tocantinense motivada pelos garimpeiros maranhenses e piauienses (AJARA et. al, 1991).

A construção Belém-Brasília na década de 1960 repercutiu de imediato na intensificação do fluxo de migrantes nas margens da rodovia que já vinham se deslocando desde a década anterior, num movimento expansionista das frentes extrativista, pastoril e agrícola, e ocupando de modo rarefeito a área do Tocantins-Araguaia. A população aumentou de 328.486 em 1960 para 537.563 em 1970. Além disso, o crescimento do número de cidades e dos aparatos de infraestrutura e consumo também levaram ao crescimento da população, que ia se modificando para uma população majoritariamente urbana. Desde então, o Tocantins vem mantendo semelhantes taxas de crescimento, chegando a uma população total de 1.478.164 em 2012 (IBGE, 2012).

Gráfico 1.1 População Rural – Urbana do Tocantins 1950-2010



Fonte: Censo Demográfico IBGE 1996 - Contagem da População, 1950 a 1991, 2000 e 2010.

Mais do que o incremento populacional, como aponta o gráfico 1.1, a rodovia alterou, em grande parte, o sentido de ‘espontâneo’ das frentes de expansão e a direção de ocupação do Tocantins, que agora se aproximava da margem esquerda do rio. A migração não mais ocorria como um extravasamento de atividades extensivas. Ao contrário, projetava a privatização da terra e a mercantilização da economia regional direcionadas pelo avanço da fronteira agrícola²⁵. Assim, a partir da década de 1970 a empresa agrícola se cristaliza, já que o “governo considera impraticável a colonização fundamentada em pequenos e médios proprietários frente à escala de investimentos e da organização

²⁵ "Vivo numa terra habitada por muitos trabalhadores rurais (95% da população). São pessoas vindas de vários estados do Nordeste, através das famosas correntes migratórias. Entraram na região do Bico do Papagaio, desde 1860, mas especialmente a partir de 1940, estabelecendo lá sua morada e um lugar para trabalhar: plantação de roças, caça e pesca, garimpo, extração do coco do babaçu. Desse modo, os antigos moradores construíram suas posses pela força do trabalho, pela permanência na localidade por muitos anos e com o objetivo único de sustentarem a própria vida e a vida dos familiares. Depois que foi construída a rodovia federal, Belém-Brasília, em 1956, e que se inaugurou a ponte do Estreito, em 1961, pessoas de Minas Gerais, São Paulo e sul de Goiás penetraram em nossa região com a finalidade de investir capital na terra, aproveitando os incentivos fiscais facilitados pelo Governo Militar. Esta ocupação de grileiros se deu especialmente a partir de 1974, logo após terminar a famosa guerrilha do Araguaia". Depoimento do Padre Josimo Tavares da Diocese de Tocantinópolis prestado em novembro de 1984. Retirado de AJARA, 1991, p.20.

empresarial considerados para a rápida ocupação de uma área extensa como Amazônia” (MARTINS, 1997, p.187-188). Estas empresas atraídas por incentivos fiscais se estabelecem neste primeiro momento em especial na parte oeste, ao longo do vale do Araguaia.

A formação do estado do Tocantins torna-se fundamental para a implementação do latifúndio e da empresa agrícola. Embora não seja objeto de análise, a separação política-administrativa revelou que mais do que a expressão espontânea de um anseio separatista de sua população empobrecida de origem nordestina baseada por unidades de produção e padrões de interação de pequena escala que habita o novo estado, a emancipação serviu à legitimação das elites regionais constituídas em grande parte por goianos e mineiros ligados a interesses agropecuaristas (AJARA et. al., 1991, FIRMINO et al, 2009). Mesmo sem grandes áreas do bioma amazônico (11,6% do território de acordo com a Seagro (2012)), o Tocantins entrara na Amazônia Legal como estoque de terras a serviço da internacionalização da agricultura na hinterlândia.

A criação da CONORTE – Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano, uma sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1981 por um grupo elitista de burocratas e empresários nortenses que tinham suas atividades nas capitais Goiânia e Brasília foi fundamental para a emancipação do estado. O nascimento do estado de Tocantins garantiria à elite local do norte goiano espaço no cenário nacional frente ao estado de Goiás, especialmente àquela do sul do estado representada por Goiânia, que dominava a estrutura de poder e deixava o “nortão goiano” “esquecido”. A CONORTE, marco histórico do ideário separatista, tinha como objetivo técnico diagnosticar o potencial político e econômico da região. O argumento central era de que a economia tocantinense “não se encontrava isolada da economia nacional, mas a ela estava estreitamente vinculada, sobretudo enquanto fornecedora de fatores de produção (mão-de-obra e capital)” (OLIVEIRA, 1998, p. 16). Além disso, na “Carta ao Tocantins” a CONORTE aponta:

O Norte Goiano esta consciente de que nenhum desenvolvimento é alcançado se a sua busca não se afirmar na trilogia infra-estrutural: ENERGIA E ESTRADAS, convergindo-se como ponto de apoio à ESPANSÃO AGROPASTORIAL.[...] Agilizar a regularização fundiária constitui assim, ação imediata, que o Norte Goiano reclama dos órgãos governamentais. E sugere, como medida mais urgente, que se acelerem os processos discriminatórios, sem perder de vista

também as composições, como instrumentos indispensáveis à incorporação de novas áreas agricultáveis ao sistema produtivo (CONORTE, 1982).

Forjada as raízes históricas e as motivações separatistas a partir de tradições inventadas, nacionalismo e representação coletiva²⁶, era necessário “dividir para somar”, garantindo o poder da bancada política do sul goiano e abrindo o território do norte para explorar seu potencial econômico (OLIVEIRA, 1998). Deste modo, o deputado federal José Wilson Siqueira Campos tomou posse como primeiro governador do novo estado, assumindo este posto novamente em 1995-98, 1999-2003 e atualmente desde 2011.

A elite que pertence hoje ao Tocantins venceu o embate da emancipação, e desde então vem viabilizando o estado política e economicamente, oferecendo condições políticas e de infraestrutura para a instalação do capital. Para tanto, organiza uma legislação favorável às grandes empresas, especialmente no setor agropecuário moderno. Assim como descrito por Becker (1982), o espaço tocantinense se reorganiza a partir de uma lógica de colonização agrícola, porém ocupada por grandes empresas; uma área de interesse nacional, mas ocupada por multinacionais; área de expansão de pastos, mas de intenso processo de urbanização.

²⁶ Ver CONORTE. Tudo começou em 1809. A verdadeira História da Criação do Estado do Tocantins, Brasília- DF, 1989; Deputado Siqueira Campos. Discurso proferido na Assembléia Nacional Constituinte, Sessão 6 ago, 1987; CAVALCANTE, 2003 e os jornais “O Tocantins” (1950); “Asas do Saber” (1957); “Palavra Livre” (1957); “Folha do Norte” (1892); “A Norma” (1953); “Norte de Goyas” (1935); “O Estado do Tocantins” (1956); “O Paralelo 13” (1962); “Jornal do Tocantins” “Correio do Norte”; “Ecos do Tocantins” (1952) e os anexos de OLIVEIRA, R. O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE (1981-1988). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 1998.

1.3 Da hinterlândia para o mundo: expansão da fronteira agrícola moderna e a mundialização da agricultura tocantinense

A fronteira agrícola, a partir dos elementos discutidos anteriormente, reflete a (re)produção de um espaço geográfico através de incorporação de terras sob a lógica dos sujeitos hegemônicos do processo de reprodução do capital frente aos espaços marginalizados.

Deste modo, a partir da expansão da frente pioneira em um espaço que se apresenta “receptivo” aos novos fenômenos da urbanização, o Tocantins é visto como um espaço com pouca rugosidade (SANTOS, 2006), poucos investimentos e infraestruturas que pudessem dificultar a implementação de uma economia moderna. O novo urbano, tendo como “carro-chefe” a agricultura e suas inovações técnicas, se expande rapidamente pelo território a partir das condições criadas pelo meio *técnico-científico-informacional*²⁷. É a agricultura moderna que desencadeia uma nova etapa de urbanização na hinterlândia²⁸, modificando as relações espaciais, ampliando as possibilidades de comunicação e circulação no mundo através de fluxos e fixos que aceleram o tempo, ampliando as escalas de relações e configurando espaços-tempos diferenciados (SANTOS, 1993).

²⁷ “meio *técnico-científico-informacional* é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto-coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção” (SANTOS, 2006, p.157).

²⁸ Não se pode perder de vista que de forma geral que “o desenvolvimento da agricultura e da indústria “periférica” não apenas modificou a dimensão dos fluxos de comércio, mas transformou as estruturas produtivas das diversas regiões, resultando em maior diferenciação do espaço nacional, inclusive com aumento da heterogeneidade interna às regiões e reforço de certas “especializações”. Este fenômeno foi intensificado na última década e meia, em razão dos distintos impactos da crise e do surgimento de pequenas “ilhas” de prosperidade, dentro de um contexto de estagnação. Esta crescente “especialização” foi a contrapartida do processo de integração comandado a partir de São Paulo, uma vez que estavam bloqueadas as possibilidades de industrializações autônomas, capazes de resultar estruturas produtivas à imagem e semelhança da indústria paulista”(PACHECO, 1996, p.130). Santos, em sua obra “Economia Espacial” (1979) sob um prisma um pouco diferente também aponta: “na escala nacional a estrutura centro-periferia também aparece, desde as primeiras etapas do processo de industrialização, como uma verdadeira relação “colonial”: a periferia contribui mais para o crescimento do polo do que dele recebe de volta. A tendência secular dos termos de trocas inter-regionais sempre lhe é desfavorável, e ela permanece como produtora de bens primários, sobretudo agrícolas. Esta periferia só é capaz de acolher indústrias de transformação de matérias primas, e sua importância relativa na atividade industrial do país tende a baixar à medida que este se desenvolve” (p.77).

Nestas condições, as diversas frações do espaço estão ao alcance dos diversos capitais segundo hierarquizações e lógicas diversas na busca da eficácia do lucro com o auxílio das tecnologias e do trabalho. Quanto maior a diferença entre os tempos de produção e de trabalho, menor é a taxa de lucro da atividade, acentuando a necessidade da simultaneidade entre a ordem (global) e a ação em espaços distantes (local). Apesar do avanço da lógica capitalista, diferentemente da homogeneização dos territórios proposta por Francisco de Oliveira²⁹ (1977), há uma especialização e diferenciação dos espaços. Os territórios redefinem as técnicas; cada objeto e evento que se espacializa, em seu tecido preexistente integrando-se à vida, ganha uma significação relativa, uma especificidade. Apesar da especificidade de cada território, o espaço encontra-se suscetível a monopolização do território.

A monopolização do território é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2012, p.10).

Não perdendo de vista os movimentos da fronteira, a fronteira agrícola moderna pode ser definida como a ocupação de áreas por atividades agrícolas com alto conteúdo tecnológico e organizacional às formas tradicionais de cultura, particularmente a pequena produção familiar de origem ancestral ou de frentes de ocupação (CASTILLO e FREDERICO, 2011), já que a acepção de fronteira que se adota é a de “fronteira agrícola moderna”, entendendo-a como metonímia deste complexo movimento de avanço capitalista via industrialização da agricultura, relacionada ao avanço da fronteira a partir de monocultivos tecnificados controlados por empresas monopolistas transnacionais que detêm o controle do circuito espacial produtivo da soja. Desse modo, entende-se que as *tradings* do agronegócio são as principais agentes deste processo de apropriação da frente

²⁹ Pode-se relativizar a afirmativa quando o próprio autor também aponta que essa tentativa de homogeneização do espaço é sempre pretendida pelas forças do capital, mas nunca totalmente alcançada. Até porque há a necessidade inerente ao capitalismo de sempre haver criação de lucro, como aponta Harvey (2011), pois é “muito claro que a reprodução do capitalismo implica a realização de novas geografias, por meio da destruição criativa do velho, é uma boa forma de lidar com o problema permanente da absorção do excedente de capital” (p.174).

capitalista no campo, tendo a expansão da fronteira agrícola moderna como também representação do avanço do agronegócio. O campo modernizado está mais sujeito a um processo de regulação comandado pelas forças de mercado hegemônicas, estrangulando as formas de regulação local, tornando a agricultura moderna uma atividade de racionalidade devoradora (SANTOS, 1994).

As áreas de expansão da fronteira agrícola são consideradas espaços de fluxos seletivos, configurando uma rede³⁰ formada por pontos, linhas e manchas (CASTILLO, 2004) onde os atores hegemônicos tentam construir as condições necessárias à rapidez por meio do aumento da densidade técnica e informacional desses locais, resultando em uma dispersão territorial produtiva especializada. Além da expansão dos monocultivos da soja, é possível observar esta forma de expansão do agronegócio nos cultivos de eucalipto, no Bico do Papagaio, cuja motivação foi a instalação da Suzano Celulose em Imperatriz- MA, a produção tecnificada de abacaxi no centro do estado, nos municípios de Miracema do Tocantins e Miranorte, e a agricultura irrigada de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia.

O campo configura um espaço com menos rugosidades³¹ e permitiu uma verticalização mais voraz dos sistemas de objetos e de ações³². Tecnologia e capital passam

³⁰ “Em sua dimensão material, as redes podem ser classificadas em linhas, cada vez mais extensas, e pontos, considerados como “nós” das redes, cada vez mais seletivos e dispersos. As linhas podem ser subdivididas em materiais e imateriais; extravertidas (vinculadas ao mercado externo) e intravertidas (voltadas para a integração territorial interna). Os pontos devem ser observados quanto às suas densidades técnicas e normativas, das quais decorrem sua maior ou menor funcionalidade ao circuito espacial” (CASTILLO e FREDERICO, 2011, p.468).

³¹ “Se pensarmos a divisão do trabalho a partir do tempo, pode-se reconhecer que existe uma sobreposição de divisões do trabalho em tempos distintos no mesmo período. Em cada lugar “novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem a exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades, diversas” (SANTOS, 2006, p.88).

³² “Copiando de forma simplória o que está escrito por Marx, teríamos um sistema de objetos sinônimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto das relações sociais de produção. Mas vale a pena lembrar que a interpretação simplória da relação dialética entre forças produtivas e relações de produção há muito tempo deixou de ter vigência plena[...]Hoje, as chamadas forças produtivas são, também, relações de produção. E vice-versa. A interdependência entre forças produtivas e relações de produção se amplia, suas influências são cada vez mais recíprocas, uma define a outra cada vez mais, uma é cada vez mais a outra. As forças produtivas são relações de produção, as relações de produção são forças produtivas” (SANTOS, 1996, p.40) Por esta relação de igualdade entre as relações de produção e as forças produtivas afirmada pelo autor, concorda-se com a ressalva de Souza (1998) que esta concepção racionalista e enviesadamente estruturalista compromete a compreensão do método marxiano, em que “as autonomizações de estruturas vêm na esteira de um pensamento que promove uma disjunção entre práticas (atores) e

a subordinar a própria natureza, reproduzindo algumas condições necessárias à produção agrícola, cada vez mais dependente dos insumos (sementes, fertilizantes e defensivos) gerados pela indústria, cuja produção transformou o conjunto de instrumentos de trabalho agrícola. Para Bernardes (2005), uma das consequências da verticalização e da modernização é a compartimentação do território, distinguindo territórios propensos à velocidade daqueles de tempos lentos, de *espaços opacos* entrecortam os primeiros (SANTOS, 2003).

O processo de industrialização da agricultura cria novas relações, cujos circuitos espaciais de produção obedecem a uma lógica mundial, “transformando radicalmente as tradicionais relações cidade-campo, e estas formas de espaços passam a emitir e receber grande quantidade de fluxos de matéria e de informação” – é a expansão do *meio técnico-científico-informacional* no campo e nas cidades (ELIAS, 2003, p.256). Neste contexto, a agricultura absorve aparatos técnicos especializados que reorganizam as relações de produção e especializam o território para a produção de uma determinada mercadoria, que tem como destino o mercado mundial. Nesses moldes, a agricultura envolve a combinação de cinco tecnologias de suporte: sistemas de posicionamento global (GPS), sistemas de informação geográfica (SIG), sensoriamento remoto, plantio direto e mecatrônica (automação). Este tipo de agricultura tem como objetivo baixar (eliminar) ociosidade dos equipamentos e da mão-de-obra, bem como reduzir (ou suprimir) o período de entressafra e alto controle do ciclo de cultivo.

Por fim, a *agricultura científica* enquanto processo hegemônico teve um papel fundamental para a expansão da urbanização e das cidades, especialmente locais e médias, formando um Brasil agrícola de áreas urbanas (SANTOS, 2008).

São estas cidades que regulam o campo, assegurando as novas cooperações impostas pelo arranjo agrícola; são estas as “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2006b; 2003), responsáveis por respostas cada vez mais imediatas do circuito hegemônico da

estrutura (sistema), e onde o papel historicamente constitutivo da luta de classes é subsumido pela mecânica de cada modo de produção (p.29). Todavia, tal crítica pode ser também considerada como um reflexo do avanço da tecnificação nas relações de produção dentro do sistema capitalista. O problema estaria em considerar como premissa a afirmativa que toda relação de produção está inserida no capitalismo.

economia. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que as abrigam, e têm por cenário o país ou o exterior. A cidade é vista como materialização das condições de reprodução do capital – das condições gerais de consumo, da aglomeração espacial que se reflete no adensamento de eventos, na disponibilidade e formação de mão-de-obra enquanto exército de reserva.

A modernização do campo teve como reflexo a mecanização da produção e a dificuldade das exigências, certificações e padrões de produção e competitividade, já que a preocupação da agricultura agora não estava mais vinculada à subsistência local, mas com as tendências do mercado nacional e internacional. Com um território de baixíssima densidade populacional³³, era indispensável que a plasticidade e a subsunção da força de trabalho, ou seja, sua adaptação a espaços e às relações de trabalho (BECKER, 1982) permitisse a gênese e a reprodução acelerada do capital em relação ao núcleo de acumulação capitalista nacional e internacional. Desta forma, os agentes da organização do espaço que levaram à formação do mercado de trabalho regional foram: o Estado, as empresas agropecuárias e os latifundiários; a mobilidade espacial da população e a urbanização rural espontânea ou incentivada pelo Estado. Desta feita, a migração aqui não pode ser entendida como um processo espontâneo. De modo simplista, poder-se-ia propor algumas tipologias para os fluxos migratórios, que com relação à ocupação podem assumir três tipos: camponesa, grande produção tecnificada e capitalista rentista (BECKER, 1982; ALMEIDA et al. 1992).

Os pequenos proprietários, ocupantes e meeiros constituem uma parcela significativa em número, mas não em área apropriada do conjunto de produtores. Os ocupantes, aqui entendidos como camponeses, chegam pelas frentes de migração; e se apossam de pequenas áreas ao longo das rodovias federais e estaduais e das estradas abertas por empresas de serraria. Se em um primeiro momento (década de 1950) eles chegavam em pequenos grupos, abrindo picadas na mata e se apossando de pequenos trechos, em um

³³ Na década de 1970 a taxa de densidade populacional era 1.94 hab/km²; em 1980 2.66 hab/km²; em 1990 3.32 hab/km²; em 2000, 4,17 hab/km² e em 2010, 4,98 hab/km². Vale ressaltar que a densidade média do Brasil é atualmente 22,43 hab/km² (IBGE,2010). Além disso, é importante salientar que tal informação não leva em consideração a ocupação de povos tradicionais, como índios e quilombolas.b

segundo momento (década de 1960), coincidente com a abertura de novas vias de acesso, seu número cresce.

Na década de 1980, os empresários antecipam o movimento dos ocupantes, já mostrando o enfraquecimento do Estado como gestor do capital monopolista e dando maior espaço aos grupos transnacionais, latentes nos anos 1990. Nos frequentes casos de conflito, os ocupantes são expulsos pela força (jagunços ou pela própria polícia). O espaço da fronteira, como confirma Martins (1997), se estrutura sob os conflitos entre os grupos personificadores do capital (empresários, agricultores modernos, grileiros) e as comunidades camponesas e locais (ribeirinhos, posseiros, comunidades indígenas e quilombolas).

Contudo, algumas razões que asseguram a permanência dos pequenos produtores: a produção de alimentos baratos para abastecimento da mão-de-obra local, urbana e rural, e a “condição de constituírem enclaves de capitalização retardada, o que possibilita a venda eventual de sua força de trabalho, assim reduzindo duplamente o custo da mão-de-obra – pressionando para baixo os salários e assegurando, eles mesmos, parte de sua reprodução nas próprias terras.” (BECKER, 1982, p.190). Estes pequenos produtores estão atrelados ao mercado de trabalho a partir de três tipos de relação:

os que fornecem uma parte da força de trabalho familiar, transitória ou permanente, em determinadas épocas do ano, para outras unidades de produção ou ao setor urbano (a maioria); os que exploram apenas a força de trabalho familiar e não compram nem vendem força de trabalho (minoria); e por fim os que compram mão-de-obra familiar de forma ocasional ou permanente, demonstrando sinais de capitalização (p.190).

Uma forte corrente migratória para o estado tocaninense tem como origem principalmente goianos, gaúchos e mineiros, que em grande parte possuíam recursos próprios provenientes das vendas das pequenas propriedades anteriores. Além disso, trouxeram experiência agrícola estável enquanto proprietários de terras, implicando em um comportamento produtivo e reprodutivo diferente daquele que é típico da fronteira itinerante, de uma agricultura de subsistência. O grau maior de incorporação à economia de mercado e a participação maior nas transações com instituições de intermediação comercial e financeira (como cooperativas, tendo como exemplo a Cooperativa Agroindustrial do

Tocantins - COAPA, localizada em Pedro Afonso e os produtores tecnificados de abacaxi do centro do estado, em principal Miracema do Tocantins e Miranorte) destes grupos provavelmente permitem um uso mais difundido de aparatos técnicos que viabilizem o desenvolvimento do lote. Experiência prévia com o cultivar garante o sucesso da lavoura (ALMEIDA e DAVID, 1981), e neste sentido a maioria dos sulistas estão ligados a produção de arroz e soja no estado e os mineiros – muitos têm como origem a região de Frutal (MG) à produção de abacaxi. Em entrevistas de campo, tanto os produtores de soja quanto de abacaxi relataram a entrada de profissionais liberais (especialmente advogados e médicos) na atividade agrícola quando o preço dos cultivares estava elevado no mercado- o abacaxi em 1996 e a soja em 2007. Todos saíram do mercado. Hoje ninguém está na agricultura sem saber o que esta fazendo³⁴.

1.4 O avanço da agricultura moderna e a terra enquanto reprodução do capital

Percebe-se que o avanço das formas capitalistas na região da fronteira agrícola não é um processo único e homogêneo, mas organiza distintas estratégias para sua reprodução. Dentro delas, ele pode efetivamente territorializar-se quando se apropria da terra para a expansão da monocultura agrícola ou quando apenas garante a monopolização do território, mas sem se territorializar, pois se utiliza da terra e do trabalho do camponês para reproduzir-se (OLIVEIRA, 1998). Sobre as transformações no campo, Elias (2006b), sem contradizer Oliveira (1998), aponta:

a reestruturação da agropecuária brasileira, isto é, a intensificação do capitalismo no campo, com todas as possibilidades advindas da revolução tecnológica, processou-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva. Diante disso, manteve intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do verdadeiro significado do conceito de desenvolvimento. Isso significa que privilegiou determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e consumo (ELIAS, 2006b, p. 31).

³⁴ Informações concedidas a partir de entrevistas com produtores tecnificados de abacaxi de pequena, média e grande propriedade em Miracema e com funcionários da COAPA localizada em Pedro Afonso.

Neste sentido, as transformações no campo aumentaram a dicotomia entre o agronegócio e a agricultura camponesa³⁵, representada aqui pela propriedade familiar, pequena e média propriedade, policultura, diversidade no uso de técnicas de tempos diferenciados e a agricultura moderna.

Esse território do capital em transformação torna-se possibilidade do encontro de duas realidades distintas: a modernizadora, comandada pelos agentes do agronegócio que detêm as inovações tecnológicas e o uso do trabalho com base no assalariamento, e a da população local que se organiza sob outras estratégias de manutenção da vida, numa associação mais estreita com o tempo da natureza. (ALVES, 2006, p.4)

Corroborar-se com Plínio de Arruda Sampaio, que no prefácio do livro de Lúcia Osório Silva (2008) aponta: um sério problema do mundo rural brasileiro é a insegurança da propriedade da terra³⁶. Uma das principais características da constituição da propriedade da terra do Brasil é a propriedade de domínio privado que se deu num processo de domínio do patrimônio público³⁷.

Pensando o Tocantins como um grande estoque de terras, o agronegócio encara os fundos territoriais como áreas não devastadas, autênticos estoques de terras e recursos naturais para apropriação futura, um espaço a ser colonizado³⁸ (MORAES, 2002). O baixo preço da terra é inicialmente atrativo, contudo, a intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso tende a gerar um crescimento geométrico do preço da terra.

³⁵ “a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida não é regulada pela necessidade de lucro do capital.” (MARTINS, 1994, p.59).

³⁶ Concorde-se com Oliveira (2001) que para discutir a expansão da fronteira agrícola e o avanço do monocultivo da soja é necessário refletir sobre as questões relativas a grilagem das terras públicas e devolutas e, a concentração fundiária.

³⁷ Interessante registrar que o problema da propriedade da terra remonta o primeiro projeto de lei de terras que data de 1843. Os projetos de colonização promoviam vendas de terras devolutas, proibição das posses e invasões, e limitação das posses. Uma das formas de embargar o projeto e ocultar a apropriação (de grandes áreas que ocorriam corriqueiramente) era apontar os problemas existentes relativos à medição e demarcação de terras. Além disso, o tamanho dos lotes a serem vendidos pelo governo não levava a crer que o objetivo fosse o estabelecimento da pequena propriedade. Para um estudo mais aprofundado sobre os projetos de lei de terras no Brasil ver SILVA, 2008, em principal p.105-124 e p.275-303.

³⁸ Não se pode esquecer que “A violência e a expropriação são assim dados irredutíveis desse processo, variando em grau, mas sempre presentes em suas manifestações” (MORAES, 2002, p.144).

Ao examinar as formas de renda fundiária se manifestar, ou seja, o arrendamento que é pago a título de renda fundiária ao proprietário da terra pela utilização do solo, seja para fins produtivos, seja para fins consumptivos, cabe registrar que o preço das coisas que não tem por si nenhum valor, ou seja, que não são produto de trabalho [...] Para vender uma coisa, é preciso apenas que seja monopolizável e alienável (MARX, 1985, p.137).

Atualmente, vem se instalando um mercado altamente especulativo de terras nos pontos seletivos do território tocantinense, onde os preços ainda são mais baixos se comparados a áreas mais antigas ou consolidadas da fronteira agrícola, como o Oeste da Bahia, em que se observa a presença de especuladores, brasileiros e estrangeiros³⁹ desde a década de 1980, mas valorizadas se comparadas aos *espaços opacos* do Tocantins.

Tabela 1.1: Disponibilidade e discriminação de terras do Tocantins (2012)

DISCRIMINAÇÃO DA ÁREA	Hectares	Percentuais (%)
ÁREAS COM RESTRIÇÃO	13.990.000	50,25
Áreas potenciais p/ conservação	1.266.690	4,55
Parques estaduais	88.930	0,32
Parques nacionais	562.310	2,02
Áreas indígenas	2.007.470	7,21
Áreas de proteção ambiental	1.790.550	6,43
Corpos de água	665.600	2,39
Minerações e uso urbano	30.450	0,11
Áreas de reserva legal (nas propriedades)	6.315.000	22,68
Áreas de pres. Permanente (nas propriedades)	1.263.000	4,54
ÁREA PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	13.852.070	49,75
Pastagens (natural e plantada)	7.498.250	26,93
Área agrícola grãos explorada	825.000	2,96
Área para exploração	5.528.820	19,86
ÁREA TOTAL	27.842.070	100,00

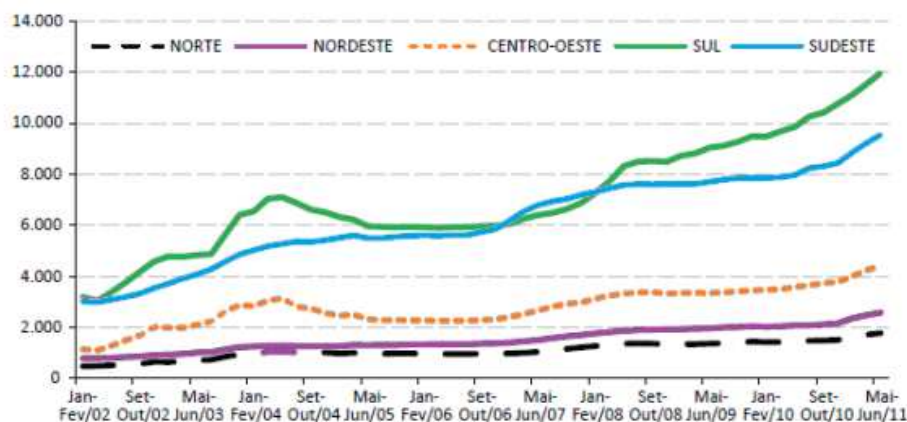
Fonte: Secretaria da Agricultura e Pecuária e Abastecimento do Estado do Tocantins, 2012a. Obs: As áreas de reserva legal e de preservação permanente obedecem ao antigo Código Florestal, Lei nº 4771/1965.

³⁹ Vale ressaltar que foram registrados no Brasil no ano de 2011 34.371 mil imóveis rurais em nome de estrangeiros, espalhados em uma área de 4.348 milhões de hectares (CASTILHO, 2012; CASTILHO, 2012). No Tocantins, chineses, em especial, vêm comprando terras no município de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia (dado recolhido em trabalho de campo em 2012). Em Paraíso do Tocantins, investidores americanos vêm estabelecendo parcerias na compra de terra para plantio de grãos com produtores brasileiros.

A terra atua como um ativo de reserva de valor, já que permite a conservação da riqueza e também é ferramenta especulativa. Além disso, a terra pode ser vista como ativo líquido (rendimento menos custos de manutenção e produção) associado aos fluxos de renda da atividade produtiva e ao grau de incerteza dos ganhos futuros (REYDON e PLATA, 1995).

Dentre os elementos que determinam o preço da terra, pode-se elencar a localização, infraestrutura de comercialização, impostos, legislação ambiental, contexto socioeconômico e político, inflação e características hidrográficas e edafoclimáticas, determinantes da renda diferencial I da terra; infraestruturas de produção, disponibilidade de mão-de-obra, grau de fragmentação e tamanho da propriedade, fatores que compõem a renda diferencial II (MARX, 1985; OLIVEIRA, 2007). Um fato interessante é a “área para exploração” descrita na tabela 1.1, endossando a teoria de “fundos territoriais” (MORAES, 2002) disseminada pelo Estado. Não é possível determinar com clareza quais seriam estas áreas (a não ser por exclusão do valor total a soma das outras áreas descritas na tabela e, mesmo assim, não seria possível espacializá-las). No entanto, é fundamental para a estratégia de atração do agronegócio a disseminação de ideia de um grande estoque de terras para exploração agrícola intensiva. De acordo com a organização dos dados pela Seagro (2012), as áreas de pastagens também seriam áreas potenciais para a agricultora moderna.

Gráfico 1.2 Preço médio das terras agrícolas brasileiras por região (R\$/ha)



Fonte: FNP Agranual, 2012.

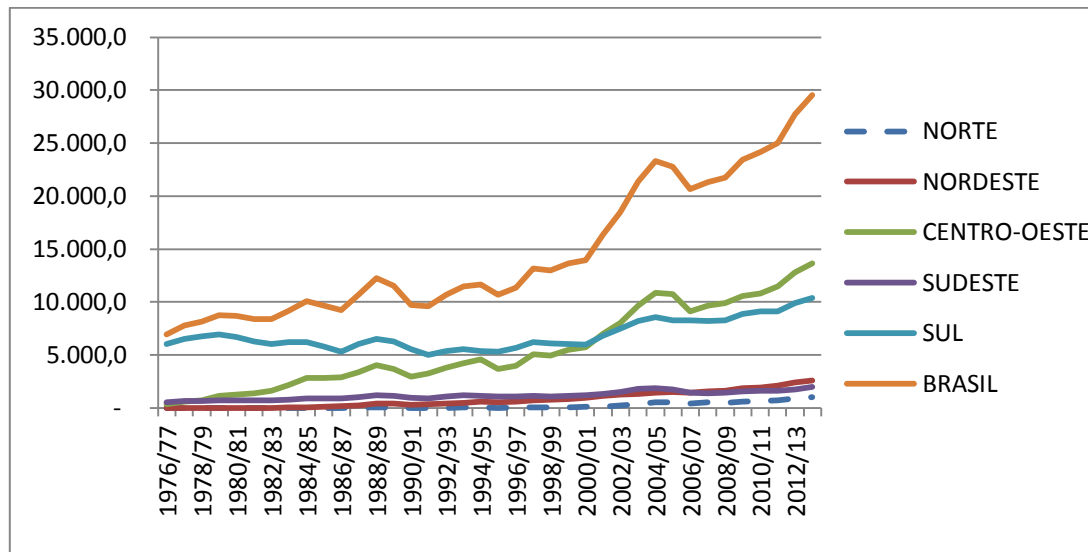
De acordo com o gráfico 1.2, as terras na região Norte do país são aquelas de menor preço, e o Tocantins participa desse contexto. Com preço da terra abaixo de outras regiões e investimentos em logística, o avanço da agricultura moderna vem acontecendo de forma abrupta. Vale ressaltar que em 2006 a área de lavouras permanentes e temporárias no estado ocupava 633.265 ha (IBGE, 2012). Atualmente, somente as terras utilizadas para a produção de grãos já ultrapassa a área total destinada para produção agrícola no ano de 2006, se levarmos em conta os números apresentados pela Seagro (2012) na tabela 1.1.

O preço de terras no Brasil tem aumentado desde 2000. As terras de pastagem foram as que mais subiram, seguidas das terras de lavouras (FNP, 2000-2014). Neste ano, as terras de matas praticamente não registrou aumento, já que em grande parte são reservas legais de propriedades e são dificilmente utilizáveis para as atividades agropecuárias modernas.

Desde 2002 percebe-se um aumento do volume de vendas de terra com pagamentos em soja, mesmo em regiões não produtoras do grão, implicando que a oscilação no preço da *commodity*⁴⁰ implique em alterações no preço da terra. O milho também aparece nas negociações, mas em menor frequência (FNP, 2002, 2003). Como aponta o gráfico 1.3, a ocupação de áreas para o plantio de soja registram os maiores aumentos a partir de 2001, acompanhando a tendência de vendas mediadas pelo produto. A renda global da terra cresce pela mera expansão do cultivo, junto ao emprego de capital e trabalho na terra (MARX, 1985).

⁴⁰ “Por *commodity* entendemos um produto primário ou semielaborado, mineral ou agrícola, padronizado mundialmente, cujo preço é cotado nos mercados internacionais, em bolsas de mercadorias. Trata-se de uma invenção não apenas econômico-financeira, mas também política, que enfraquece e submete o produtor local – pelo menos quando se trata de *commodity* agrícola – a uma lógica única ou global e a uma situação sobre a qual não se exerce nenhum controle, favorecendo os compradores ou a grandes empresas de comercialização (*tradings*). A lógica das *commodities* opõe agentes atrelados ao lugar ou à região aos agentes que atuam em rede” (CASTILLO, 2011, p.340)

Gráfico 1.3 Áreas ocupadas pela produção de soja no Brasil por região (mil ha)



Fonte: CONAB, 2013. Organizado pela autora.

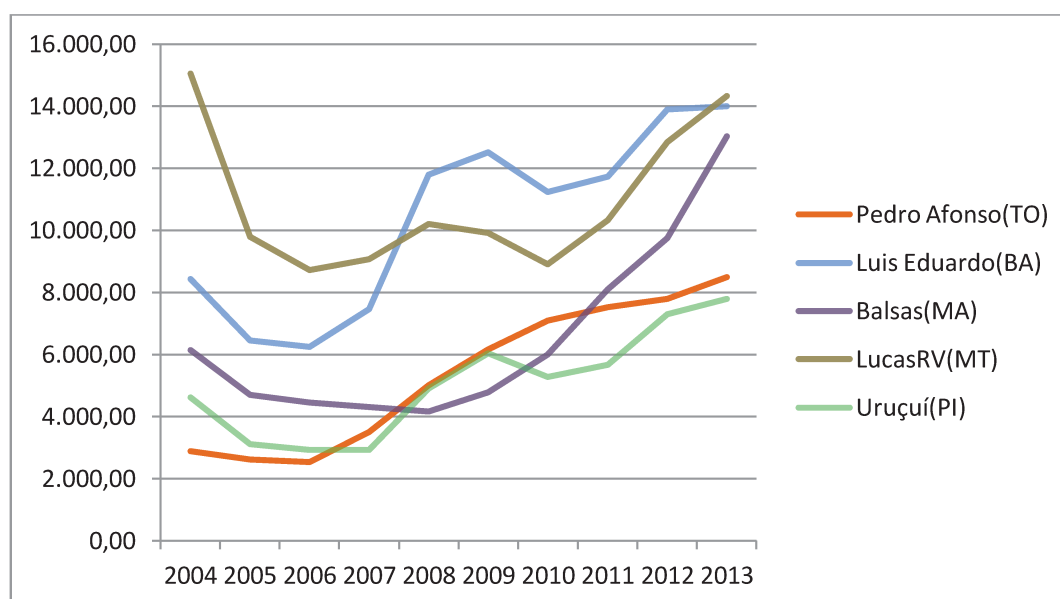
Em 2003, as elevações do preço da terra no Tocantins são bem modestas, com exceção das áreas produtoras de soja – como a oeste da BR-153, em Palmas e Dianópolis. Em 2003, o preço da terra agrícola de soja em Campos Lindos era R\$ 2.068,00, em Pedro Afonso, R\$ 1.340,00 as terras de alta produtividade (aproximadamente 50 sacas por hectare) e R\$ 852,00 as terras de baixa produtividade (aproximadamente 35 sacas por hectare) e em Porto Nacional as terras de alta produtividade eram de R\$ 893,00. Neste mesmo ano as terras de alta produtividade em Balsas (MA) eram negociadas a R\$ 1.820,00 o hectare; em Uruçuí (PI) R\$ 2.194,00 e no oeste baiano (nos municípios de Luis Eduardo e Novo Paraná) a R\$ 4.474,00 o hectare. No Mato Grosso (municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde/Nova Mutum) a terra agrícola de soja era precificada a R\$ 8.362,00 o hectare (FNP, 2005).

O gráfico 1.4 permite afirmar que o baixo preço da terra no Tocantins em comparação aos outros estados do corredor dos cerrados Centro-Norte, com exceção de Uruçuí que apresenta preços semelhantes de 2004 – 2009 e 2010 e 2012, é um fator relevante para a expansão da soja no Tocantins. As áreas de maior produtividade e com maiores infraestruturas para o circuito espacial produtivo são mais valorizadas – Luis Eduardo Magalhães e Lucas do Rio Verde. O Maranhão, por apresentar maiores vantagens logísticas

que o espaço tocantinense possui terras mais valorizadas (BARRAZA DE LA CRUZ, 2007).

Desde 2009, a alta do preço da soja e a expansão de investimentos em infraestruturas e o aumento da demanda da *commodity* faz com que todas as áreas apresentadas se valorizem, como mostra o gráfico 1.4.

Gráfico 1.4 Preço das terras agrícolas (R\$/ha) nos estados do corredor dos cerrados Centro-Norte (2004-2013)



Fonte: FNP, 2004 a 2014. Valores reajustados pelo IGPM do período (base: junho de 2014). Organização própria.

Em 2006 já nota-se uma grande valorização das terras no Tocantins como aponta o gráfico 1.3: o preço das terras de alta produtividade em Campos Lindos registram R\$ 3.429,00 – aumento de 44, 86% referente aos valores de 2003⁴¹ ; Pedro Afonso R\$ 1.634,00 – 6,58% e Porto Nacional R\$ 1.703,00 – 66,06%. Mesmo com o aumento do preço da terra, os principais municípios produtores de soja continuam atrativos. As áreas de

⁴¹ Os aumentos de preço da terra são reajustados pelo IGPM (FGV) base junho de 2014 dos períodos correspondentes, registrando as variações reais dos valores.

Porto Nacional registram o maior aumento por apresentar terras que necessitam de baixo investimento em fertilizantes (FNP 2004,2005, 2006).

A correspondência entre o preço da soja e de terras continua e a estabilidade da *commodity* reflete no aumento constante do preço das terras a partir de 2010, como é possível observar no gráfico 1.2. A renda global cresce pela mera expansão do cultivo, junto ao emprego de capital e trabalho na terra.

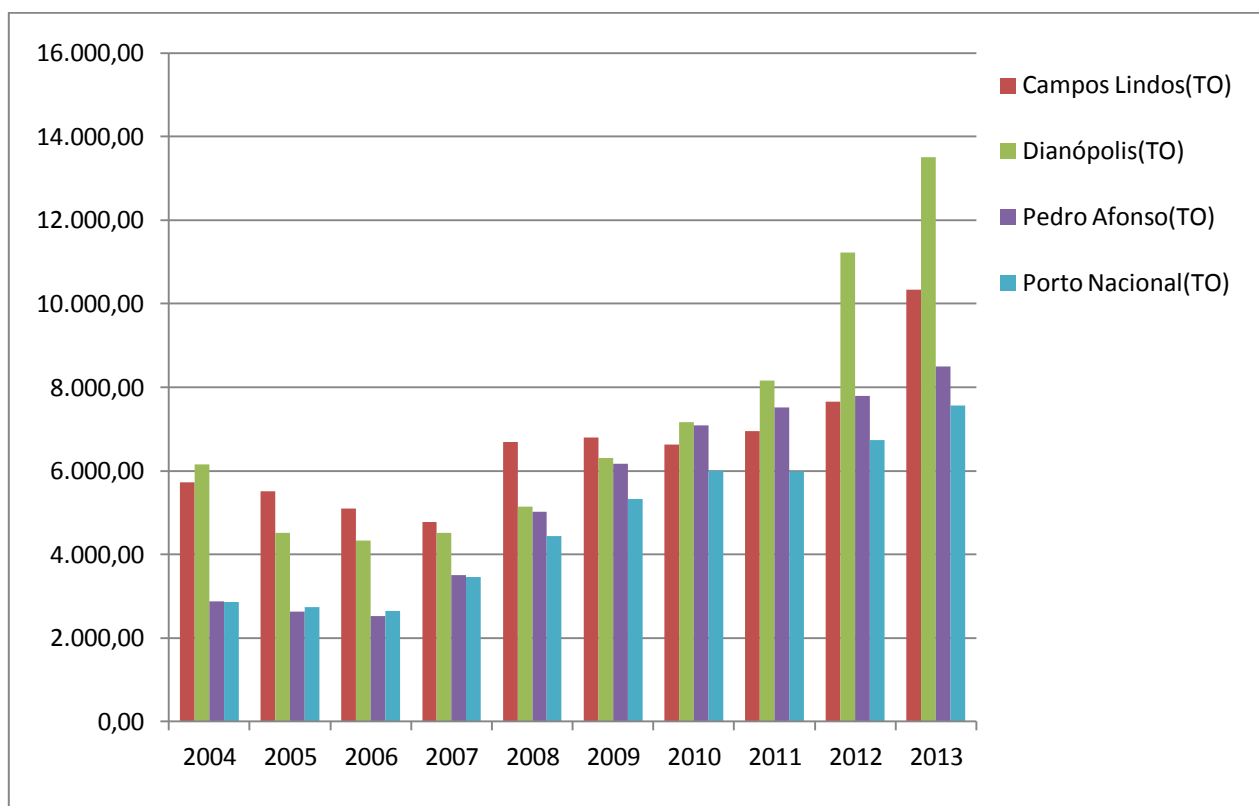
Não há grande volume de negócios e os preços se mantêm altos de uma forma geral. A partir de 2009, as vantagens logísticas e os baixos preços relativo às terras de outros estados dos cerrados do corredor Centro-Norte aparecem como atrativos às áreas da fronteira agrícola dos cerrados Centro-Norte. As áreas de cerrado próximas a Belém-Brasília registram altas de preços, assim como a região de Pedro Afonso e Campos Lindos.

Em 2010, como registra o gráfico 1.5, as terras agrícolas de soja em Campos Lindos eram vendidas a R\$ 5.200,00 o hectare, registrando um aumento de 12,81% com relação ao preço de 2005. Em Pedro Afonso, o aumento foi de 148% com relação ao ano de 2005, custando R\$ 5.467,00 o hectare. Ambos municípios estão na região do estado com maior aptidão agrícola para o plantio de soja. Porto Nacional também registrou grande aumento no período – 103%, com terra sendo negociadas a R\$ 4.667,00 o hectare. A partir deste ano, as terras mais caras do Tocantins passam a ser as terras agrícolas de várzea sistematizada, onde estão localizados os municípios de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia, registrando em 2013 R\$ 10.700,00. Dianópolis, importante município produtor também apresenta altos valores neste ano – R\$ 13.500,00. Campos Lindos, em 2013, apresentou terras agrícolas de soja para a venda a R\$ 10.333,00 (aumento de 65% em relação a 2010); Pedro Afonso R\$ 8.500,00 (aumento de 29,14% em relação ao período) e Porto Nacional R\$ 7.567,00 (34,67%) (FNP, 2014).

Os municípios citados e que registram no estado do Tocantins as maiores variações positivas de preço da terra absolutas e percentuais, são aqueles que se destacam pela produção de soja do estado (FNP, 2004, 2014). Além disso, observa-se que tais municípios estão espalhados no estado, levando a corroborar com a ideia de que o avanço da produção

da soja ocorre em pontos conectados a uma rede logística como descrito por Castillo (2004).

Gráfico 1.5 Preço das terras agrícolas de soja (R\$/ha) nos municípios produtores do Tocantins (2004-2014)



Fonte: FNP, 2004 a 2014. Valores reajustados pelo IGPM do período (base: junho de 2014). Organização própria.

Tabela 1.2 Valor da terra nua no Tocantins (2007)

Microrregião	Valor da terra nua/ha			01 módulo ⁴²	04 módulos	15 módulos
	Mínimo	Médio	Máximo	fiscal (valor mínimo)	fiscais (valor mínimo)	fiscais (valor mínimo)
Bico do Papagaio	619,43	1.136,36	1.652,89	49.554,40	198.217,60	743.316,00
Araguaína	206,61	1.652,89	3.099,17	16.528,80	66.115,20	247.932,00
Miracema do Tocantins	206,61	1.136,26	2.666,12	16.528,80	66.115,20	247.932,00
Rio Formoso	361,57	645,66	929,75	28.925,60	115.702,40	433.884,00
Gurupi	123,97	836,78	1.549,59	9.917,60	39.670,40	148.764,00
Porto Nacional	258,25	748,97	1.239,57	20.660,00	82.640,00	309.900,00
Jalapão	61,98	647,52	1.333,08	4.958,40	19.833,60	74.376,00
Dianópolis	103,31	1.084,71	2.066,12	8.264,80	33.059,20	123.972,00
Valores médios	<i>242,72</i>	<i>986,14</i>	<i>1.817,04</i>	<i>19.417,30</i>	<i>77.669,20</i>	<i>291.259,50</i>

Fonte: Planilha de Preços referenciais de Terras e Imóveis Rurais do Tocantins. SR-26. INCRA, 2007.

⁴² De acordo com o INCRA, o módulo fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda da área utilizada e conceito de propriedade familiar. Os municípios do Tocantins adotam a medida de 80ha como módulo fiscal, exceto Araguaçu e Sandolândia em que a medida é 70ha.

As cidades do Bico do Papagaio foram majoritariamente criadas nos anos 1980, influenciada pelos programas de desenvolvimento para Amazônia, e pelo corredor logístico Carajás. De acordo com o Mapa de Potencial do Uso da Terra (SEAGRO, 2012), tanto a floresta quanto os cerrados desta região permitem um uso intensivo da terra e, por conseguinte o avanço da fronteira agrícola. Neste sentido, Tocantinópolis, localizada a leste, próximo aos estados do Maranhão e Piauí é um dos principais pontos de escoamento da soja em direção ao Porto de São Luís – MA.

Araguaína é uma tradicional região da pecuária extensiva. De acordo com o Mapa de Potencial do Uso da Terra (SEAGRO, 2012), apresenta áreas potenciais para cultivos de ciclo curto e longo e pecuária intensiva, e apresenta terras valorizadas. Esta região possui uma boa rede de infraestruturas para escoamento da produção, e situa dois pátios da Ferrovia Norte-Sul já em operação Colinas e Araguaína/Babaçulândia.

A microrregião de Gurupi apresenta altos picos de valorização no período analisado entre 2000 e 2014. A região tem recebido investimentos em irrigação. As áreas de aumento do preço da terra estão localizadas na parte oriental da microrregião, próxima à BR-153.

O Jalapão, com diversas restrições ambientais, solos frágeis e péssima rede viária possui as terras mais baratas do estado, de acordo com a tabela 1.2. Essa região possui ligações rarefeitas com os principais eixos de exportação, como a ferrovia Norte-Sul e a BR-153. Mateiros e Lizarda, municípios produtores de soja no estado, escoam sua produção para Luís Eduardo Magalhães – BA. No entanto, nesta região está localizado o município de Campos Lindos, que não segue as tendências apresentadas pela microrregião.

Dianópolis tem apresentado valores da terra cada vez mais altos em detrimento dos projetos de irrigação, como o Projeto Manuel Alves. A entrada da soja nos municípios da microrregião como Natividade, Santa Rosa do Tocantins próximo a TO-010. Dianópolis e Taguatinga, assim como Mateiros escoam sua produção para o município baiano citado.

Sobre a análise da evolução da agricultura na sociedade capitalista, Kautsky (1986) aponta dois pilares: “a propriedade privada com referência à terra e o caráter mercantil dos produtos agrícolas” (p.57). Do ponto de vista geográfico, a fronteira expressa a expansão agrícola em área, a concentração fundiária, a transformação das relações de produção, o

êxodo rural, a modernização da base técnico-produtiva, a implantação da rede de fixos (armazéns, indústrias, latifúndios, centros de pesquisa, bancos, cidades, empresas, distribuidoras, portos, etc) e de fluxos de informação, capitais, mercadorias e mão-de-obra, a integração espacial em diversas escalas geográficas, a extensão da fronteira urbano-industrial de um país, os conflitos fundiários (SILVA, 2006). A teoria da expansão da fronteira é um desdobramento da expansão territorial do capital (MARTINS, 1996).

Em suas diversas acepções, a fronteira sempre pressupõe movimento, um embate de forças entre diferentes formas de reprodução da vida. A fronteira agrícola, a partir dos elementos discutidos anteriormente, reflete a reprodução de um espaço geográfico através de incorporação de terras sob a lógica dos sujeitos hegemônicos do processo de reprodução do capital frente aos espaços da hinterlândia.

As mudanças da relação com a terra transformam o sertão, modificam as “terras devolutas” do Estado em grandes propriedades privadas. Com a expansão de um sistema de viário e projetos de desenvolvimento o Estado auxilia a entrada do capital nacional e estrangeiro no tanto na Amazônia quanto no território tocantinense. Vale lembrar que a própria construção do Tocantins está calcada em acordos políticos das elites locais para a manutenção do latifúndio, para a permanência dos privilégios de classe e do avanço capitalista no campo. Com terras baratas e políticas de incentivo à agricultura moderna para adentrar os cerrados e a Amazônia tocantinense, a agropecuária de exportação torna-se o pilar de desenvolvimento do estado.

CAPÍTULO II: TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E AS CONTRADIÇÕES DA ESPACIALIZAÇÃO DO CAPITAL: CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA SOJA E PECUÁRIA NO TOCANTINS

A influência da técnica no espaço acontece de duas maneiras e em duas escalas distintas: a instalação das infraestruturas de técnicas modernas, e as transformações generalizadas impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e de existência. Sem a unicidade técnica propiciada pela organização funcional e estrutural dos fixos não haveria condições para a realização da mundialização da produção, tampouco da unificação do mercado e do sistema financeiro internacional. (ELIAS, 2006a, p.39). A unicidade técnica permitiu a instalação de qualquer instrumento técnico produtivo em qualquer parte do mundo.

A natureza se torna externa ao homem, não tendo um valor em si, mas constituinte de uma reserva de recursos a serem explorados – como consumo ou meio de produção⁴³. Com a ação do capital em escala mundial e a grande mobilidade dos capitais ao redor do mundo, a agricultura mundializada permite formas mais eficazes de produção, baseada na produção de *commodities*, bolsas de mercadorias e de futuro⁴⁴ e nos monopólios mundiais, diminuindo até mesmo a dependência dos fatores naturais na atividade.

Não perdendo de vista a fronteira e seu caráter multifacetado, a dinâmica espacial da segunda metade do século XX na hinterlândia pode ser dividida em dois padrões espaciais complementares:

⁴³ “Ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para uma exploração da natureza pelo homem, o capitalismo multiplicou indefinidamente as duas. O recalcado retorna e retorna em dobro: as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos milhões de miséria, as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos. Estranha dialética esta que faz do escravo dominado o mestre e dono do homem, e que subitamente nos informa que inventamos os ecocídios e ao mesmo tempo as fomes em larga escala” (LATOUR, 1994, p.14).

⁴⁴ “as bolsas de mercadorias e futuro tornaram-se o centro regulador dos preços mundiais das commodities. Na Bolsa de Chicago se decide os preços da soja, milho, trigo, farelo e óleo de soja. Na Bolsa de Londres são definidos os preços do açúcar, cacau, café, etc. Na Bolsa de Nova York correm as cotações do algodão, açúcar, cacau, café e suco de laranja, etc. No Brasil, não tem sido diferente, a BM&FBovespa atua no mercado futuro de soja, milho, café, etanol e boi gordo. Na Bovespa estão as ações da SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF- Brasil Foods, JBS, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex e Ecodiesel”. (OLIVEIRA, 2012, p.6)

a) frentes de povoamento, com dinâmicas motivadas por interesses mercantis ou não, voltados à apropriação da terra, principalmente pela agropecuária, e que, não obstante os conflitos entre as frações do capital e destas com o campesinato e populações ditas “tradicionais”, motivam uma ocupação mais efetiva e permanente do território; e

b) frentes de recursos, nas quais as dinâmicas são ensejadas pela apropriação, por meio da extração de recursos naturais (produtos florestais, minérios, animais), cujo potencial, por causa de sua raridade, do sobre-uso ou do manejo não sustentável, esgota-se em alguns anos ou décadas, o que conduz à ocorrência de pulsos econômicos e populacionais (MONTEIRO et. al, 2011, p.41-42).

Nas últimas décadas, o Brasil tem apresentado crescentes taxas de crescimento das *commodities* agrícolas, em principal no domínio dos Cerrados. Nas décadas de 1960 e 1970, a modernização da agricultura teve forte apoio do Estado através de subsídios, políticas de crédito agrícola, industrialização, incentivos para o avanço da fronteira agrícola em áreas do Cerrado, sendo o Prodecet a materialização desta expansão; expansão da malha rodoviária, possibilitando o desenvolvimento de Complexos Agroindustriais, CAIS, (SORJ, 1980; MULLER, 1989; SILVA, 1998; MAZZALI, 2000; DELGADO, 2012) aproximando a agricultura da indústria, reformulando a base técnica do campo e ampliando alguns circuitos espaciais de produção, dentre eles o circuito da soja. No início da década de 1970, o norte de Goiás se inseria na economia nacional como produtor de bens exportáveis, como o arroz e a soja. Os incentivos fiscais dos programas como Polamazônia e Polocentro estimularam a “pecuarização da agricultura”, substituindo as culturas de subsistência por extensas fazendas de gado e monocultivo de grãos (CAVALCANTE, 2003).

O modelo de modernização escolhido nos moldes da chamada “Revolução Verde” (TOLEDO e CASTILLO, 2009; CASTILLO, 2011; LOCATEL e CHAPARRO, 2004; ALVES, 2013) tendo como principal objetivo o aumento da produção, não alterou a estrutura fundiária concentrada do país. Essas mudanças no padrão de produção também ficaram conhecidas como “modernização conservadora”⁴⁵, já que esse pacote de mudanças – a modernização e o crescimento da produção agropecuária mediante a melhora da

⁴⁵ “‘Modernização conservadora’ foi o termo adotado por Barrington Moore para designar o modelo autoritário de desenvolvimento do capitalismo retardatário no século XIX [...] A integração orgânica entre a grande empresa, os bancos e o aparelho do Estado nacional, dentro da tradição da ‘modernização conservadora’ do final do século XIX, continuou sendo a base do moderno capitalismo avançado do século XX (TAVARES e FIORI, 1993, p.23).

capacidade de armazenagem em silos e frigoríficos, a modernização dos matadouros industriais, a mecanização da agricultura e o maior uso de fertilizantes – não estavam emparelhadas com a reforma agrária.

A partir da década de 1980, a reestruturação produtiva ocorre de forma mais privilegiada e seletiva, num processo de oligopolização do setor agropecuário.

Com a pesquisa tecnológica pôde-se reestruturar a base técnica empregada nesse conjunto de atividades, e, ao mesmo tempo, transformar os sistemas técnicos agrícolas, abrindo um grande número de novas possibilidades para a realização da mais-valia mundializada, por meio da fusão de capitais com os demais setores econômicos” (ELIAS, 2006a, s/n).

O aumento da extensão das áreas de cultivo deixou de ser um elemento fundamental de crescimento da produção agrícola, uma vez que a inovação técnica elevou a produtividade da terra e do trabalho a altos patamares de acordo com os avanços da época.

Nos anos 1990, as diretrizes do “Consenso de Washington” (disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros e câmbio de mercado, abertura comercial, abertura para investimento direto de capitais estrangeiros, privatização das estatais, desregulamentação das leis trabalhistas, direito à propriedade intelectual) colocam o mercado como grande regulador, reforçando a pauta exportadora de commodities primárias. Esse tipo de desenvolvimento está de acordo como paradigma de relação sociedade-natureza denominado de economia de fronteira. O crescimento econômico é visto como linear e infinito, baseado na contínua incorporação de terra e recursos naturais, também percebidos como infinitos. A mercantilização de recursos naturais implica, necessariamente, na alteração das formas e conteúdos do espaço, produzindo impactos e alterações irreversíveis⁴⁶. Para Becker (2005), esse paradigma da economia de fronteira,

⁴⁶ Não é fantasia o fato de que está em curso na Amazônia a transformação de bens da natureza em mercadorias. Uma infinidade de exemplos poderiam ser citados. Retiramos aqui alguns casos levantados por Becker (2005): “o caso da Peugeot, que faz investimentos no sentido de seqüestro do carbono no Mato Grosso; a empresa inglesa AES. Barry, contrutora de termoelétricas que faz “compensações ambientais e financia projetos na Ilha do Bananal; a Mil Madeireira que, tem um projeto neste sentido no estado do Amazonas; a Central South West Corporations, de Dallas, uma empresa de energia que fez uma aquisição no Paraná de setecentos mil hectares, através da mediação da National Conservancy, da reserva da Serra de Itaquí” (p.77). Hébette (2004) também cita a apropriação de terras e outros recursos naturais de grandes empresas na Amazônia: as explorações minerais da Shell, Anglo American e British Petroleum, latifúndios da Bradesco e Volkswagen, concessões a Andrade Gutierrez.

ou seja, de uma fronteira de recursos (BECKER, 1982), caracteriza toda a formação latino-americana.

O setor agrícola intensifica o uso de produtos industriais, como fertilizantes, pesticidas, corretivos de solo, sementes selecionadas, variados equipamentos. Somente no primeiro semestre de 2013, as importações de fertilizantes movimentaram U\$ 4.231 milhões, representando 3,2% da balança de importação. A taxa de variação 2012/13 foi de 31%. (SECEX/MDIC, 2013). Os principais fatores do aumento do uso de fertilizantes no Brasil são: capitalização dos agricultores e a capacidade de obter crédito, grau de tecnologia, expansão de novas áreas e as “correções” dos solos recém-incorporados, política agrícola e a taxa de câmbio. A soja é a cultura que mais consome fertilizantes no país, aonde são destinados 34% dos produtos (IBGE, 2006). Os fertilizantes não diferem muito de outras *commodities* quanto à concentração de mercado.

“A importação de fertilizantes pode ser feita diretamente por agricultores, cooperativas ou misturadores de todos os portes. Contudo, por razões de mercado, esse elo da cadeia de produção acaba limitado a grandes empresas. Somente a movimentação de vultosas quantidades permite ter ganho na escala, constância de importações, melhor planejamento e diluição de riscos” (FNP, 2009, p.24).

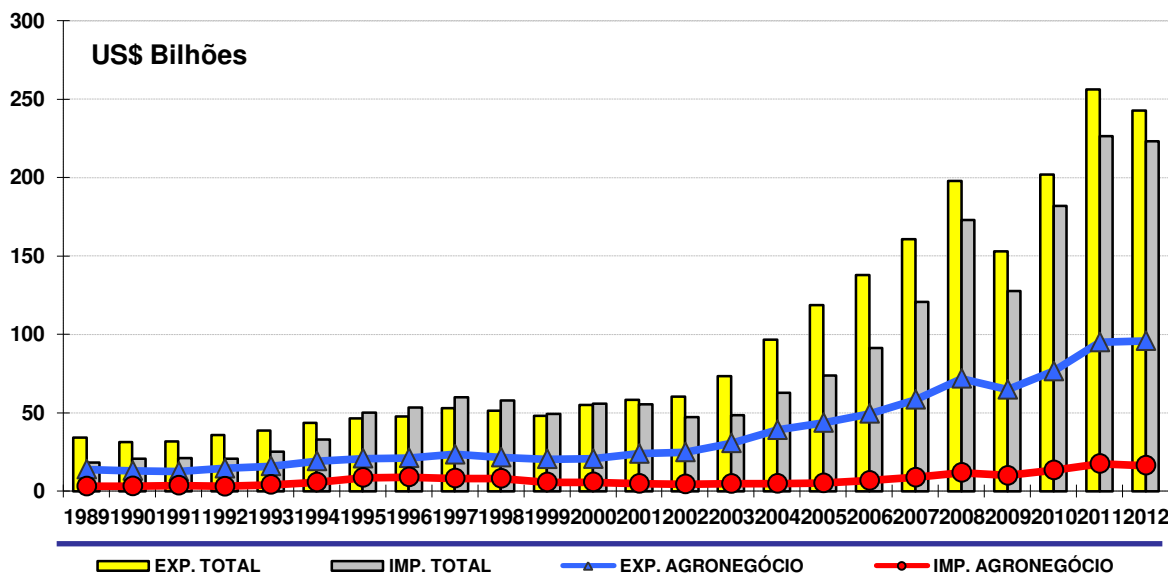
Entretanto, a mecanização e o uso de insumos químicos não são suficientes para caracterizar a modernização da agricultura: é necessária a reformulação do sistema de comercialização, assistência técnica, sistema de crédito, disposição dos cultivos. Além disso, as mudanças no padrão de produção aumentaram as possibilidades de “aproveitamento dos solos menos férteis e de ocupação intensiva de territórios desprezados para tal atividade, relativizando-se as questões locacionais, antes imprescindíveis”. (ELIAS, 2006a, s/n)

Neste contexto, o agronegócio tendo como seu modelo de produção a agricultura de precisão⁴⁷ vem se expandindo, e em 2013 representou 47,5% da participação dos produtos

⁴⁷“A agricultura de precisão é associada a estratégias de gestão que utilizam a tecnologia da informação para a recolha e análise de dados provenientes de várias fontes, a fim de apoiar decisões relacionadas à agricultura a produção de decisões. Estes sistemas informatizados também se destinam a aumentar a eficácia e a eficiência da produção em uma área específica ou em toda a propriedade, além de buscar maiores ganhos com minimização simultânea dos custos de produção e impactos ambientais por atividades agrícolas e pecuárias,

na balança de exportação, como aponta o gráfico 2.1.. Desde 2011, o agronegócio tem exportado cerca de US\$ 100 bilhões por ano (SECEX/MDIC, 2013).

Gráfico 2.1 Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio 1989-2012 (US\$ bilhões)



Fonte: AgroStat Brasil, a partir de dados da SECEX/MDIC. Elaboração: CGOE/ DPI/ SRI/ MAPA.

As grandes empresas associadas aos processos de monopolização do espaço agrário e, conseqüentemente, nos pontos e nós componentes das redes agroindustriais avançam sua participação no sistema alimentar globalizado (ELIAS, 2008, 2011), definindo o agronegócio como um sistema integrado: produção, armazenagem, pesquisa, ciência e tecnologia.

A produção de *commodities* é regida por um mercado abstrato e desconhecido pelos produtores, que não possuem controle dos custos de produção, já que os insumos e o preço das *commodities* são regulados pela bolsa de mercados internacional. Desta feita, fica claro

embora o sistema por si só não implica necessariamente uma produção ambientalmente amigável” (LOCATEL e CHAPARRO, 2004, s/p).

o domínio das grandes empresas na balança comercial brasileira, que já são os agentes mais competitivos nos circuitos espaciais de produção. De acordo com Castillo (2011, p.334),

a competitividade é uma forma de produzir a custos cada vez menores e obedecendo a padrões internacionais de qualidade, alcançados pela superexploração da força de trabalho, pelo uso indiscriminado dos recursos naturais (vantagens comparativas) e pela criação de condições materiais organizacionais (aprofundamento da especialização regional), ainda que isso não traga nenhum benefício para as populações locais.

É impressionante observar que as grandes empresas, 26,4% do total de estabelecimentos correspondem a 95,6 % do valor exportado em 2011 (SECEX, 2012). Tal estrutura reforça a concentração de capitais, de terras, de densidade técnica, de poder que se encontra em diversas escalas no Brasil. A expansão do capitalismo no campo criou a expansão de setores industriais e de serviços, tendo como resultado uma economia agrária que é progressivamente influenciada pela ação de fatores internos e externos que revelam, entre outros fenômenos, a expansão da mentalidade capitalista no campo.

Tudo isso fez da urbanização um processo bastante complexo, dada a multiplicidade de variáveis que nela passam a interferir, como, por exemplo: a modernização agropecuária associada ao setor industrial, com a conseqüente especialização dessas produções; o crescimento da produção não-material, seja associada ao consumo produtivo agrícola ou ao consumo consumptivo; o aumento da quantidade e da qualidade de trabalho intelectual; o intenso processo de êxodo rural; a existência do agrícola não-rural; a migração descendente, etc.[...] Quanto mais se aprofunda a divisão do trabalho agrícola, mais intenso e complexo torna-se o processo de urbanização (ELIAS, 2008, s/n).

O aumento da urbanização não modificou a posição do país como exportador de produtos primários, onde o capitalismo revela seu movimento contraditório, unindo a indústria e a agricultura (OLIVEIRA, 1996), deixando evidente que o sentido do desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria industrialização da agricultura. O desenvolvimento das forças produtivas no campo transforma a terra em um elemento próprio do capital.

Em nenhum momento pode-se perder de vista o movimento violento que esta modernização da agricultura carrega, criando uma sociedade excludente e espacialmente seletiva.

Se o crescimento da infraestrutura de apoio à agricultura constitui uma vertente moderna de diversificação do setor serviços nos centros urbanos do estado do Tocantins, o processo de expropriação do homem do campo associado às modalidades recentes de expansão da pecuária estão na base da intensificação do ritmo de mobilidade da população rural, constituindo a face igualmente moderna da aceleração de formas urbanas no estado. O reconhecimento do fenômeno urbano a partir das mudanças ocorridas no campo é o elemento fundamental da compreensão do aumento do número de pequenos aglomerados de menos de 5.000 habitantes, verificado atualmente, sucedendo a fase de surgimento, à margem da Belém-Brasília, dos centros pioneiros cujo crescimento também se deveu a essa posição estratégica (AJARA, 1991, p. 38).

O processo de urbanização no Tocantins avança a partir da década de 1990 após a emancipação do estado, reorganizando o espaço para a expansão do capital na fronteira.

Tendo a cidade como lócus dos aparelhos de dominação, na década de 1950, o Tocantins contava com 35 municípios, alguns deles criados já sob a influência da construção da BR-153⁴⁸, como Araguaína, Gurupi e Xambioá. . Na década de 1960, 19 municípios foram criados, e Alvorada, Miranorte, Colinas, Paraíso do Tocantins cresceram à margem esquerda a Rodovia Bernardo Sayão. No total, a BR-153 corta 22 municípios no estado (NASCIMENTO, 2013). Na década de 1980, o norte de Goiás contava com 60 municípios. Após a emancipação da região e a constituição do Tocantins, 60 municípios foram criados entre 1990 e 2000,⁴⁹.

De 2002 a 2010, a economia de Palmas cresceu, em média, 13,82% ao ano - superando os índices do Tocantins (7,2%) e do Brasil (4%). Setores como construção civil e supermercados ajudam a puxar a fila. Nos últimos cinco anos, redes como Extra, Makro e

⁴⁸ “O Plano Geral de Viação Nacional (Decreto 24.497 de 29 de junho de 1934) previa uma ligação Belém-Livramento, no Rio Grande do Sul, com o nome de Transbrasiliana. Esse plano foi posteriormente modificado por meio da Lei Jales Machado, assim denominada em razão do Deputado goiano que apresentou o projeto em 1947. A sugestão era de realizar uma ligação mista rodo-ferro-fluvial: rodoviária de Anápolis a Miracema do Norte; fluvial de Miracema do Norte a Tocantinópolis; rodoviária de Tocantinópolis a Marabá e a Jatobal, ferroviária de Jatobal a Tucuruí; fluvial de Tucuruí a Belém. A ideia era compartilhada pela Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que tinha missão, por lei, de “realizar um plano de viação da Amazônia (Lei 1806 de 6 de janeiro de 1953). Comparando as alternativas, o Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA, em 1955, dava a preferência à solução mista. Além de procurar reduzir despesas, essa opção objetivava “recuperar os “núcleos desvitalizados”, situados ao longo dos rios, e “consolidar posições antes de conquistas novas frentes” (HÉBETTE, 2004, p.35-36).

⁴⁹ “Dos 60 municípios, 40 foram criados através de atalho jurídico, via emenda constitucional nº 01/89, sem observar nenhum dos critérios até então vigentes pela Lei Complementar nº 01/89, e o que é pior sem nenhuma discussão em estudo técnico, protocolado, analisado e votado em menos de duas horas. Analisando os dados populacionais apresentados na recontagem de 1996, percebe-se que dez desses municípios não teriam condições de cumprirem com a exigência de ter 2.000 habitantes” (NASCIMENTO, 2013,p 1681).

Carrefour se instalaram na cidade. De acordo com o último levantamento feito pelo IBGE, em 2010 havia 6.503 empresas registradas em Palmas, um avanço de 41% em relação a 2006 (4.613) (NETO, 2013).

Pode-se afirmar que o avanço da fronteira é simultâneo à formação de espaços incorporados à divisão social do trabalho, fragmentado e seletivo. Para Foweraker (1982), a fronteira pioneira está associada à urbanização e ao aumento das taxas de industrialização, além de estar localizada na periferia da economia – e por isso tão importante para a manutenção da exploração e acumulação – deslocando o excedente da acumulação das regiões de fronteira para os centros financeiros da economia mundial.

No Brasil, a metrópole de São Paulo centraliza o capital acumulado, principalmente o financeiro, articulando praticamente, toda a produção agrícola. A cidade sedia a bolsa de cereais oficial, a bolsa de mercadorias e futuros, além de grande parte dos produtos hortifrutigranjeiros e é o lugar da base de todos os preços nacionais destes produtos. Essa centralização da produção agrícola, em São Paulo também articula as produções capitalistas e camponesas no campo brasileiro, com a “bolsinha” e o mercado da Cantareira. A partir desse esquema é que grupos empresariais no centro sul do país investem em projetos no Pará, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Acre e Rondônia.

A constituição de núcleos urbanos tem como objetivo concentrar serviços de apoio à organização capitalista, pensando a agricultura moderna como uma atividade inserida nesta lógica, e a aglutinação do homem expropriado do campo como mão-de-obra.

As cidades tocantinenses como expressão deste movimento de diversificação e concentração de bens e serviços criam mecanismos de distribuição da força de trabalho para as áreas agrícolas de grande concentração fundiária, dos bens de consumo e de controle da mobilidade da mão-de-obra⁵⁰. Essa mobilidade da mão-de-obra pode ser vista como um movimento de migração não espontâneo, já que o pequeno agricultor é impedido de sobreviver na terra, não encontrando outra mercadoria para vender que não a sua força

⁵⁰ Para Becker (1982) a mobilidade é vista como condição necessária para a gênese do capital. “Encarada no seu conjunto, ela se exprime nas condições de existência do capital, ou seja, na produção da força de trabalho, na sua utilização no processo produtivo e na sua circulação (quando de sua transformação em mercadoria) espacial e ocupacional” (p.207).

de trabalho. Contudo, é sempre importante partir da análise de Oliveira (2011) de que o desenvolvimento da industrialização da agricultura no campo e a expansão das culturas para exportação na economia global avançam de modo a reproduzir relações capitalistas, implantando o trabalho assalariado, mas sem que as relações camponesas desapareçam por completo e sem que a totalidade do trabalho no campo e da vida sejam submetidas totalmente ao capital.

2.1 Pecuária e hibridismo: da grilagem á exportação

Diferentemente da entrada da soja no Tocantins pela agricultura moderna nos anos 1960 e 1970, a pecuária está presente antes da formação do Tocantins enquanto unidade da federação. A criação de gado na região da Amazônia brasileira data do século XVII, quando navegantes trouxeram os primeiros animais para atender à demanda de leite e de tração animal para os colonos europeus instalados e seguedesde então, ganhando importância.

Os movimentos da fronteira e a ocupação do espaço tocantinense estão fortemente ligados à pecuária. Num primeiro momento, o espaço é visto como terra de trabalho, propriedade de quem a trabalha (MARTINS, 1994): o ganho concerne ao trabalho, ao agricultor que trabalha na terra, sem mediação necessária com o mercado. As terras não possuíam demarcação clara, e a errância dos vaqueiros pela imensidão era uma força tanto de desbravamento das áreas desconhecidas como uma forma de criação do gado. A pecuária era extensiva e não constituía formação de riqueza até o século XX para a região, impulsionada principalmente pela decadência da mineração, consolidando-se como uma possibilidade de subsistência, iniciando o processo de formação de uma nova classe, a dos pecuaristas.

Ao norte, a pecuária tornou-se atividade principal e articulou-se com a economia da borracha e da castanha que entrava em auge econômico. O abastecimento das áreas de exploração vegetal foi importante para o desenvolvimento da pecuária. Estruturada e articulada ao território, a oligarquia formada pela pecuária e agricultura no sul do Maranhão e norte do Tocantins se consolidou como sócio menor. Em contrapartida, o sul [do Tocantins] mantinha relações importantes com a capital de Goiás e com a oligarquia dos Caiados, que comandava o poder

apoiada pelos cafeicultores de São Paulo, mas, empobrecidos não chegava a constituir o sócio menor, antes, este se formou pelo capitalismo mercantil que se estabeleceu ao longo do rio Tocantins e Araguaia sobre o comando de Dianópolis, Porto Nacional, Pedro Afonso, Carolina e Conceição do Araguaia (BRITO, 2010, p. 200).

A disputa entre os grupos oligárquicos só auxiliou o desenvolvimento do coronelismo, fortalecendo os poderes locais entre os grupos do sul, o extremo norte e o Centro-Norte (LIRA, 1995).

A chegada de infraestruturas e do mercado de terras modifica a relação daqueles que estavam ali antes da organização do capital nacional e estrangeiro, transformando a terra como negócio, e não uso, como valor de uso. A renda terra é “a única criação de valor do capital como valor diferente de si mesmo, diferente de sua própria produção. Tanto por sua natureza quanto historicamente, o capital é o criador da moderna propriedade fundiária, da renda da terra” (MARX, 2011, p.215). Oliveira (2007) aponta a irracionalidade na concentração de terra, diferenciando-a da concentração de capital: já que a especulação da terra retira capital do processo produtivo, e a terra funciona como um ativo de valor, uma renda futura. “Já a concentração do capital é aumento de poder de exploração, é aumento da capacidade produtiva do trabalhador; é aumento, portanto, da capacidade de extração do trabalho não-pago, da mais-valia” (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

Com pequeno investimento, a pecuária bovina extensiva de corte era a opção mais viável, seja para ocupar grande contingente de terras para a especulação⁵¹ ou garantir o uso da terra desmatada por pequenos posseiros e ter um retorno financeiro de baixo risco.

As características próprias do gado (não perecibilidade, flexibilidade da época de venda, transporte a baixo custo, etc.) permitem superar as distâncias e dificuldades logísticas das frentes pioneiras (VEIGA, 2004, p.135).

⁵¹ “A especulação fundiária é também sempre colocada como o motor do avanço da pecuária, mas, na realidade, é sempre difícil determinar se a especulação fundiária é uma consequência ou uma causa do avanço da pecuária. O objetivo de ocupação da terra foi importante no início da colonização, uma vez que os colonos deveriam desmatar 30% da área para obter a titulação da terra e implantar a pastagem era a prática mais barata e eficiente [para aqueles que desmatassem 100% da área, dobrava-se o terreno concedido]. Entretanto, essa exigência do poder público e dos bancos não existe mais desde o fim da década de 1970, ou seja, antes do forte desenvolvimento do rebanho bovino amazônico.” (VEIGA, 2004, p.26).

Esses dois prismas de uso do espaço pela pecuária repercutiram em uma diversificação na atividade, que possui diversos sujeitos e graus de tecnificação. Sob o prisma da capitalização e do grande latifúndio, o fenômeno da “pecuarização” pode ser explicado pelo deslocamento da fronteira agropecuária para norte, causado pelo aumento do preço da terra e a expansão do cultivo de grãos nas áreas de cerrado; pelo crescimento dos mercados locais; pelo movimento de especulação com terras e pelas deficiências da política de titulação do INCRA. A especulação de terras foi uma das principais causas do aumento das áreas ocupadas com pastagens, ocasionado pelo aumento contínuo no preço da terra na Amazônia (ALMEIDA et al., 1992). Ora, a renda da terra tem a possibilidade de rendimento sucessivo, mesmo que a atividade agropecuária ali desempenhada esteja desvalorizada no mercado, permitindo grandes taxas de sobrelucro (MARX, 1985).

No tocante à pecuária enquanto atividade especuladora, a grilagem de terras e a política de desmatamento eram as principais formas de avanço da fronteira.

A política de estímulo à pecuária extensiva parece partir da premissa de que a Amazônia se constituiu num imenso espaço vazio, cuja ocupação e exploração econômica dependem de prêmios à iniciativa privada e só se efetivarão com a desejada rapidez se forem feitas por grupos capitalistas (HÉBETTE, 2004, p.73).

A consolidação das cidades na década de 1970 de Araguaína, Imperatriz e Marabá ao norte, e Gurupi e Palmas ao sul fortalece os pactos de poder que a partir das alianças regionais⁵².

A cultura do gado, enquanto sistema de produção, estava justaposta ao cultivo de alimento e garantiam o poder do fazendeiro sobre a população. Ao roceiro cabia abrir caminho mata adentro, o que lhe assegurava um pedaço de terra para plantar sua roça com a garantia de entregar o terreno formado em pastagens. Esse sistema foi descrito como “fazenda de criação” pela ausência de uma cultura agrícola intensiva. “O latifúndio dominava a região cujo mapa era retalhado entre empresas pecuaristas ou madeireiras. Nem a concessão de terras, de 1963, nem os títulos distribuídos pelo INCRA eram garantias eficientes contra a “pata do boi”.” (HÉBETTE, 2004b, p. 186).

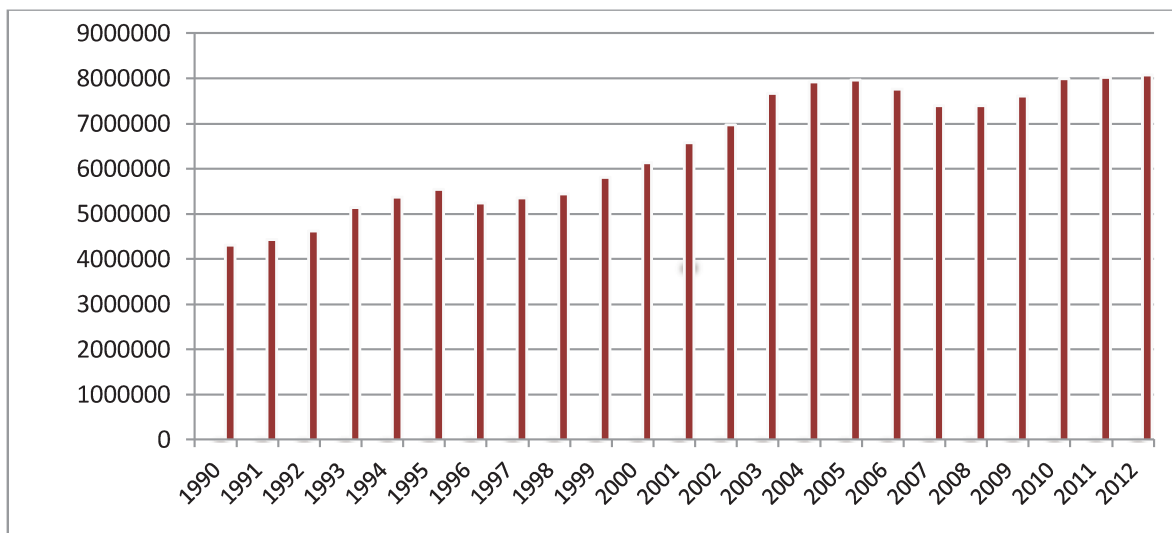
⁵² Sobre os arranjos políticos e as elites envolvidas na disputa do poder no Tocantins ver BRITO, 2010, p.206-208.

O significado da pecuária é portanto, profundamente diferente para o camponês e para o grande fazendeiro da região. Para este, a pecuária é negócio e o gado, capital. Um capital que, mesmo sem maiores cuidados, em vez de se desgastar, se autovaloriza e se auto-reproduz. Uma vez implantada, a fazenda exige um mínimo de mão-de-obra, a custos relativamente baixos. O controle dos matadouros e a propriedade das casas de carne por parte das associações de pecuaristas garante à carne e ao gado preços de monopólio. Em região de fronteira, a terra também se valoriza independentemente de investimentos internos numa medida superior à renda média. Essas facilidades da pecuária na fronteira contribuem evidentemente para mantê-la em nível tecnológico próximo do extrativismo (HÉBETTE, 2004b, p.164).

A questão fundiária do Tocantins aliada à expansão da fronteira e do capital agrava-se com a construção de rodovias que visam responder tanto ao aceleração de ocupação das regiões quanto às dinâmicas diferenciadas do avanço do capitalismo (OLIVEIRA, 1998). Mineiros, goianos e paulistas motivados pelos incentivos fiscais a investir em terras, principalmente na região do Bico do Papagaio, aumentaram o conflito com as populações tradicionais. Além disso, as áreas próximas da rodovia Belém-Brasília foram incorporadas pela modernização de forma mais rápida – tanto pelos cultivos de grãos quanto da pecuária bovina.

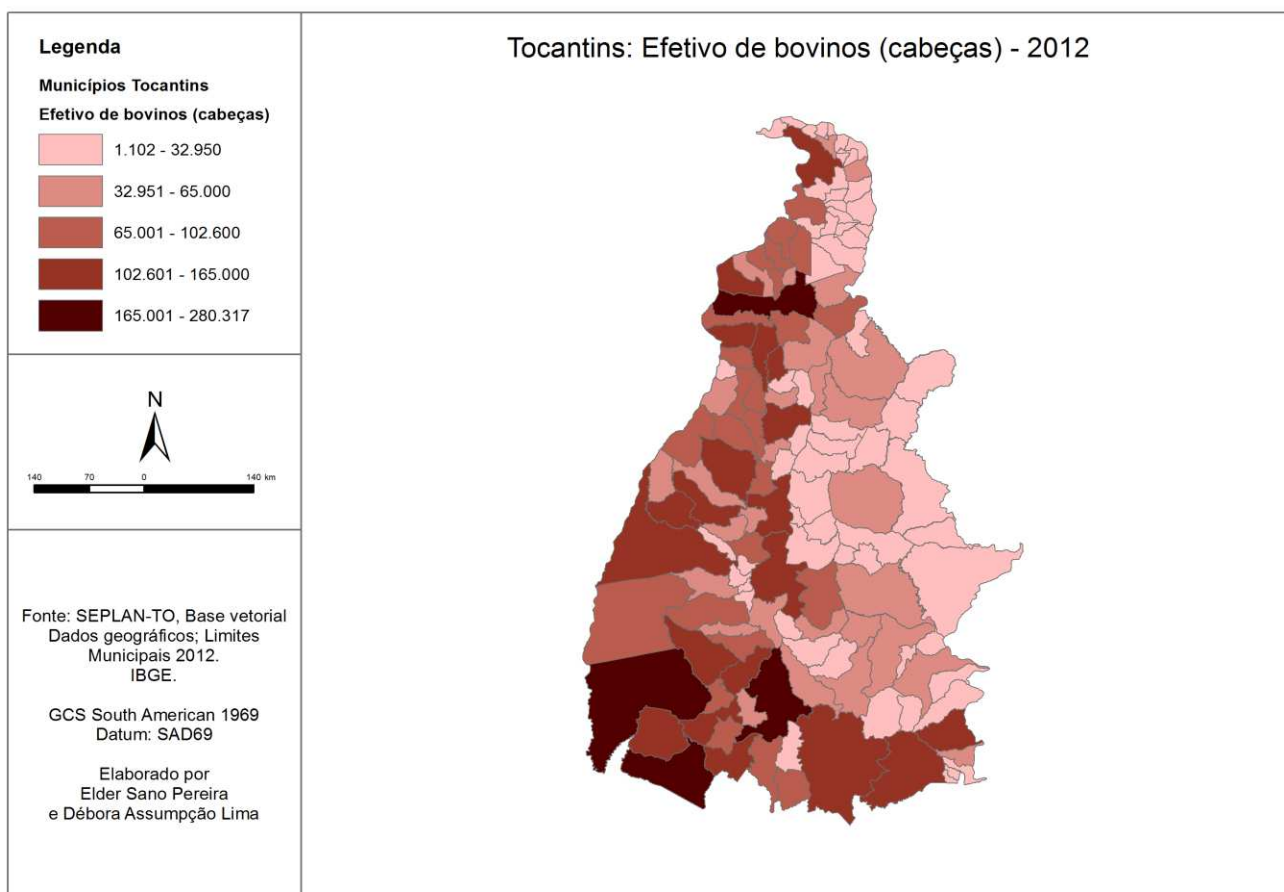
Neste contexto, o rebanho do Tocantins cresce de 4.309.160 cabeças em 1990 para 8.082.336 no ano de 2012. A pecuária bovina de corte, tradicional atividade agropecuária do Estado, cria e engorda, principalmente, é realizada de forma extensiva em pastos de grandes propriedades até os dias atuais. A maioria dos criadores estaduais prefere as raças zebuínas, pois o clima quente e úmido fornece ótimas pastagens e pouca ocorrência de pragas, condições excelentes para o desenvolvimento dessas raças. Há pouco interesse dos produtores em relação à criação de outras espécies além dos bovinos.

Gráfico 2.2 Rebanho bovino do Tocantins (1990-2012)



Fonte: IBGE, 2012. Pesquisa Pecuária Municipal. Organização própria.

Mapa 2.1 Efetivo de cabeça bovina nos municípios do Tocantins (2012)



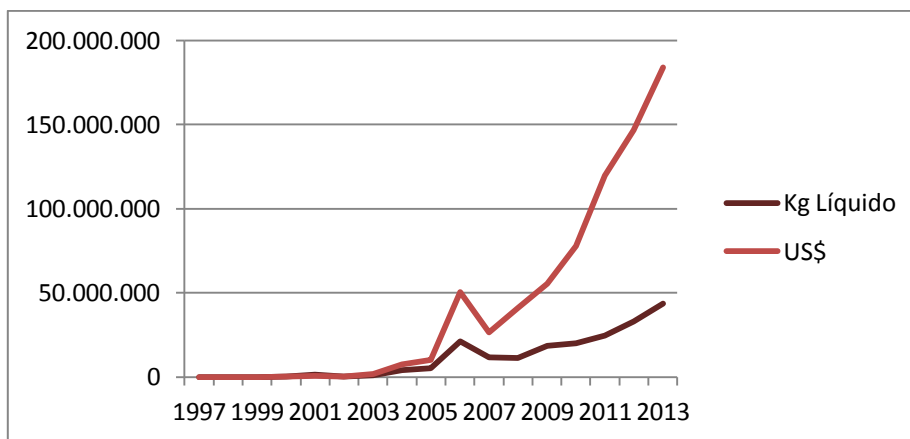
Como indica o mapa 2.1, a região oriental do estado representa aproximadamente 80% do rebanho, recebendo até o ano de 2006 grandes incentivos para a instalação da cadeia de carnes (TOCANTINS, 2012b). Araguaína, Formoso do Araguaia e Gurupi são os principais municípios produtores e polos da cadeia de produção do estado.

De modo geral, o efetivo do rebanho e o crescimento deste verificado na última década evidenciam que a ocupação dessas áreas processa-se pelo fortalecimento da pecuária num contexto de paulatina modernização desta atividade revelada regionalmente pelo crescimento da pastagem plantada e aprimoramento genético do rebanho. A pecuária é desenvolvida em médios e grandes estabelecimentos especializados em gado de corte em regime extensivo ou semi-extensivo. Atualmente o processamento industrial da carne em Araguaína cria um impulso modernizador mais vigoroso à pecuária dessa área, incentivando a introdução de

sistemas intensivos de criação, o aparecimento de invernadas, assim como a utilização sistemática de técnicas e insumos ainda pouco difundidos no conjunto do estado (AJARA, 1991, p. 26).

No setor de abate e processamento de carnes, a maioria dos matadouros atendem apenas às demandas locais, sobre as quais não existem informações precisas. Seis frigoríficos atendem às demandas estaduais e participam do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) localizados em Araguaína, Gurupi, Palmas, Silvanópolis e dois em Porto Nacional, sete atendem aos parâmetros sanitários do Sistema de Inspeção Federal (SIF) localizados em Alvorada, Gurupi, Nova Olinda e dois frigoríficos em Araguaína e dois em Paraíso do Tocantins (TOCANTINS, 2012c). A Minerva Foods unidade de Araguaína abate 800 cabeças por dia e desossa 300 toneladas de carne por dia⁵³. No ano de 2013, o estado exportou 43.673.204 kg de carne⁵⁴, tendo como principais destinos Rússia, Venezuela, Egito e Hong Kong (SECEX, 2014). A atividade vem se modernizando, e o aumento das exportações é abrupto, principalmente a partir de 2007, como mostra o gráfico 2.3. Além disso, a alta do preço do kilo da carne também é um fator estimulante às exportações.

Gráfico 2.3 Exportação de carne do Tocantins (1997-2013)



Fonte: Sistema Aliceweb - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Organização própria.

⁵³ Informação disponível no site da empresa.

http://ri.minervafoods.com/minerva2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=40367&conta=28#2

⁵⁴ Carcaças e meias carcaças de bovino, quartos dianteiros e traseiros não desossados, outras peças não desossadas, carnes desossadas, frescas, refrigeradas ou congeladas.

Foto 2.1 Unidade da Masterboi no Tocantins



Unidade da Masterboi nas proximidades da BR-153, no município de Nova Olinda-TO. Foto da autora, julho 2012.

Existem 38 estabelecimentos registrados no Tocantins a para fabricação de produtos para alimentação animal. A maioria deles tem como matéria-prima o milho. Somente um (01) desses estabelecimentos, localizado no município de Cariri do Tocantins, fabrica derivados de soja (soja desativada, farelo, casca e óleo degomado), sendo que a produção dos derivados da soja produzido no ano de 2012 foi de 9.169.750 Kg, sendo que no ano de 2013 nesse estabelecimento não houve fabricação⁵⁵.

Sobre a produção de leite, de acordo com Pedroso da Silva e Almeida (2005), nos anos de 1997 a 2003 tem-se um ligeiro crescimento na produção de leite, de 1.440.000 litros para 1.606.000 litros devido ao aumento da população de cabeças leiteiras na região e certa melhora na cotação do litro de leite. Entretanto, no ano de 2000, o preço do leite caiu

⁵⁵ Registro do dado até setembro de 2013, data de envio da informação pelo escritório regional do MAPA – Tocantins.

abruptamente. Além disso, a necessidade do envio do leite para as maiores cidades, como Porto Nacional, Paraíso, Araguaína ou Palmas, onde se localizam alguns laticínios aumenta os custos para o produtor. A capital, que possuía laticínios instalados até o ano de 2000, não possui nenhuma empresa para a compra deste produto in natura. A maior queda na produção ocorreu entre os anos de 2000 e 2003. Nesse período houve uma queda mais acentuada da produção: de 1.296.000 litros para 718.000 litros, no qual os pequenos produtores mantiveram a criação de gado leiteiro com uma pequena produção de queijos e leite para ser consumido e vendido in natura na cidade próxima e para consumo próprio⁵⁶.

A modernização da agricultura reorganiza o espaço rural para uma ocupação mais racional e intensiva, diferente da pecuária extensiva, mesmo que com alguns melhoramentos – como pastagens artificiais e melhorias genéticas do rebanho. Além disso, a agricultura pressupõe a extinção do nomadismo; a necessidade de aquisição de maquinários, o uso de insumos químicos e de técnicas modernas exige a fixação do produtor na terra. A especulação imobiliária e a concentração fundiária, a pouca exigência de mão-de-obra, a grande liquidez do gado e seu retorno rápido e seguro mantém os pecuaristas, ao contrário dos grandes investimentos e créditos agrícolas necessários a produção de grãos, além da alta variabilidade dos preços agrícolas.

Sobre a premissa de que a agricultura moderna avança por toda a fronteira, existem diversos trabalhos (HÉBETTE, 2004; OLIVEIRA, 1998; VEIGA, 2004; RODRIGUES, 2009) que apontam a forte ligação da pecuária a alguns locais. A tradição da pecuária, a experiência do grupo social com a atividade, e o “mito do fazendeiro” são os principais fatores sociais de permanência da pecuária bovina. (VEIGA, 2004).

Paralelamente às grandes empresas e fazendas que priorizaram a pecuária de corte, migrantes desenvolveram sistemas de produção diversificados, num processo bastante dinâmico de construção de novas fronteiras agrícolas. O desenvolvimento da pecuária por este estrato de produtores é mais recente, tendo começado no fim dos anos 1980. Em meados da década de 1990, vários diagnósticos agrários foram realizados em diversas regiões da Amazônia Oriental brasileira, mostrando a importância da pecuária na dinâmica regional das áreas

⁵⁶ De acordo com alguns entrevistados, o projeto “Balde Cheio” (conhecido também como ‘Bacia Leiteira’) não teve impactos positivos no campo. Apesar de presente em todo estado, é mais forte no norte, próximo a Araguaína, com cooperativas organizadas. Contudo, grande parte dos equipamentos não foram instalados ou se danificaram e não tiveram reparos, já que a implementação do programa junto aos produtores não foi eficiente. Além disso, a grande maioria dos produtores não conseguiu cumprir normas sanitárias e não tinham produção individual suficiente para manter o custo de manutenção do uso do maquinário.

A introdução de culturas perenes no sistema pecuário parece caminhar para um uso mais eficaz da terra, uma vez que a mão-de-obra disponível fica ocupada nessas culturas alternativas à sequência roça/pastagem. Entretanto, a variação do preço das culturas perenes, e paralelamente, a estabilidade do preço da carne levam pequenos produtores ao caminho da pecuarização por completo.

A pecuária é uma atividade que indiscutivelmente acompanhou a formação do espaço tocantinense para a entrada do capital. Desde a abertura de caminhos nas matas e cerrados à espoliação e especulação de terras pelas elites que lideraram os movimentos de separação do estado de Goiás, a pecuária rapidamente foi apropriada pelo latifúndio, expropriando aqueles que estavam no caminho do boi. Não é possível comprovar que a soja vem substituindo a pecuária, como aponta os estudos de Huertas para a região amazônica (2007) e Fornaro para o Tocantins (2012). A lógica da atividade pecuarista é diferente do plantio da soja: a estabilidade e o caráter especulador da pecuária frente aos grandes financiamentos e aos montantes operacionalizados pelos produtores de soja ainda separam tais atividades. A tradição da pecuária ainda permanece, sendo que de acordo com entrevistas da ADAPEC, não há produtores “tocantinenses” de soja. Esses produtores são na sua maioria sulistas ou filhos de fazendeiros que “foram estudar fora” e retornaram com a lógica de uma agropecuária mais dinâmica e capitalista.

Assim sendo, o estado do Tocantins, especialmente a parte centro-leste, apresenta dois movimentos importantes no campo, um deles associado ao avanço de atividades agrícolas, liderado pela soja para exportação in natura ou abastecimento das processadoras de soja no oeste da Bahia, além da pecuária moderna. O outro movimento corresponde ao desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais na região associadas à pequena produção agrícola camponesa e também à pecuária extensiva, ambas com forte presença no estado, anteriores à entrada da produção de grãos para exportação no estado.

2.2 Entre nós e correntes: as infraestruturas do agronegócio

As relações entre os sistemas de objetos técnicos⁵⁷ e a estrutura espacial formam um conjunto indissociável e contraditório (SANTOS, 1996). A seletividade dos espaços criada a partir de diferentes densidades dos sistemas de objetos forma um conjunto de unidades de forças e funções em que a concentração da produção agrícola está diretamente ligada a esta rede⁵⁸ desigual de fixos e fluxos. As

infraestruturas, as benfeitorias, enfim, o capital, são teoricamente de propriedade social, mas o solo é de propriedade privada. O valor do solo e do que ele contém é determinado, pela totalidade dos atores, para cada qual dessas infraestruturas. Estas, desigualmente distribuídas pelo território (seja quantitativa, seja qualitativamente), valem em função do que autorizam fazer ou não fazer, produzir ou não produzir, produzir de uma forma ou de outra, produzir tal ou qual lucro. Isso vai muito além do jogo de mercado e da especulação, porque a seletividade é planejada. (SANTOS, 2009, p. 140- 141)

A técnica, em sua perspectiva homogeneizante, tem como pressuposto a globalização e o mais-valor: “mais do que significar a exploração do trabalho, como de fato o faz, o mais-valor representa a objetivação, estranhada dos sujeitos, do potencial que possui o trabalho (social) de reproduzir de forma ampliada as suas condições antecedentes” (MARX, 2011, p.21)

Para garantir a ordem hegemônica desses espaços seletivos do capital, é necessário que outros sujeitos, sobretudo, o Estado, atuem. Normas e regras, além de intervenções diretas na infraestrutura tiveram que ser implementadas para que o Tocantins entrasse no cenário exportador. Diversos programas governamentais de desenvolvimento e crescimento

⁵⁷ Sobre objetos técnicos ver ANTAS Jr, 2005, p. 62-63; BECKER, 2007, BERNARDES e FREIRE FILHO, 2005, 2009; ELIAS, 2003; SANTOS, 1979, 1993, 1994, 2004.

⁵⁸ “O estudo genético de uma rede é forçosamente diacrônico. As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos. Mas essa sucessão não é aleatória. Cada movimento se opera na data adequada, isto é, quando o movimento social exige uma mudança morfológica e técnica. A reconstituição dessa história é, pois, complexa, mas igualmente ela é fundamental, se queremos entender como uma totalidade a evolução de um lugar” (SANTOS, 2006, p.177).

têm sido implementados nas duas últimas décadas, dentre eles: Avança Brasil⁵⁹, programa federal, lançado em 2000, que tinha como objetivo o estudo dos eixos nacionais de desenvolvimento; Política Nacional de Desenvolvimento Regional⁶⁰ Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS)⁶¹, financiado pelo governo federal e pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em implementação desde 2002; e o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal em 2007, com o objetivo de investir na implementação e manutenção de infraestruturas (rodovias, aeroportos, portos, saneamentos entre outros). Além disso, o Tocantins vem ampliando sua política de incentivos fiscais com os programas PROINDÚSTRIA, PROSPERAR, E-COMMERCE e outros que correspondem à implementação de redes de comércio atacadista, incentivos para indústrias de medicamentos, agroindústria e indústria automotiva. A estratégia territorial, componente central do Avança Brasil e dos outros programas visa intensificar a fluidez do território extremamente seletiva, pautada numa logística⁶² complexa, sistemas multimodais de transporte e comunicações.

⁵⁹ “O Programa Brasil em Ação- Programa do Governo Federal lançado em 1996 com 42 ações distribuídas nas áreas sociais e de infra-estrutura, objetivando reduzir custos para a economia e propiciar o aumento da competitividade do setor produtivo e melhorar a qualidade de vida da população. O Brasil em ação é resultado do exercício do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1996-1999); em seu segundo mandato foi lançado o programa Avança Brasil (2000-2003). Esses dois programas são precursores do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado em 2007, no primeiro mandato de governo presidente Lula” (SILVA, 2010, p.62). Ver também OLIVEIRA, 2006, p.15-16.

⁶⁰ As ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) incluem a organização dos atores sociais e apoio a estruturação de instâncias de representação, assim como mecanismos de ações sub-regionais, infra-estrutura de média e pequena escala, apoio à inovação e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), capacitação e apoio à ampliação dos ativos relacionais e oferta de crédito para as unidades produtivas (SILVA, 2010).

⁶¹ “O Governo do Estado do Tocantins deu entrada, na Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) (13/12/01), em dois Projetos para serem financiados com recursos do BIRD: Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e Malha Rodoviária – II. Como o Banco Mundial não estava financiando na época Projetos de caráter eminentemente rodoviário criou-se o Projeto de Infra-Estrutura Rural (PIER), o qual agregava componentes do PCPR/Malha Rodoviária – II/Meio Ambiente. Em 27 de março de 2002, a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX) da SEAIN aprovou a preparação do PIER.”(Disponível em http://pdrs.seinf.to.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50&Itemid=57. Acessado em 13/03/2013).

⁶² A logística pode ser entendida como conjunto de competências matérias (infraestruturas e equipamentos relacionados ao transporte, ao armazenamento, à distribuição, à montagem de produtos industriais, aos recintos alfandegários, etc.), normativas (contratos de concessão, regimes fiscais, leis locais de tráfego, pedágios, regulações locais para carga e descarga, etc.) e operacionais (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou por operadoras logísticas (CASTILLO, 2004; VENCOVSKY e CASTILLO, 2007).

Quadro 2.1 Programas de incentivos fiscais ativos no Tocantins

Nome do Incentivo	Beneficiários	Finalidade	Incentivo
Proindústria (lei nº 1.85, de 9 de julho de 2003, regulamentada pelo decreto nº 2.845, de 14 de setembro de 2006)	Indústria	• Estimular a utilização e a transformação de matérias-primas locais • Gradativa exoneração da produção • Geração de emprego e renda • Interiorização da atividade industrial	• Isento de ICMS: matéria – prima e insumos para operações internas, energia elétrica, vendas para órgãos públicos, operações internas e importação de equipamentos e bens para ativos fixos, prestação de serviços interestaduais • Carga tributária efetiva do ICMS de 2%, 0,3% para Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE)
Prosperar (lei nº 761, de 08 de junho de 1995)	Empresas com projetos de viabilidade econômica para implementação ou expansão de unidade industrial, agroindustrial, comercial atacadista e turística	• Geração de imposto • Geração de emprego e renda	• Isento de ICMS: operações internas e importação de equipamentos e bens para ativos fixos, energia elétrica e uso de serviços de comunicação nos primeiros 5 anos, após 5 anos 50% do valor • 0,3% para FDE
Comércio atacadista (Lei	Empreendimentos atacadistas com	• Desenvolver comércio atacadista	• Crédito fiscal nacional • Carga tributária do ICMS

nº 1.201 de 29/12/2000)	Termo de Acordo de Regime Especial – TARE (não se estende a produção de produtos primários, industrializados no próprio estabelecimento e saída de mercadorias para consumo final)	•Geração de emprego e renda	de 2% importação de mercadorias para revenda, 2% operações internas, 1 % nas interestaduais •0,3% para FDE
Produção de carne (Lei nº 1.173 de 02/08/2000)	Frigoríficos e abatedores com TARE e dentro das especificidades da ADAPEC-TO	• Desenvolver produção de carnes •Industrialização do couro para exportação •Geração de emprego e renda	•Crédito fiscal de acordo com produto manufaturado do couro, carne para importação e exportação •Carga de ICMS de 3% e 0,3% de contribuição para o FDE
Produção de frutas e pescado (Lei nº 1.303 de 20/03/2002)	Produtores rurais, indústria, comércio	•Desenvolvimento de atividades industriais, comerciais, de produção rural e transporte	•Isento de ICMS até dezembro de 2015 para operações internas, produtos agrícolas, pescado de água doce e máquinas e implementos agrícolas •ICMS 12% para indústria e comércio, 7% para produtos primários
Indústria automotiva (Lei nº 1.349	Indústria automotiva e de fertilizantes	• Geração de emprego e renda	• Isenção de ICMS:praticamente em todo o processo de produção,

de 13/12/2002)			exceto para importação de matérias-primas e insumos. •Crédito de 100% do valor do ICMS em prestação de serviço interestadual
Complexo Agroindustrial (Lei nº 1.695 de 13 de junho de 2006)	Fábricas de rações e suplementos de animais, reprodutores, comerciantes e abatedores de animais, genética e desenvolvimento de novas tecnologias de criação, industrialização e produção de aves, suínos, caprinos e ovinos	•Modernização do setor agropecuário •Ampliar exportação •Geração de emprego e renda	•Isenção do ICMS em quase toda a cadeia de produção, com descontos variados de acordo com o tipo de animal e atividade. • Contribuição de 0,3% para o FDE
E-commerce (Lei nº 1.641 de 28/12/2005)	Empresas que comercializem exclusivamente na internet	•Geração de emprego e renda •Fomentar novo segmento econômico •Utilizar capacidade logística	• contribuição de 1% do ICMS sobre vendas, 2% em mercadorias importadas para revenda •0,3% para o FDE
Comercio atacadista de medicamentos (Lei nº 1.790 de 15/05/2007)	Empresas de medicamentos	•Utilizar capacidade logística •Geração de emprego e renda	• Isento: vendas para órgãos públicos •Tributação efetiva de 3% nas operações internas, 2% para importação de

			mercadorias para revenda, 1% operações interestaduais •0,3% para o FDE
Indústria da confecção (Lei nº 2.229 de 03/12/2009)	Indústria de confecção	•Geração de emprego e renda	•Isento de ICMS para matéria-prima, insumo, produtos industrializados, maquinas e equipamentos para ativo fixo, prestação de serviços de transporte, serviços para órgãos públicos •Carga efetiva de 2% de ICMS do faturamento •Contribuição de 0,3% FDE
Prologística (lei nº 2.558, de 1º de março de 2012)	Operadoras logísticas, centros logísticos e distritos empresariais	•Utilização e deiversificação logística	•isenção de até 75% sobre prestação interna e interestadual de transportes de todos os modais e sistemas de armazenamento

Fonte: Organização própria a partir das informações fornecidas em <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1339179754.pdf>

Os incentivos do estado contemplam os mais diversos setores da economia, mas é possível observar um empenho no investimento em atividades agroindustriais. O estado teve como mote separatista a necessidade de investimento no setor agropastoril, tentando criar uma esfera imaterial que relacionasse o Tocantins à um celeiro agrícola, que com baixa concentração populacional e um grande estoque de terras possibilitaria a entrada rápida do capital associado às atividades agroexportadoras.

Em 2001, o estado contava com 9 empresas exportadoras, sendo apenas 1 com faturamento acima de US\$ 50 milhões – a Vale do Rio Doce. Na faixa de faturamento entre US\$ 1 e 10 milhões, 3 empresas eram ligadas a pecuária, 1 estabelecimento da Bunge Alimentos, 1 exportadora de frutas de Miracema e as demais pessoa física. Em 2005, o Tocantins contava com 14 empresas exportadoras, sendo 1 unidade da Cargil Agrícola e 5 unidades da Bunge Alimentos com faturamento entre US\$ 10 e 50 milhões, 3 empresas exportadoras de carne bovina sendo 2 com faturamento entre US\$ 1 e 10 milhões. Não há nenhuma pessoa física com faturamentos acima de US\$ 1 milhão. Em 2010, somam-se 43 empresas exportadoras, sendo a Minerva S.A, ligada à pecuária bovina com faturamento acima de US\$ 50 milhões; 1 unidade da Algar, 2 unidades da Cargil, 3 unidades da Ceagro Agronegócio, 2 unidades da Multigrain e 5 unidades da Bunge Alimentos com faturamento entre US\$ 10 e 50 milhões. Nesta faixa de faturamento há também 1 cooperativa de exportação de carne de Gurupi. Todas as empresas exportadoras do estado com lucros acima de US\$ 1 milhão estão diretamente ligadas à soja, com a exceção de três empresas ligadas à produção e exportação de carne. Nos anos de 2012 e 2013 as empresas relacionadas ao circuito produtivo da soja continuam compondo a maior parte do quadro exportador, expandindo a participação das tradings neste quadro com a entrada da ADM do Brasil e da Amaggi e Ld Commodities no ramo sojeiro e a Masterboi nas atividades de exportação referentes a pecuária bovina, totalizando 50 empresas exportadoras⁶³ (SECEX/MDIC, 2014).

O estado, a partir de 2006, modificou as localidades de isenção fiscal e vantagens competitivas para os setores ligados à cadeia produtiva de carnes – da produção do rebanho até a instalação de frigoríficos e investimentos técnicos que estavam majoritariamente localizadas no sudoeste do Tocantins, próximo ao Mato Grosso. Os incentivos agora se pulverizaram para a parte leste do estado, em locais próximos as fronteiras do Piauí e da Bahia.

⁶³ O município de Ponte Alta é onde se localiza grande parte das empresas exportadoras (em número) e movimentou no ano de 2010 mais de US\$ 11 milhões referentes ao turismo e artesanato de capim dourado, com 11 estabelecimentos que faturam até US\$ 1 milhão. Em 2012 somam-se 18 estabelecimentos ligados principalmente ao capim dourado nesta faixa de faturamento, e em 2013 16 localizadas neste município empresas com faturamento até US\$ 1 milhão (SECEX/MDIC, 2013).

O Plano Plurianual (PPA) estadual, referência institucional de planejamento de governo de 2008-2011 e 2012-2015 evidenciam o agronegócio como estratégia de desenvolvimento para o Tocantins. O primeiro PPA teve como objetivo o fortalecimento da cadeia produtiva do agronegócio a partir dos projetos agrícolas, com elaboração de projetos e estudos de transportes, além da realização de feiras agropecuárias, tendo como maior expoente a Agrotins. Já o PPA 2012-2015 envolve o crescimento de 1000% da área da silvicultura, 100% da área de cana-de-açúcar, 30% da área de grãos e 500% das áreas destinadas a integração lavoura-pecuária (FORNARO, 2012).

No que tange o setor de transportes e logística, estão previstos para o atual PPA R\$ 4,7 bilhões para a duplicação de 173km e pavimentação de 2.112km de rodovias estaduais, melhoramento de 4.276km de estradas vicinais e manutenção de 6.000km . Para o modal hidroviário, pretende-se construir doze cais. Há também a previsão de dois portos secos, em Gurupi e Tocantinópolis⁶⁴.

Cabe ressaltar que o ordenamento territorial em rede da fronteira capitalista implica inserção de lugares em redes horizontais e verticais. De um lado, temos as extensões horizontais que revelam o cotidiano nas áreas de produção [de soja], que se agregam por contigüidade ou por descontinuidade. De outro lado, há vários lugares dispersos, mas integrados em rede, que respondem pela circulação, distribuição e consumo da mercadoria e pelos fluxos de regulação e intercâmbio intercapitalista. Esse recorte define as verticalidades, ou seja, a integração dos locais ou lugares no espaço de fluxos de informação, produção, financeiros e de gestão. O ordenamento territorial da fronteira, sob a égide das corporações, não só estabelece horizontalidades e verticalidades, como também reforça uma relação cotidiana das empresas com produtores e políticos enquanto estratégia de eficácia política. A rede política constituída fortalece interdependências horizontais. Assim sendo, vale destacar que o ordenamento territorial em áreas de fronteira não só revela as articulações sócio-produtivas, as representações simbólicas contidas no arranjo espacial do sistema de objetos técnicos, mas também as redes de poder que são parte integrante da dinâmica dos agentes responsáveis pelo processo de acumulação de capital (SILVA, 2006, s/p).

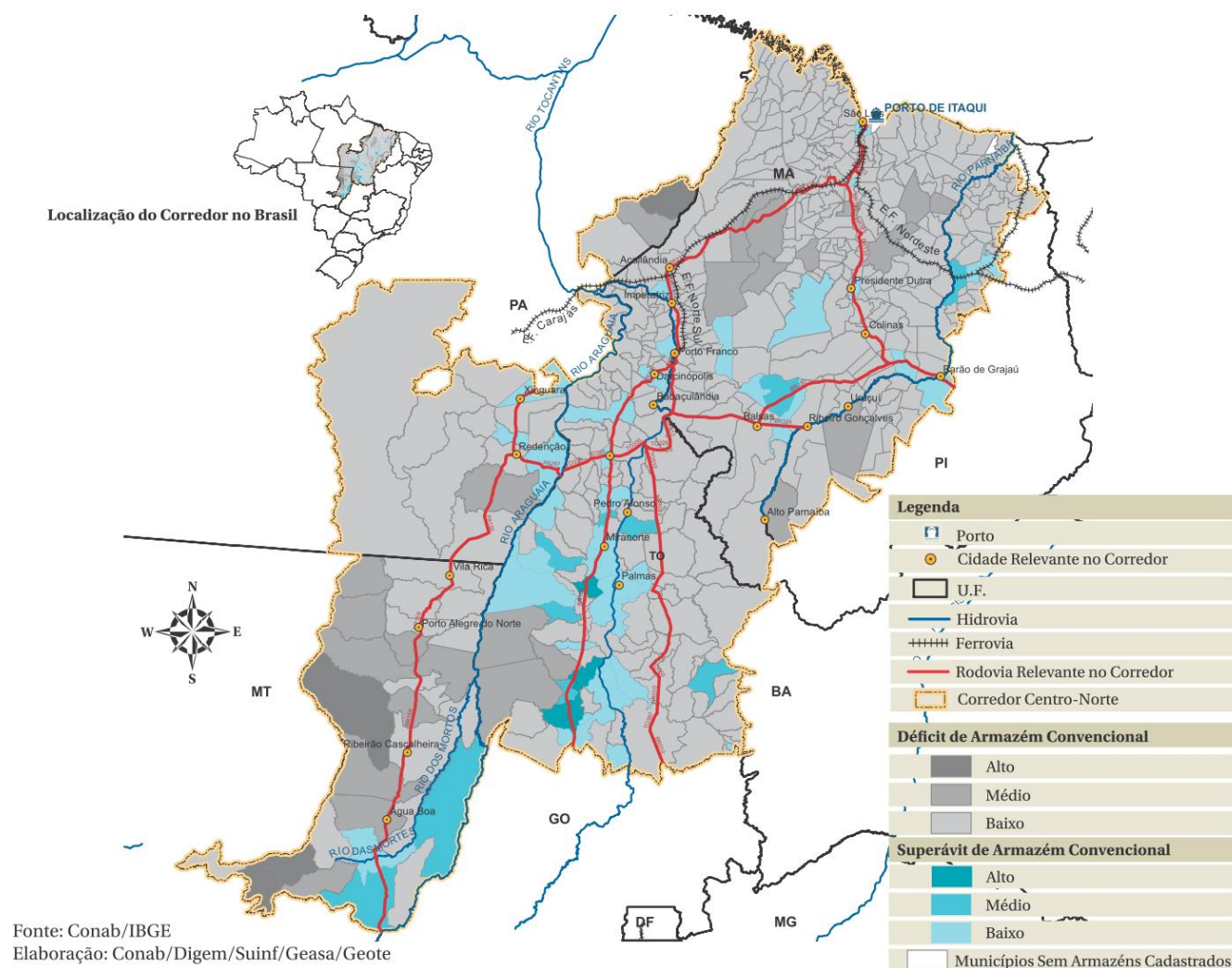
Na atualidade, a circulação ganha um papel preponderante; a melhoria das estradas e dos meios de comunicação também influencia no estoque de capital fixo, cuja forma é qualitativa e quantitativamente adaptada aos propósitos da produção (SANTOS, 2006).

Para o escoamento da produção, governos e empresas fortalecem ainda mais os corredores de transporte e exportação da região. São corredores que fazem parte dos

⁶⁴ De acordo com informações e visitas em campo as obras do porto seco de Tocantinópolis ainda não começaram.

macrossistemas técnicos de uso predominantemente corporativo, em que a funcionalização do espaço tem um propósito mercantil, favorecendo as ações das empresas do agronegócio - *tradings* e agroindústrias. O Tocantins está cada vez mais intergrado, como indica o mapa 2.1, a importantes sistemas de escoamento que contam com uma complexa rede intermodal e quatro grandes complexos portuários: Suape (PE), Pecém (CE), Aratu/Ilhéus (BA), Itaquí/Ponta Madeira (MA) e Vila do Conde/Belém (PA). A Estrada de Ferro Carajás e a Ferrovia Norte-Sul centralizam o corredor de escoamento de exportação por diversas rodovias, como a BR-230 e a BR-010, que junto com a TO-040 conectam o Tocantins aos cerrados piauienses, maranhenses e baianos. A rodovia BR-235 corta o Centro-Norte do estado, sobrepondo-se à TO-336 no entroncamento com a rodovia Belém-Brasília, próximo a Pedro Afonso. A Transmazônica, BR-230, corta o Bico do Papagaio, entre os municípios de Araguatins em direção a Aguiarnópolis, onde encontra um pátio da ferrovia Norte-Sul.

Mapa 2.2 Corredores de escoamento e armazenagem do Corredor Centro-Norte



A identificação do déficit/superávit foi realizada por município, através da subtração da capacidade dos armazéns a granel pela produção de milho e soja.

No Brasil ainda predomina o transporte rodoviário (CASTILLO, 2011) e o estado tocanrinense segue também esta tendência. As rodovias federais totalizam 2.368km de extensão (799 km correspondem à BR-153), em que 62% encontram-se pavimentadas. As rodovias estaduais somam 11.446km, dos quais apenas 41% estão pavimentados. Praticamente todas as rodovias municipais não estão pavimentadas (FORNARO, 2012). A malha rodoviária está sendo expandida estrategicamente para promover a integração com os grandes eixos de transporte hidro-ferroviários de escoamento de *commodities* a fim de

que se amplie o acesso às novas áreas produtivas, além de maior dinamismo e fluidez. O mapa 2.2 ilustra duas principais rodovias paralelas ao Rio Tocantins que não permitem a integração viária do território, formando uma “espinha de peixe”: um eixo central conectado às estradas secundárias paralelas. Entretanto, não há integração entre estas estradas secundárias, o que dificulta as dinâmicas locais. Parte destas estradas encontra-se em estados precários.

Foto 2.2 Acesso à estrada secundária à BR-153 não pavimentada próximo a Tocantinópolis



Precariedade das rodovias secundárias no Tocantins. Foto da autora, agosto de 2013.

O modal hidroviário, que se projeta para as próximas décadas, também compõe esta rede de transporte de grande escala na região, interligando suas rotas às de rodovias e de ferrovias do Corredor de Exportação Norte, através dos projetos de navegabilidade dos rios Araguaia, das Mortes e Tocantins, construindo uma via de circulação entre os estados do Mato Grosso, Pará, Tocantins e Goiás (ALVES, 2006). O projeto de navegação Araguaia-

Tocantins, atualmente estagnado, pretende interligar os pontos de entroncamento para transferência de modal, tais como as ferrovias Norte-Sul e Carajás, e ao Porto de Vila Velha do Conde (PA), ligando o rio Tocantins ao rio Amazonas. Esse modal tem como característica o baixo custo relativo e grande capacidade de carga, apesar de possuir grande rigidez, dependendo do traçado do leito dos rios e pouca rapidez com relação ao deslocamento. Mesmo com grande vantagem econômica a participação hidroviária ainda é baixa. A hidrovía Tocantins-Araguaia foi concedida à Companhia das Docas do Pará (CDP), vinculada à Secretaria dos Portos da Presidência da República. Apesar dos extensos trechos navegáveis, a hidrovía ainda não é utilizada por causa dos desníveis e corredeiras em alguns trechos como Imperatriz (MA) e Estreito (MA) e barragens sem eclusas. A UHE Luís Eduardo Magalhães⁶⁵, localizada entre Miracema do Tocantins e Lajeado está em operação desde 2002, mas não há eclusas para permitir a navegabilidade do trecho. Os rios Araguaia e das Mortes possuem restrições em períodos de estiagem (junho a novembro) devido ao baixo calado, fazendo necessários derrocamentos e dragagens. No período das cheias, é possível navegar de Aruanã (GO) até Xambioá (TO), onde há um porto intermodal desde 1996, que já atende em parte o escoamento da soja (FORNARO, 2012).

⁶⁵ Mais informações sobre a UHE Luís Eduardo Magalhães e os impactos da construção da represa ver GONÇALVES, 2011 e acessar http://www.edp.com.br/geracao-renovaveis/geracao/tocantins/investco/empresa/documentos-oficiais/eia-rima/Documents/3vol_I_caracterizacao_empresendimento.pdf , <http://surgiu.com.br/noticia/55664/milhares-de-peixes-estao-morrendo-em-barragem-da-usina-de-lajeado8207.html> , <http://www.edp.com.br/geracao-renovaveis/geracao/tocantins/investco/a-usina/infra-estrutura/Paginas/default.aspx> .

Foto 2.3 Barramento do complexo de Estreito



UHE de Estreito – MA . Foto da autora, setembro de 2012.

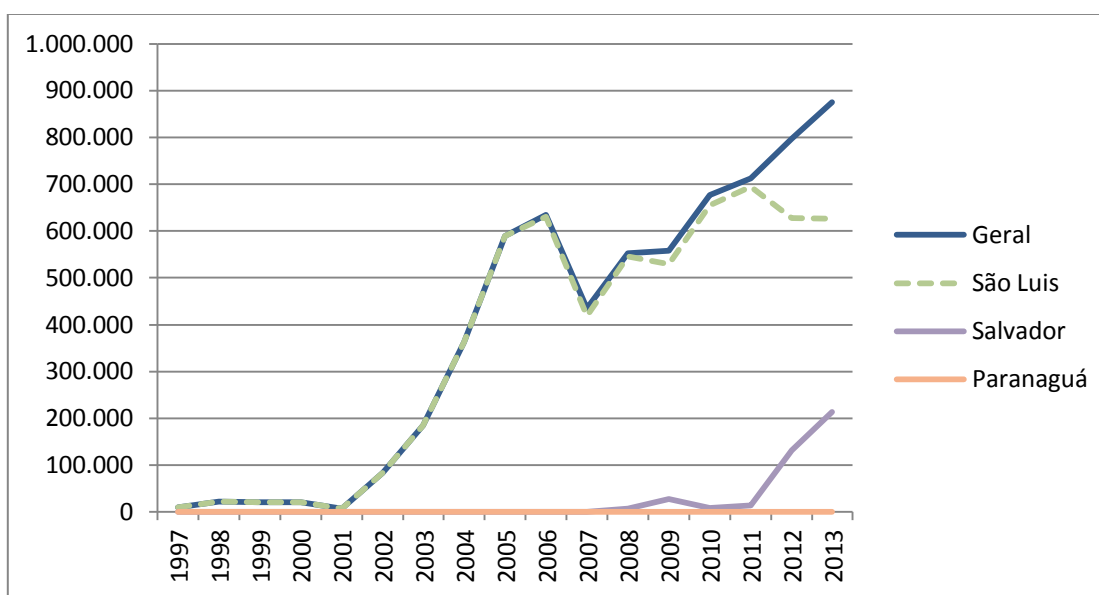
A ferrovia Norte-Sul⁶⁶ data dos anos 1980, projetada com o intuito de promover a integração nacional e minimizar os custos de transportes de longa distância. As áreas de influência da ferrovia compreendem os estados de Goiás, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Pará e Piauí. De 1995 a 2002 completaram-se as obras do trecho entre Imperatriz (MA) e Aguiarnópolis (TO). Quanto às novas localidades de captação multimodal de cargas decorrentes da expansão da EFNS, em direção a Senador Canedo (GO), destacaram-se as regiões de Gurupi (TO), Porto Nacional (TO) e Guaraí (TO) como localidades para implantação de operações de transbordo dos produtos do complexo soja. Os resultados do modelo apontaram um total de 2.500 mil t/ ano dessas cargas com potencial de utilização da ferrovia em 2015 (BRANCO et. al, 2012).

Os dois destinos principais da soja tocantinense são o esmagamento para mercado interno e exportação in natura. A exportação pelo Porto do Itaqui em São Luís (MA) via ferrovia Norte-Sul é o percurso mais representativo. Como a ferrovia apresenta diversos pontos de estrangulamento, tais trechos são feitos pelo modal rodoviário. Apesar da

⁶⁶ Atualmente, a construção e expansão da Ferrovia Norte-Sul é da Engenharia, Construções e Ferrovias S.A – VALEC. Após a construção, trechos da ferrovia entram em concessão privada, dando seguimento às privatizações da década de 1990. No caso das concessões ferroviárias, as empresas concessionárias vencedoras, responsáveis pela administração, manutenção e operacionalização tem o direito de exploração de 30 anos (FORNARO, 2012). Para estudos mais aprofundados sobre a logística do Tocantins e a Ferrovia Norte-Sul ver FORNARO, 2012 e SILVA, 2010. Para um panorama mais abrangente do sistema ferroviário ver VENCOVSKY, 2006.

utilização majoritária do escoamento da produção para exportação estar conectada aos corredores Norte-Sul, outra rota utilizada, como ilustra o gráfico 2.2, é o Porto de Salvador (BA).

Gráfico 2.4 Exportação de soja (em grãos, farinha e óleo) do Tocantins por portos (1997-2014) por mil toneladas.



Fonte: Sistema Aliceweb - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Organização Própria.

Para o bolso do produtor, os custos são muito semelhantes entre o modal rodoviário e ferroviário, apesar deste último ser mais barato. O escoamento via ferrovia apresenta somente redução de custos logísticos para as *tradings* que realizam contratos anuais e anteriores à época da safra com a empresa concessionária da FNS, a VALEC.

Foto 2.4 Entrocamento Modal de Porto Franco (MA)



Entrocamento entre a ferrovia Ferro-Norte e as rodovias BR-153 e TO-010. Foto da autora, setembro de 2012.

Foto 2.5 Área de carregamento intermodal de Porto Franco (MA)



Descarregamento dos caminhões de soja para os silos da Cargil, ADM, Bunge Alimentos, Multigrain e Ceagro e carregamento dos vagões da Ferro-Norte (à esquerda). Foto da autora, setembro de 2012.

A VALEC, empresa que possui a concessão da ferrovia exerce o controle sobre a circulação dos produtos (cimento, soja, milho, derivados do petróleo, álcool, insumos agrícolas, madeira e minérios e produtos da cadeia siderúrgica) e o preço dos fretes cobrados ao longo do corredor. As normas que predominam ao longo de seus eixos são as de “blindagem”, que impedem que outras atividades econômicas possam utilizar o sistema; de “barreira”, que impedem a transposição física da linha. Os corredores, ao mesmo tempo em que propiciam integração de partes selecionadas do território nacional, também podem causar fragmentação. O processo de monopólio e “blindagem” também tende a caracterizar uma monofuncionalidade ao sistema viário, interferindo nos pontos de origem e destino das cargas (VENCOVSKY, 2006).

Atualmente, a ferrovia possui até o pátio de Colinas trilhos que a integram ao modal logístico de Porto Franco (MA). O pátio de Colinas opera desde 2009, onde são carregadas cerca de 50mil toneladas por mês de grãos de soja, que percorrem os 968km que ligam Colinas ao Porto de Itaqui em 2 dias (VIEIRA, 2011). Vale lembrar que a soja produzida na região do Jalapão, Materios, Lizarda, São Félix é escoada diretamente para Luís Eduardo Magalhães, onde segue para a unidade processadora ou em natura para exportação, já que o Tocantins não possui nenhuma unidade de processamento de soja.

Houve um aumento no preço das terras com a construção da BR-153 e da TO-010, seguindo as direções da margem direita do Rio Tocantins para o desenvolvimento do estado. Ao longo da construção da Ferrovia Norte-Sul, entretanto, não há indicativos de um movimento especulativo. Vale lembrar que

Grande parte dos investimentos no setor ferroviário tem como objetivo promover uma fluidez corporativa, exemplificada pelo escoamento da soja produzida nos *fronts* agrícolas do Cerrado e destinada aos portos exportadores. Essas regiões produtoras distinguem-se pelos vetores de modernização, geralmente seletivos e excludentes, e por estarem distantes dos portos exportadores, exigindo do Estado novos sistemas de engenharia para tornar a soja competitiva nos mercados internacionais. Estes verdadeiros corredores de exportação, reeditados sob nova matriz regulatória, mostram-se vantajosos para o movimento de produtos de grande volume e baixo valor agregado, ao mesmo tempo em que enrijecem o território e podem comprometer seus usos futuros (VENCOVSKY e CASTILLO, 2007, p.2).

O preço das terras no trajeto possível da ferrovia aumentou somente em alguns pontos dos primeiros trechos, como Aguiarnópolis, em que há a união dos modais hidroviário, rodoviário e ferroviário, e depois se estabilizaram, talvez pela letargia em que as obras prosseguem ou até mesmo por outros fatores de reconfiguração do território que permitem outras estratégias de escoamento. No cenário atual, o custo logístico da tonelada exportada do Tocantins é menos competitivo em relação aos estados do Piauí e Maranhão. A alternativa para que o Tocantins tenha o menor custo logístico depende dos investimentos no modal hidroviário, deslocando o escoamento para o rio Tocantins e tendo como destino final o Porto Vila do Conde (PA) (BARRAZA DE LA CRUZ, 2007).

2.3 A expansão da fronteira agrícola moderna e os monocultivos de soja

Desde as primeiras plantações no estado do Rio Grande do Sul (RS), nos anos 1950, a produção de soja superou aquela obtida por culturas agrícolas brasileiras tradicionais, tais como café, algodão e milho, indicando a transferência de prioridades do setor agrícola e as tendências do mercado externo (ALVES, 2013, p.50). Vale ressaltar que existem grandes diferenças entre a interligação de espaços produtivos de períodos anteriores. A soja, um dos principais monocultivos do Tocantins, difere-se do café ou do algodão por dispor de um aparato técnico não só de produção, mas também de circulação não visto antes, além da grande variedade de sub-produtos oriundos dessa oleaginosa, de um mercado de trabalho muito mais qualificado e de inúmeras especializações e de uma complexa rede intermodal de transporte, definindo a soja como uma cultura flexível, apresentando uma “convertibilidade no processamento, podendo ser direcionadas à produção de alimentos⁶⁷, ração animal ou combustíveis (*food-feed-fuel*)” (SOUZA, 2013, p.1). Além da proteína, óleos e margarinas de soja foram substituindo os derivados de amendoim,

⁶⁷ “As novas demandas por alimentos, principalmente os processados, exigiu das empresas elevados investimentos visando adaptar aos novos tempos os seus sistemas produtivo, administrativo e logístico. O avanço da sociedade cobrava de tais empresas não somente rapidez na elaboração e distribuição de suas mercadorias, mas mais oferta e variedade de produtos, o que demandava plantas industriais mais modernas, flexibilidade e capacidade de inovação” (ALVES, 2006, p.27), e o setor de processamento de soja foi dos que mais sofreu com a reestruturação produtiva nas duas últimas décadas do século XX.

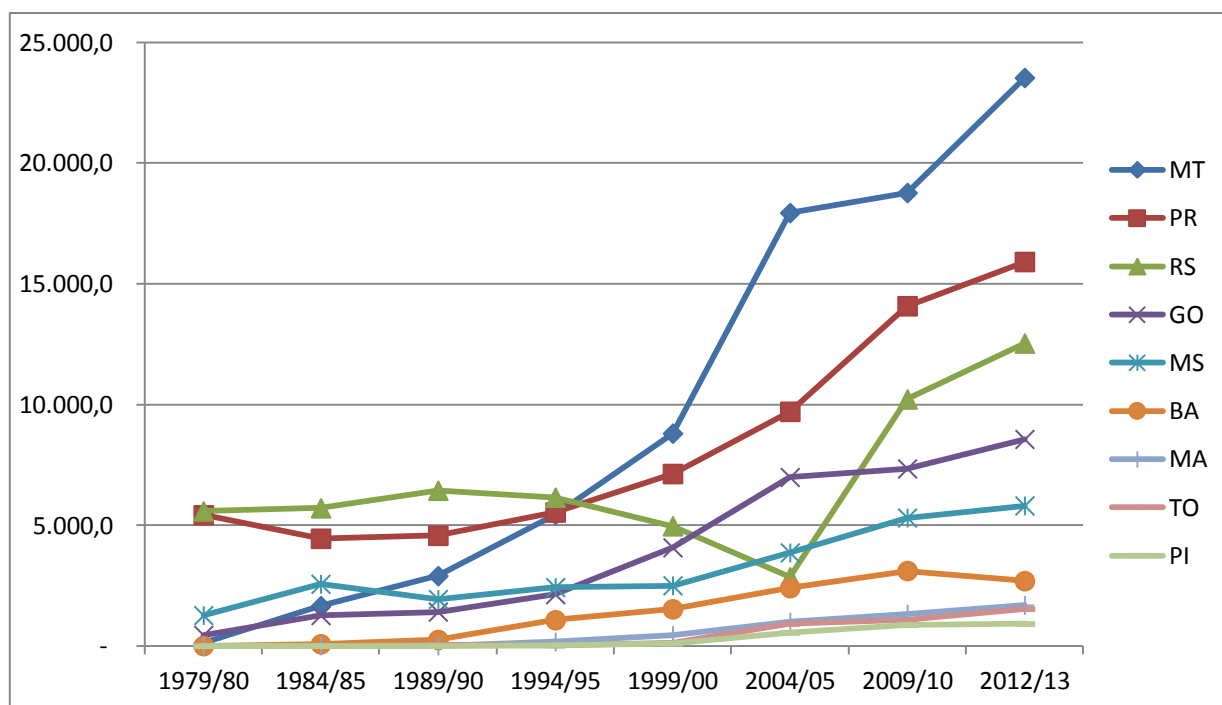
milho e algodão. O complexo da soja exportou, apenas no primeiro semestre de 2013, US\$ 17315 milhões, equivalente a 12,8% da pauta exportadora (SECEX/MDIC, 2013).

O aumento da participação da soja só foi possível devido à incorporação da produção da oleaginosa nos cerrados do Centro-Norte, disponibilizando uma imensa área para a valorização do capital a partir da monopolização da terra, recurso estratégico para a acumulação de capital (ALVES, 2006). A ocupação da soja no cerrado brasileiro via “territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária” (OLIVEIRA, 2012, p.8).

As grandes empresas atuam nessas diversas formas: arrendando terras, controlando o preço da *commoditie*, o armazenamento, financiamento para a compra de insumos e maquinários, criando uma lógica perversa no campo. O sistema de financiamento dos produtores de soja mantido pela grande empresa privada é ilustrativo das formas de atuação desse capital, onde se realiza o circuito completo de sua valorização através da forma mercadoria. Tais empresas agem como especulador financeiro, efetuando parte da circulação de seu capital; e também como comercializadoras de matéria-prima agrícola ou de insumos e serviços necessários ao funcionamento da agricultura capitalista. Esse circuito se completa, enfim, com sua presença na esfera da industrialização e da comercialização de produtos elaborados; além do controle do sistema de logística.

É neste contexto que a produção da soja cresce no país, em que a lógica da apropriação e da concentração fundiária aumenta sob a influência dos atores hegemônicos. O Centro-Oeste concentra a maior parte das áreas, sendo o Mato Grosso (que representou 26,01% da produção em 2013) o maior produtor do grão no Brasil (CONAB, 2013).

Gráfico 2.5 Principais estados produtores de soja e o corredor Centro-Norte mil ton/ano (1979-2013)



Fonte: CONAB, 2013. Organização própria.

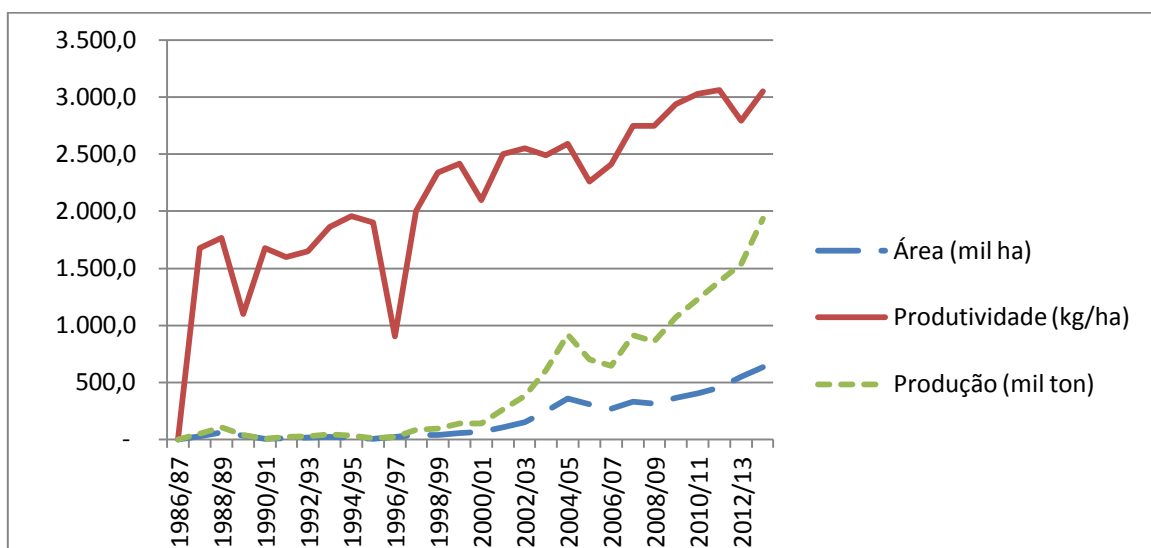
Observando o comportamento do gráfico 2.3 podem-se distinguir as áreas produtoras de soja em dois grupos: o primeiro grupo, por sua vez é subdivisível em duas categorias: regiões que já eram grandes produtoras de soja, em 1990, e que tiveram um pequeno crescimento ou negativo da área plantada durante a década de 1990, como Dourados (MS), Rondonópolis (MT) e Uberaba (MG), cujo aumento dessa área plantada de soja advém principalmente da incorporação de áreas de pastagem; regiões que tiveram, no período de 1990 a 2000, crescimento na sua área plantada de soja superior ao aumento entre os anos de 2000 e 2006. Essas áreas propícias ao cultivo de soja já foram quase todas incorporadas, o que justifica a diminuição no ritmo de expansão da área plantada, como no Extremo Oeste Baiano e no Sudeste de Goiás.

O segundo grupo é caracterizado pelo aumento da área plantada a partir de 2000. Dentre essas regiões, destacam-se a região de Santarém (PA), que, em 1990, não possuía

nenhuma área plantada de soja, praticamente todo o estado do Tocantins e o nordeste do Mato Grosso, acompanhando a BR-158. As áreas do corredor Centro-Norte, em especial seguem sujeitas a uma crescente incorporação para a produção de soja, diferentemente das primeiras áreas do cultivo no país (FREDERICO, 2010).

Na região dos cerrados do Centro-Norte, o Tocantins vem se destacando pelos índices de produtividade da oleaginosa, maior da região, atingindo 3.050 kg/ha plantado. O Mato Grosso, maior produtor alcançou 3.100 kg/ha na safra de 2013, mostrando que o Tocantins em um curto período de tempo vem se sobressaindo, mesmo que ainda com uma produção incipiente no panorama nacional. Na safra de 2012/2013, o estado tocantinense produziu 1.536,4 mil toneladas de soja, e o esperado para a safra de 2013/2014 são 1936,1 mil toneladas, em uma área possível de 634,8 mil hectares, 15,5% maior que a área registrada em 2013 (CONAB, 2013).

Gráfico 2.6 Produção, produtividade e área ocupada pela soja no Tocantins



Fonte: CONAB, 2013. Organização própria.

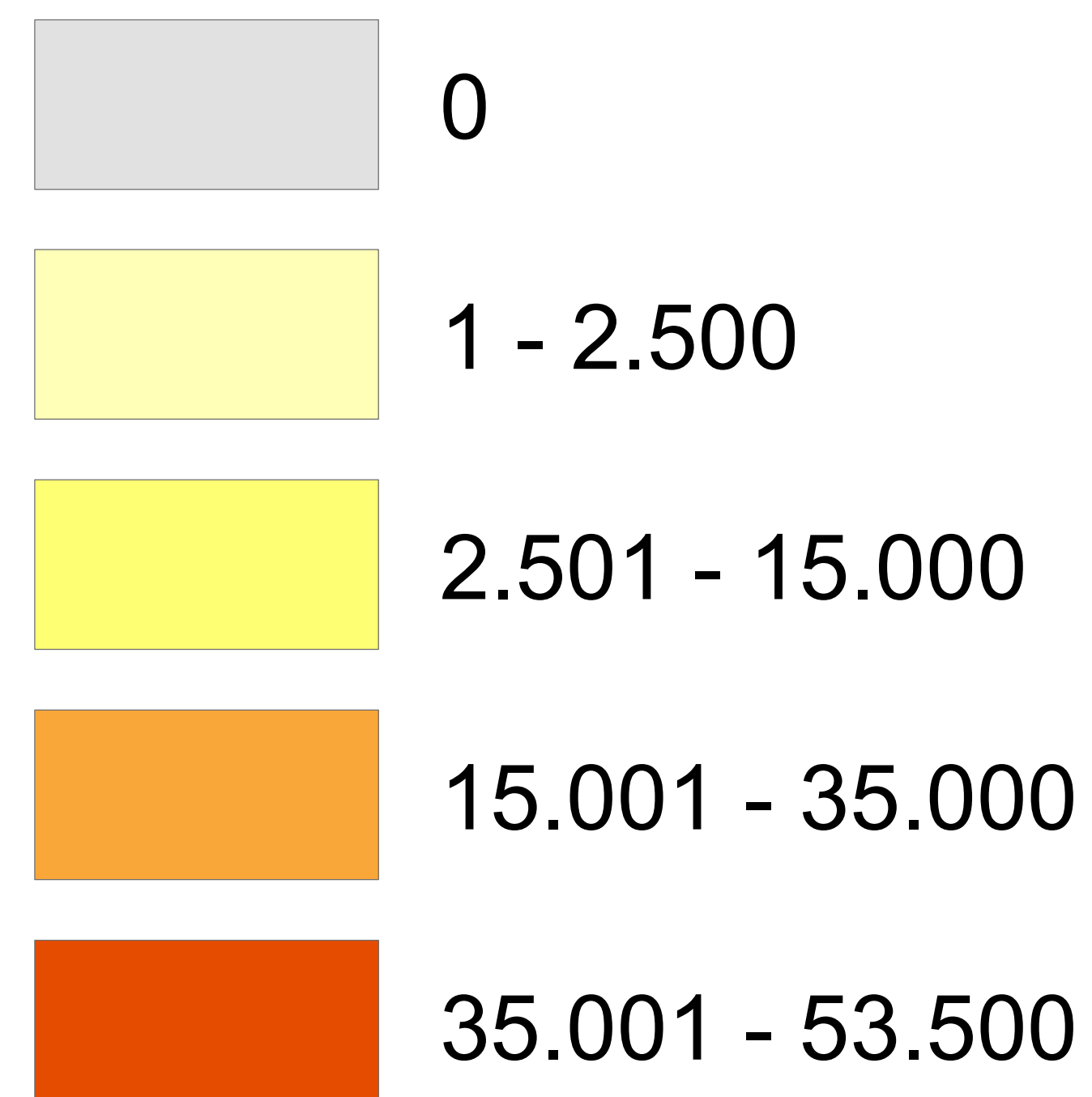
A incorporação de novas áreas não apresenta grandes picos, diferentemente da produtividade. Na maioria das áreas a serem incorporadas no cerrado é necessário um alto investimento na correção dos solos de 3 a 4 anos para atingir um nível de alta produtividade e rentabilidade. Nas áreas primeiras áreas de plantio do estado, a produtividade alcança 54 sacas de média (ou 3mil kg/ha) e nas áreas mais recentes de plantio do Tocantins 46 sacas em média por hectare, como ilustra o gráfico 2.6.

As áreas de plantio ganham maior destaque a partir de 2005, mesmo tendo como marco a implementação do PRODECER III, em que Pedro Afonso já concentra parte da produção do estado desde 2000. Interessante observar que o plantio da soja acompanha o investimento em infraestruturas do estado, tendo como áreas de produção os municípios do Prodoeste e uma linha ainda dispersa ao longo do eixo da BR-153, em principal na parte leste. De 1990 a 2000, observa-se no mapa 2.3 a entrada da soja ao longo da BR-153 e na região Sul, principalmente nos municípios de Mateiros, influenciada pela expansão da soja no oeste da Bahia e em Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia, com a implementação do Prodoeste, área de agricultura moderna irrigada. O estado tocantinense mostra crescente incorporação de áreas para a produção de soja. A partir de 2010, observa-se a concentração da produção em três regiões do estado, tendo como principais municípios produtores Campos Lindos, Pedro Afonso e Mateiros a nordeste e leste do estado, entre a BR-153 e Porto-Franco (MA); Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia, entre a fronteira com o Mato Grosso e a BR-153; e a região do centro do Tocantins – Porto Nacional, Silvanópolis, Dianópolis e Santa Rosa do Tocantins.

Legenda

Municípios Tocantins

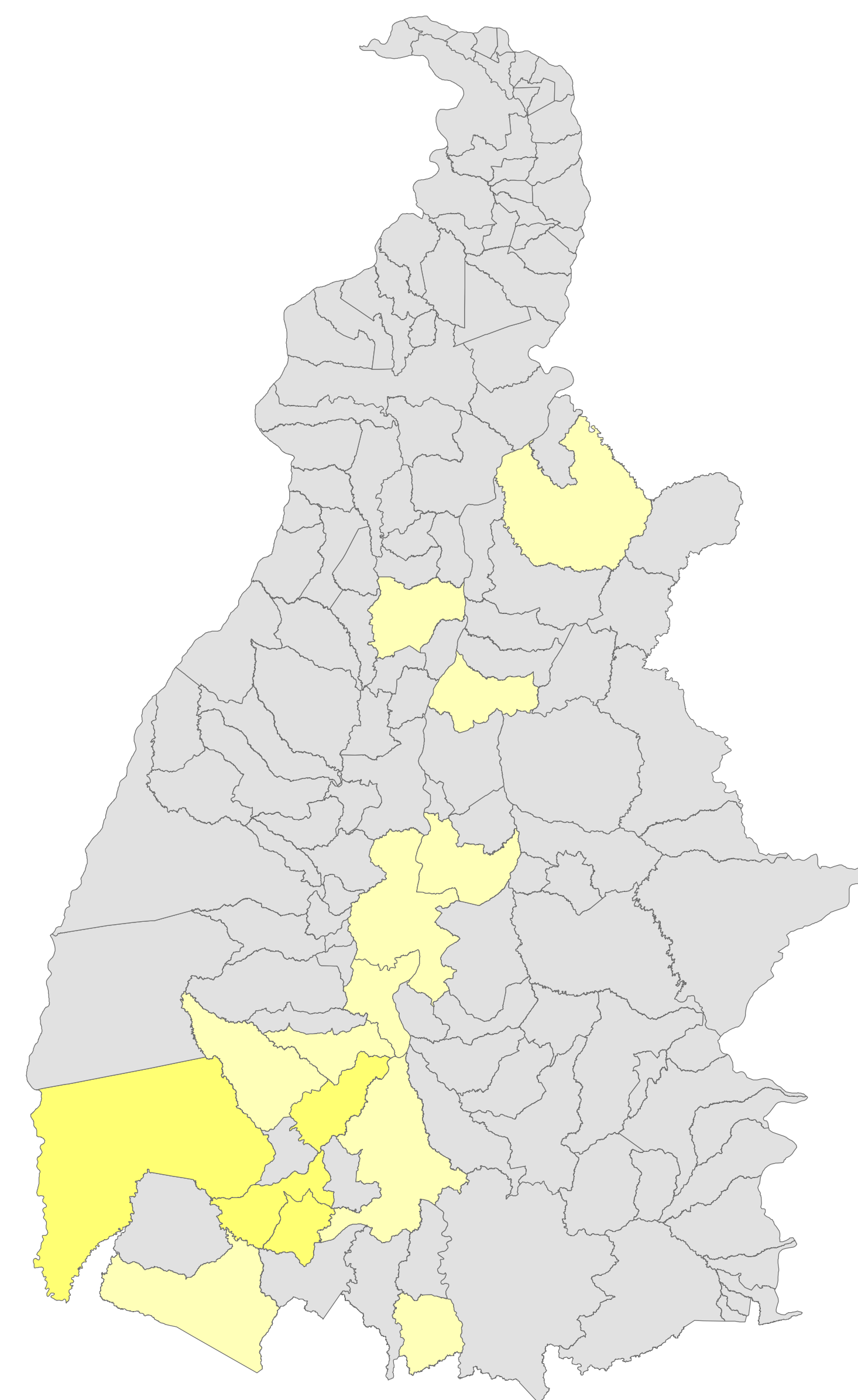
Soja: área plantada (ha)



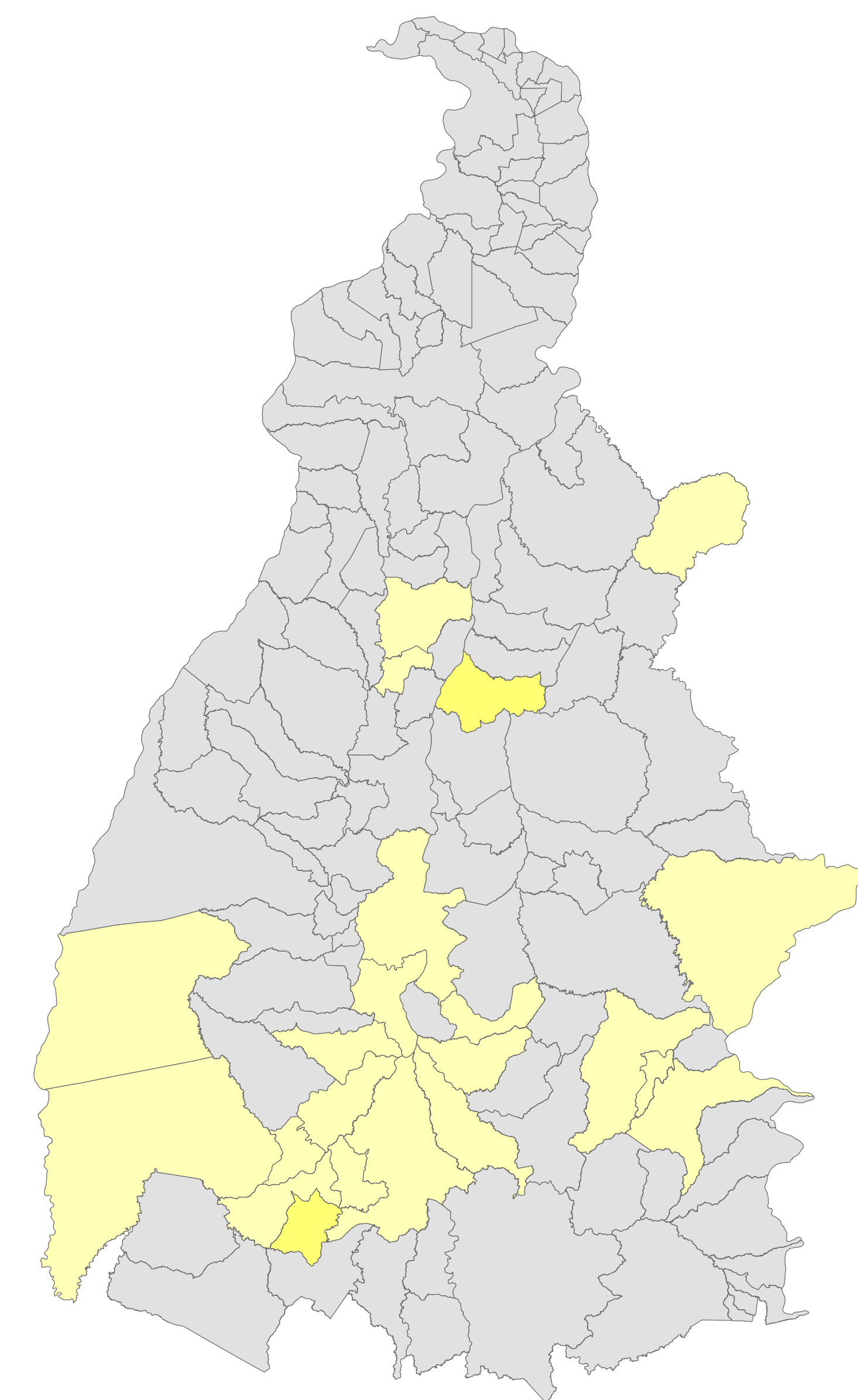
N

200 100 0 200 400 km

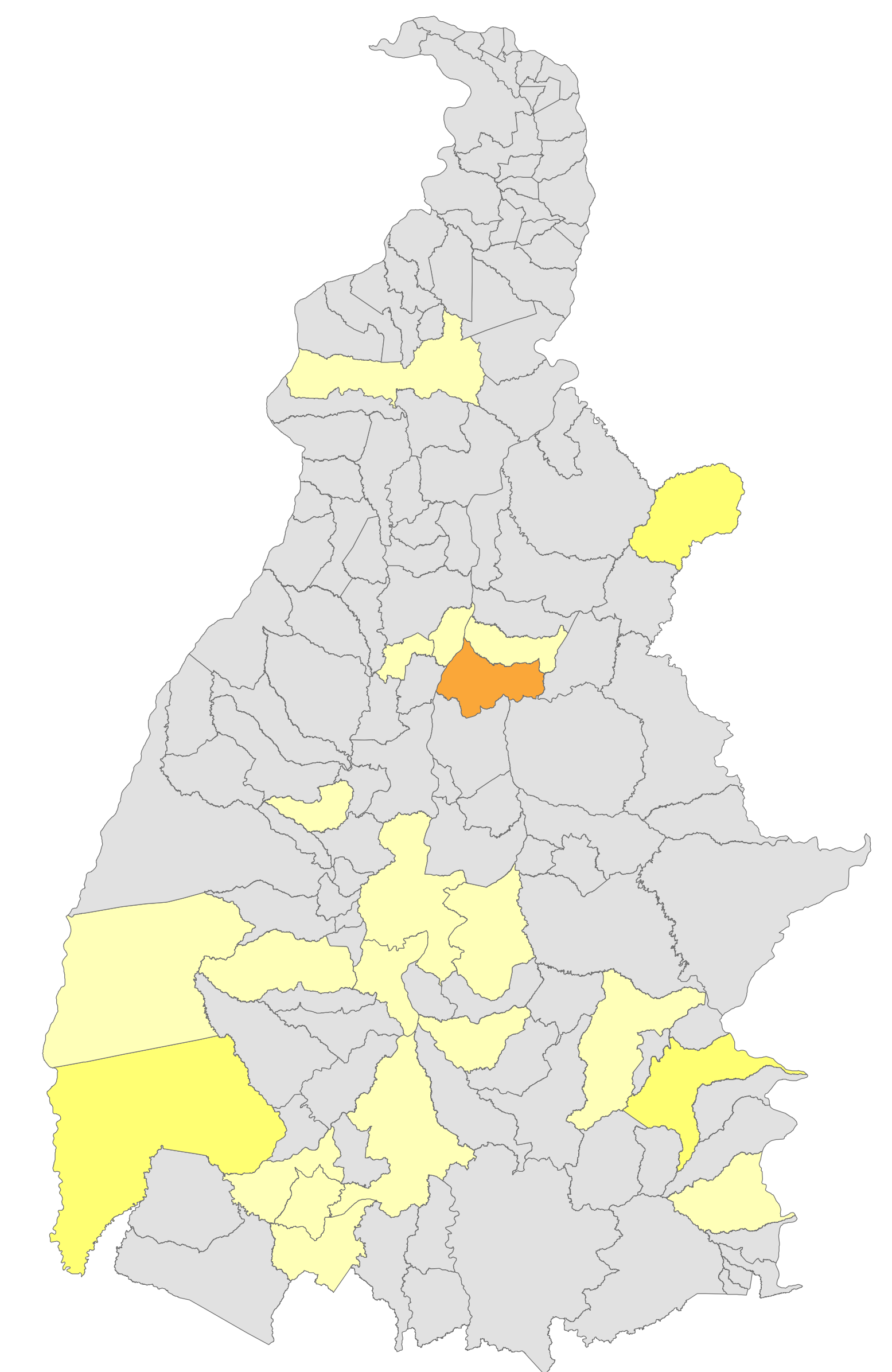
Tocantins: Evolução da área plantada de soja (hectares) 1990-2012



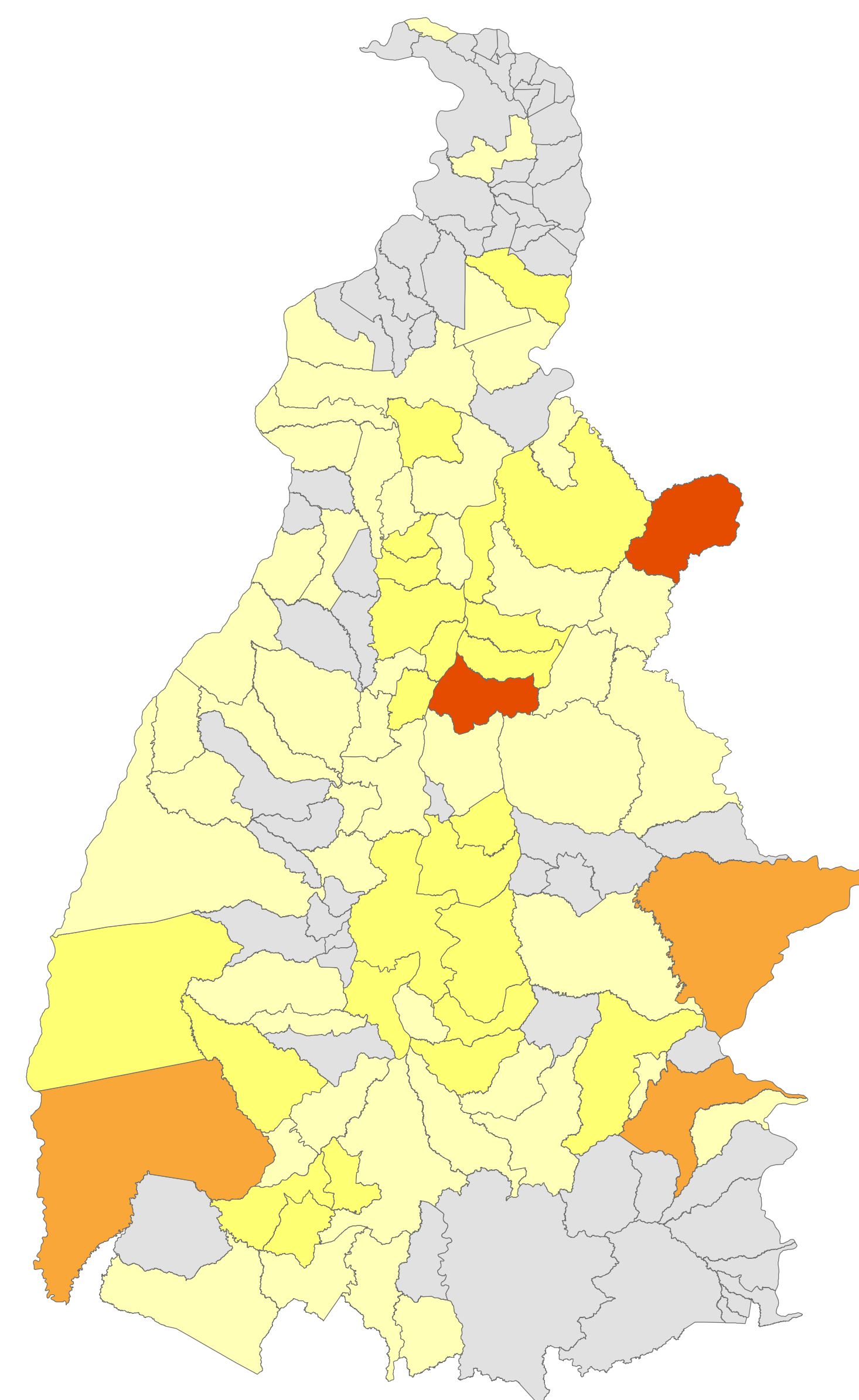
1990



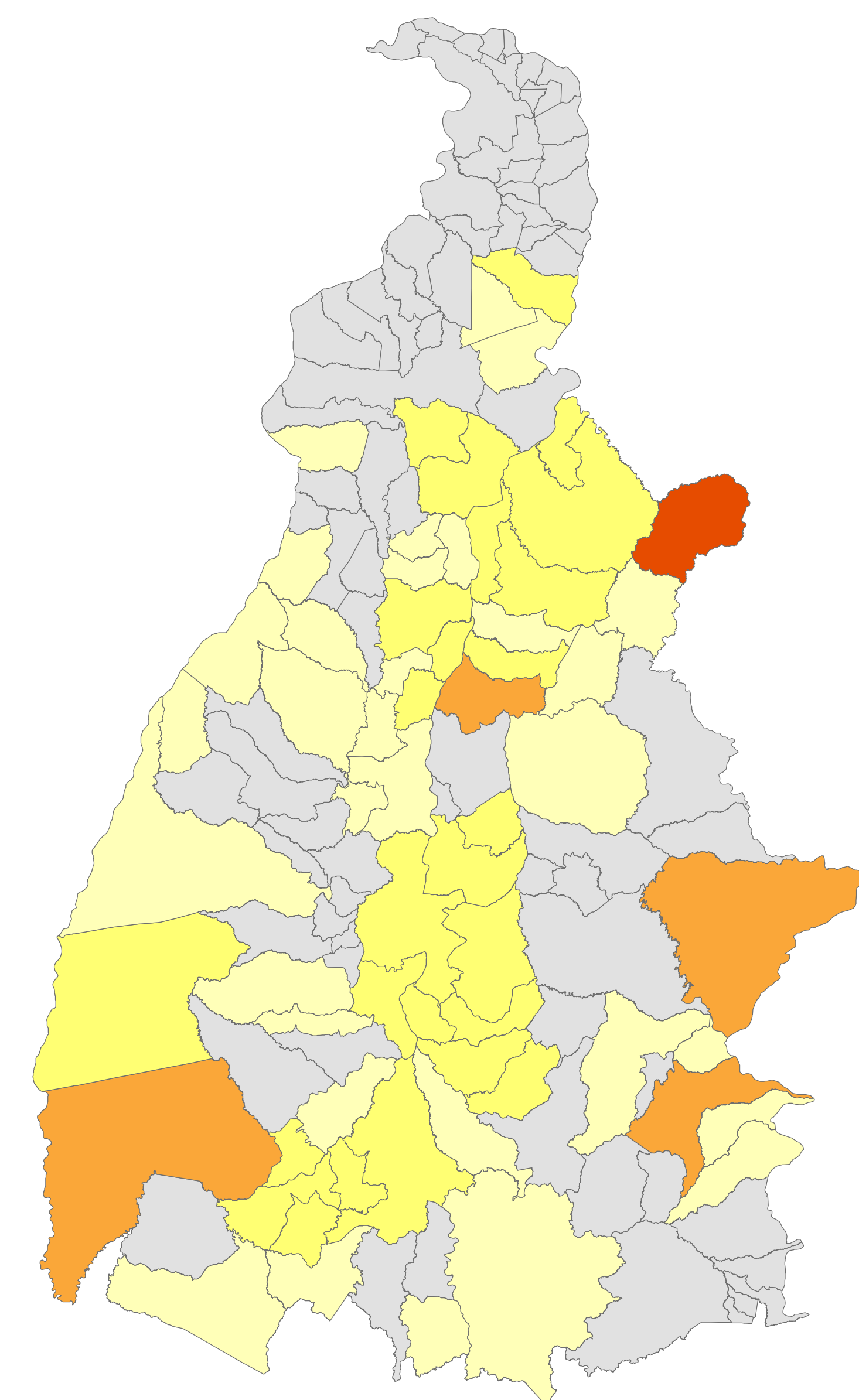
1995



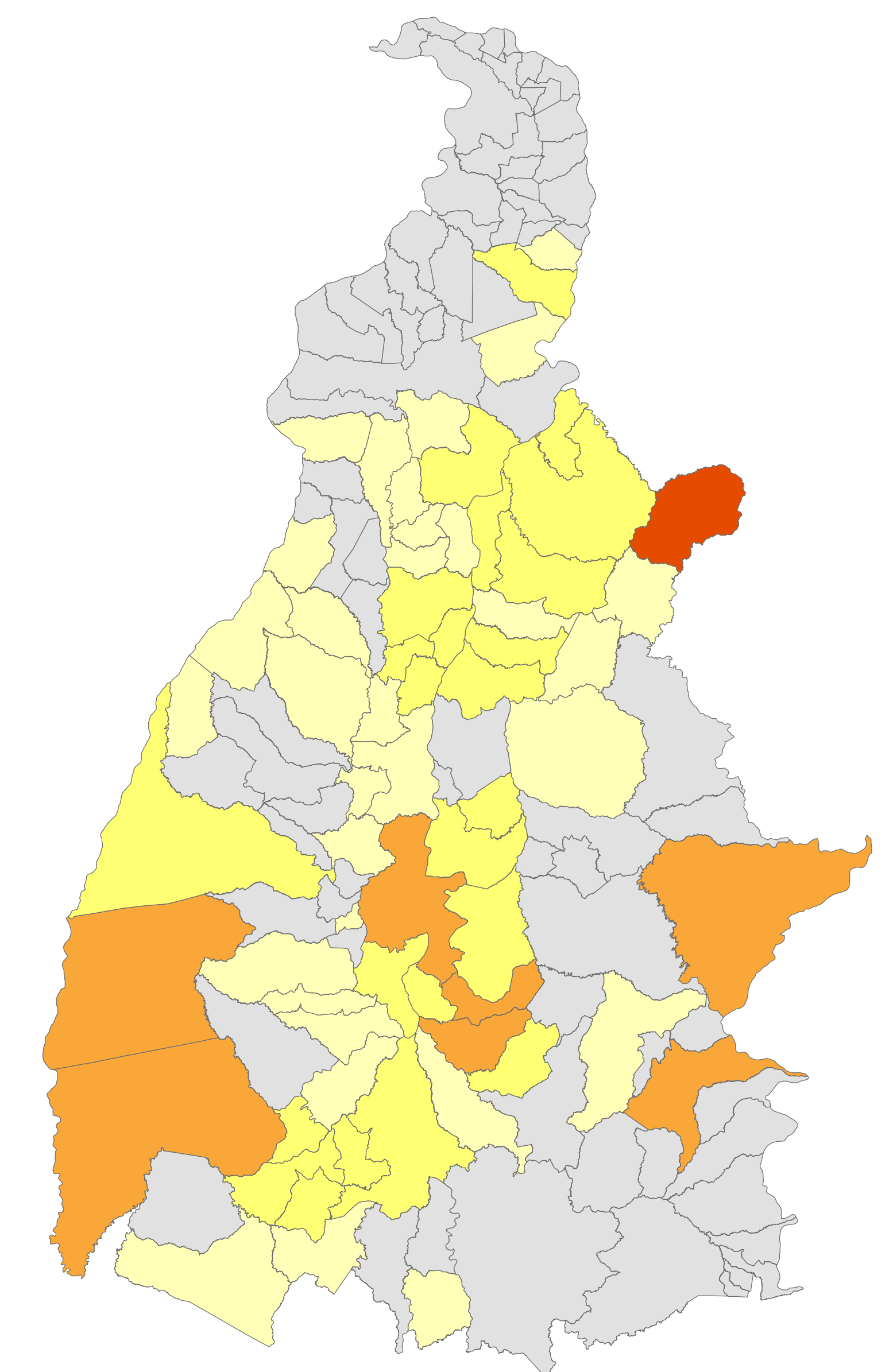
2000



2005



2010



2012

Fonte: SEPLAN-TO, Base vetorial
Dados geográficos; Limites
Municipais 2012.
Produção Agrícola
Municipal - PAM (IBGE).

GCS South American 1969
Datum: SAD69

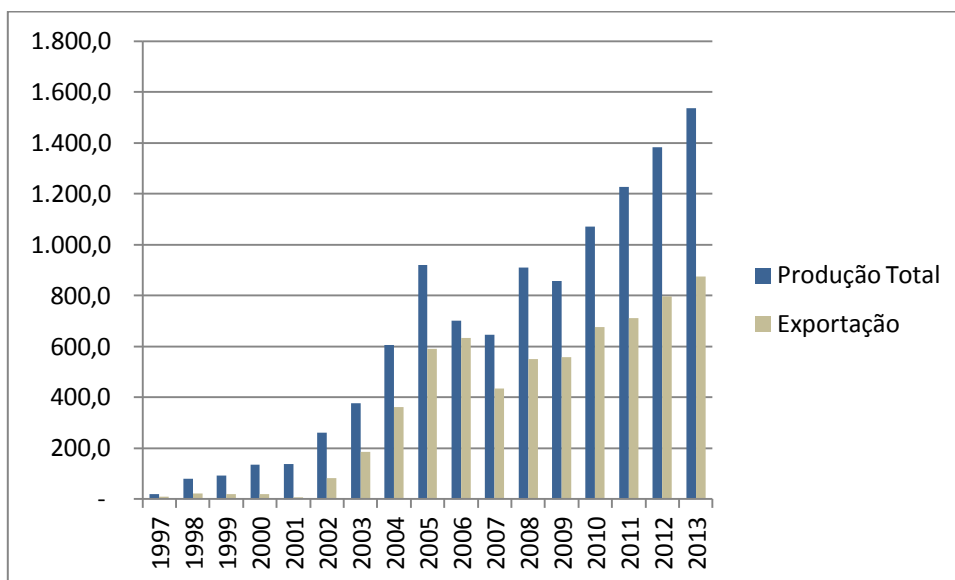
Elaborado por
Elder Sano Pereira
e Débora Assumpção Lima

Porto Nacional, além de possuir 2200ha de áreas de plantio (CONAB, 2013), tem recebido investimento na pesquisa de sementes de soja. A Du Pont Pionner já construiu um centro de pesquisas de sementes de soja; a Bayer também iniciou pesquisas com sementes de soja geneticamente modificadas em uma estação de pesquisa no município no início do ano de 2014⁶⁸.

Além disso, alguns municípios do Tocantins, como Lagoa da Confusão, são liberados para a produção exclusiva de soja semente durante o período de inverno (julho, agosto, setembro), já que nestes locais pouco se desenvolve a ferrugem asiática devido às suas especificidades edafoclimáticas. Essas sementes têm como destino outros estados produtores de soja, como Bahia, Mato Grosso e Goiás. Todavia, vale a pena destacar que daquelas 1536,4 mil toneladas produzidas no ano de 2013, 875,548 mil toneladas foram exportadas. A partir do gráfico 2.7 nota-se que o aumento do percentual destinado à produção para a exportação – especialmente no ano de 2006, em que 90,5% da produção tocaninense foi exportada – corroborando o panorama agrícola exportador do estado. Desde 2008, aproximadamente 60% da produção é destinada ao mercado externo. Os principais destinos da soja exportada são China, Espanha, Países Baixos (Holanda) e Portugal (TOCANTINS, 2012b; SECEX, 2014). Em 2013, 371,185 mil toneladas (42% da produção exportada) teve como destino a China e 308,398 mil toneladas tiveram como rota final a Espanha (35% da produção) (SECEX, 2014). Vale destacar que não há exportação de óleo e farelo de soja tocaninense.

⁶⁸ As aprovações das pesquisas foram confirmadas a partir da agenda da 170a Reunião Ordinária da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, realizada em 13 de março de 2014 em Brasília. Documento disponível em http://www.ctnbio.gov.br/upd_blob/0001/1863.pdf.

Gráfico 2.7 Produção de soja do Tocantins e exportação (1997-2013) por mil toneladas.



Fonte: Sistema Aliceweb - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/ Conab. Organização Própria.

Geralmente o plantio se inicia no Tocantins no início das chuvas, que ocorre em novembro (assim como no oeste da Bahia, Piauí e Maranhão). As condições de umidade do solo durante e depois do plantio são os fatores principais para o estabelecimento do bom *stand* na lavoura⁶⁹.

⁶⁹ Se o solo estiver demasiadamente seco e compactado deve-se evitar o início do plantio, pois nessas condições a emergência das sementes da soja não ocorre de forma adequada e o *stand* pode ficar muito baixo, tendo que em alguns casos fazer o replantio. Além disso, os solos compactados tendem a acumular água e aumentam os problemas de doenças na fase inicial de desenvolvimento da soja como *Pythium* spp., *Rhizoctonia* spp. e *Phytophthora* spp. A lagarta *elasma* normalmente ocorre na ausência continuada de chuvas e destrói as plântulas em início de emergência. A redução de *stand* pode ocorrer por causa desses problemas, e o uso de fungicidas e inseticidas no tratamento de sementes pode ser necessário para proteger a semente e garantir o *stand* adequado. Redução de *stand* também pode ocorrer devido à formação de crostas sobre a superfície do solo, principalmente depois de chuvas fortes logo após o plantio (SILVA NETO, 2010, s/n).

No Tocantins, usam-se sementes de soja de ciclo precoce, médio e tardio: Pioneer-98y12, 98y11, 99r03 Soytec, Sts820, Monsanto- Monsoy 8766, Monsoy8866, Monsoy 9144, 9056, Raimunda, Sambaíba, Singenta 9078, 8211⁷⁰. A semente transgênica foi liberada para plantio a partir de 2011 no estado. O produtor faz um escalonamento do uso das sementes para ter uma produção um pouco mais distribuída ao longo das safras, tendo como opção:

- a) Plantar toda a lavoura no início da primavera, utilizando variedades precoces e super precoces;
- b) Plantar toda a lavoura no início da primavera, mas utilizando variedades de ciclos diferentes; ou
- c) Plantar a lavoura ao longo de toda a primavera, utilizando variedades de qualquer ciclo.

Há vantagens e desvantagens para qualquer uma das três alternativas: se a escolha do agricultor recair sobre a opção a), ele tem as vantagens de uma colheita antecipada da soja, favorecendo o plantio do milho safrinha, além de beneficiar-se de custos menores para controlar a ferrugem asiática. Por outro lado, o potencial de produção das variedades precoces e super precoces é menor que aquelas de ciclo médio. Se a escolha do produtor for pela opção b), há a vantagem de melhor escalonamento da colheita, favorecendo o plantio de variedades de ciclos diferentes; poderá cultivar o milho safrinha nas áreas onde plantou soja precoce e super precoce; pode diversificar as lavouras de inverno, cultivando, além do milho safrinha, o sorgo. Como desvantagens, o agricultor tem a concentração do plantio em um espaço de tempo muito reduzido, e as variedades precoces e superprecoces podem produzir o fungo da ferrugem⁷¹ para as de ciclo mais longo, aumentando o custo das pulverizações.

⁷⁰ Informação sistematizada a partir de entrevistas realizadas nos trabalhos de campo em 2012 e 2013.

⁷¹ Desde 2012, há registros de uma nova “praga”, a lagarta *Helicoverpa armigera*. É uma praga secundária e não há registros e nem manejo para eliminação. No ano de 2014, as lavouras do MT já registraram um prejuízo de 1bilhão de reais por causa do descontrole das lagartas na lavoura de soja. (ver notícia em

Quando o produtor optar pela opção c), pode ser favorecido pelo escalonamento das operações de plantio e da colheita, executando essas operações com menor pressa, estresse e quantidade de máquinas, tendo menores riscos de uma grande perda da safra, considerando que os plantios serão feitos em épocas diferentes e com variedades de ciclos diferentes e ainda pode diversificar as culturas de inverno. Como desvantagem, ele terá a necessidade de um maior controle da ferrugem asiática.

A produção do milho, seguindo a importância da produção e os incentivos dos grãos no estado, vem crescendo, já que é uma cultura que é comumente intercalada com o cultivo da soja. A produção do milho segue uma espacialidade semelhante com a produção da soja, apesar de ter maior abrangência no estado, tendo como principais municípios produtores Mateiros, Campos Lindos, Lagoa da Confusão e Dianópolis, localizados a leste do Tocantins. A região de Araguaína também concentra alguns municípios produtores, onde a produção do milho está associada à pecuária bovina. O milho tem como principal destino o mercado nacional, sendo majoritariamente utilizado para alimentação de animais.

Foto 2.6 Produção de soja em Palmas com estrutura de armazenamento

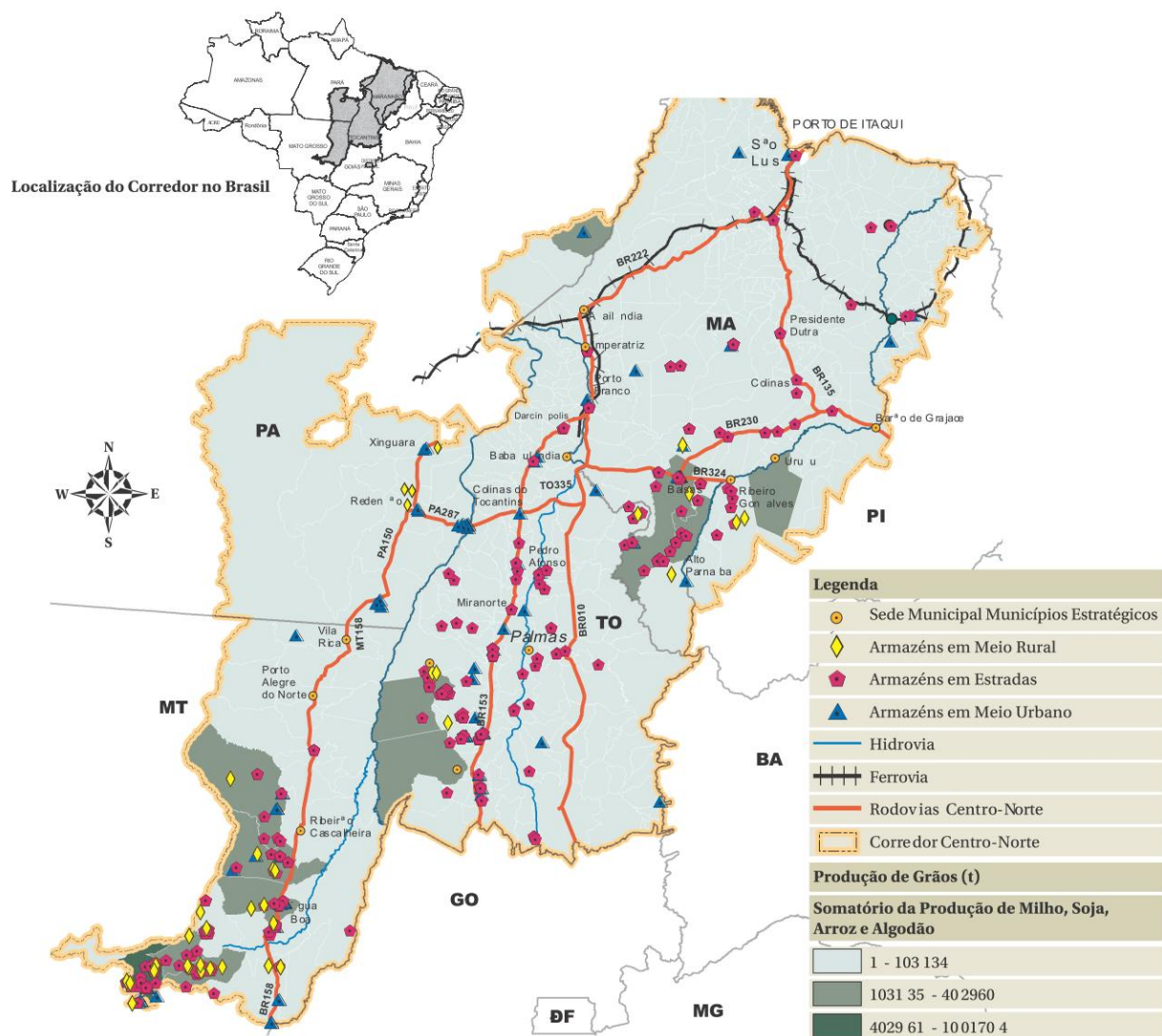


Pivô central e o plantio de soja nas proximidades de Palmas – TO. Foto da autora, julho de 2013.

<http://www.ecofinancas.com/noticias/helicoverpa-gera-prejuizo-r-1-bilhao-no-mato-grosso>). Em agosto de 2013 a lagarta já tinha chegado nas lavouras de Pedro Afonso-TO,

Ainda sobre o controle das grandes empresas no circuito espacial produtivo da soja, é importante ressaltar a massiva participação destas multinacionais na detenção dos armazenadores e silos, etapa imprescindível para garantir o escoamento da produção, já que a oleaginosa é voltada principalmente para o mercado externo. No Tocantins, a soja representa aproximadamente 70% das exportações desde 2009 (TOCANTINS, 2012b). Os grãos, uma vez colhidos, podem ser armazenados por períodos relativamente longos sem a perda de suas propriedades. A capacidade de armazenamento de grãos é condição estratégica para a expansão da produção e o controle dos fluxos, no tempo e no espaço (FREDERICO, 2010). As grandes empresas da soja, como a Bunge Alimentos, Cargill e Multigrain, têm grande poder de decisão, já que dominam o processamento e a exportação de soja, estabelecendo uma rede de captação da produção para os portos de exportação da oleaginosa *in natura* ou destinando-a para suas unidades industriais de processamento logisticamente localizadas. No entroncamento multimodal de Porto Franco (MA), divisa com o Estado do Tocantins, localizam-se unidades processadoras da Cargill, Algar Agro, Ceagro, Bunge Alimentos e Multigrain. Os produtores ficam a mercê das grandes empresas que controlam a maior parte do armazenamento a granel no estado de Tocantins.

Mapa 2.4 Armazenagem e a Produção de Grãos nos Municípios do Corredor Centro-Norte



Fonte: Conab/IBGE

Elaboração: Conab/Digem/Suinf/Geasa/Geote

O estado de Tocantins conta com 133 armazéns e silos com capacidade para armazenamento de 1.412.221 toneladas. Desses, 10 Silos pertencem à Bunge Alimentos, 4 à Cargil, 4 à Multigrain, 1 à Fiagril e 1 à Granol – representando uma capacidade estática de aproximadamente 30% do estado. Cerca de 27 silos são particulares, e possuem uma capacidade de 177.367 toneladas, representando 12% da capacidade estática (CONAB, 2013). Observando o mapa 2.3, destaca-se a concentração de silos ao longo da BR-153 e ao longo das margens do Rio Tocantins. Diferentemente dos outros estados do corredor, há poucos silos localizados no meio rural do espaço tocantinense.

A capacidade estática de armazenamento está aquém da produção de grãos do estado. Há dois anos o uso de silos bolsa, ou “*bags*”, as denominadas “lombrigas”, tem aumentado. Esta forma de armazenagem em grandes sacos de polietileno altamente resistente só pode ser utilizado uma única vez, encarecendo o processo de armazenamento. Cada silo bolsa custa em média R\$1.500,00 e pode armazenar até 10 toneladas. Esta forma de estocagem não tem se mostrado eficiente no Tocantins devido às altas temperaturas, podendo haver fermentação e, por conseguinte, perda do grão.

Foto 2.7 Formas de armazenamento da soja no Tocantins



Diversas formas de armazenamento de soja: “silos bolsa”, silo cilíndrico e “silo pulmão”. Fazenda localizada em Monte do Carmo. Foto da autora, agosto de 2013.

Ao armazenarem a soja dos produtores, essas empresas lucram em diversos âmbitos: reduzem os seus custos de frete junto às transportadoras e, como os produtores possuem menor poder de barganha sobre a venda da produção por dependerem dos silos para o armazenamento dos grãos, sua produção deve ser entregue aos armazéns com no máximo 8% dos grãos fora do padrão para poderem receber o preço normal. O padrão de qualidade da soja em grão a granel, tipo exportação, define: até 14% de umidade, até 2% de impurezas com no máximo 0,005% de bagas de mamona, limites máximos de 8% para grãos avariados (até 5% de ardidos) e 30% de grãos quebrados (MAPA, 2014).

Caso o produtor entregue a produção com grãos de boa qualidade, acima do padrão, ele não recebe nenhum valor adicional. No entanto, as empresas misturam grãos de qualidade inferior á estes grãos, auferindo maior lucro (BARRAZA DE LA CRUZ, 2007). Contudo, vale lembrar que o grão não pode perder muita umidade, pois reflete na perda de lucro do armazenador. As mesmas técnicas são empregadas desde o plantio até a armazenagem da soja no Sul do país e nos cerrados do Centro-Norte, mas o clima mais quente no Tocantins altera a coloração do grão da soja, ficando, por vezes, um pouco mais escuras. O “olho de gato”, mudança na composição física do grão, que pode em alguns casos fermentar, não encontrou nenhum problema no mercado interno do óleo, mas possui preços menos competitivos para exportação. Os grãos de soja de cor esverdeada é desvalorizado, apesar de possuir as mesmas propriedades do grão de soja padrão.

A negociação da safra da soja é realizada com antecipação, evitando uma pressão excessiva nos preços nos meses de safra e, ao mesmo tempo, é uma forma encontrada pelo produtor para financiar a lavoura, já que parte da safra é entregue às empresas em troca de insumos (COELI, 2004). Deste modo, as *tradings* envolvem o produtor em toda a cadeia de produção, fazendo com que as grandes empresas não necessariamente participem diretamente da produção do grão, etapa de maior risco na cadeia.

2.4 O avanço da agricultura moderna de grãos no Tocantins: o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados e o Polo Agroindustrial de Fronteira Campos Lindos

2.4.1 As transformações do espaço agrário de Pedro Afonso

A acumulação do capital é um processo geográfico à revelia da reorganização espacial. O uso de meios técnicos modernos especializados para a produção agrícola, além da possibilidade de uma rapidez no transporte de mercadorias até as fábricas de beneficiamento e portos exportadores (ALVES, 2009) estão localizados de forma seletiva e desigual no território, em que o Estado faz a mediação destes aparatos, sejam públicos ou privados.

Uma das ações governamentais para a entrada da agricultura moderna nos cerrados foi o PRODECER. O Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados, assinado em 1976 em parceria com a Japan International Cooperation Agency (JICA), teve como objetivo desenvolver a fronteira agrícola do Cerrado, territorializando o capital nacional e internacional a partir da incorporação do campo brasileiro no circuito produtivo mundial e na oferta internacional de alimentos (INOCÊNCIO, 2013). O Japão assume, entre 1950 e 1980, o papel de um dos maiores investidores no Brasil, representando ainda o segundo mercado individual para as exportações brasileiras e terceiro maior investidor externo no Brasil.

O plano previu investir na produção de soja, milho e sorgo, sendo que o projeto se firmou na produção dos dois primeiros; o empreendimento foi feito de forma integrada, englobando as fases de produção, comercialização e industrialização. Para sustentar o projeto no Brasil criaram-se duas holdings: BASAGRO (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial) e JADECO (Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola), com associação de capitais governamentais, através de agências oficiais, transferência de capitais públicos e privados de ambos os países (INOCÊNCIO, 2013). Além disso, foram realizados investimentos em logística da Companhia Vale do Rio Doce

(CVRD) que abriram caminho para outros empreendimentos, como o porto de Itaqui (MA) (BRASIL, 2002).

A área média dos lotes é de 400 ha no PRODECER Piloto I; 410 ha no PRODECER Piloto II e 350 ha no PRODECER Expansão. No PRODECER III, como a rentabilidade das terras esperada era menor, a área média de cada lote foi aumentada para mil hectares (BRASIL, 2002). A parceria nipo-brasileira estimulava as regiões Norte e Nordeste a priorizarem os sistemas agroflorestais e outras formas de policultura. Contraditoriamente, o Cerrado era estimulado à produção agrícola, em especial à produção de grãos. Para o PRODECER III, 60% dos recursos foram provenientes do Japão e 40% do Brasil, dos quais 30% do governo federal e 10% dos agentes financeiros participantes do programa (INCOÊNCIO, 2013).

Tabela 2.1 Projetos executados com recursos do PRODECER de 1978 a 2005

Estado	Área Total (ha)	Investimento (US\$)	Famílias beneficiadas	Investimento por colono (US\$)	Fase do Prodecerc
MG	151.250	239.000.000	270	884.185	I e II
MS	22.000	26.000.000	56	464.285	II
MT	35.320	50.000.000	79	632.911	II
GO	30.000	50.000.000	85	558.235	II
BA	31.430	67.000.000	86	779.069	II
TO	40.000	69.000.000	41	1.682.926	III
MA	40.000	69.000.000	40	1.725.000	III
Total	350.000	570.000.000	657	867.579	

Fonte: RODRIGUES, et al. (2009).

A implementação da primeira fase do programa em áreas mais próximas às áreas antigas da fronteira agrícola, por exemplo, Minas Gerais, mostram o caráter do programa cujo objetivo era a transformação do cerrado em um celeiro agrícola a partir da modernização do campo e da produção de alimentos. A produção de grãos em áreas já

‘colonizadas’ avança de acordo com a necessidade de intensificação da produção e necessidade de trabalho para garantir um rendimento superior ao preço agrícola médio. Na verdade, o foco está na produção de *commodities* para o mercado internacional, e não na ocupação do cerrado ou até mesmo do interior do país.

Os maiores investimentos por colono ocorreram na terceira fase, iniciada em 1996. No Tocantins, a implementação do PRODECER concentrou-se no município de Pedro Afonso, conhecido também como “a capital da soja no Tocantins”, onde 41 famílias se beneficiaram com um investimento de US\$ 1.682.926,00 por colono. Contudo, os recursos não foram inteiramente aplicados por causa da inadimplência dos colonos. Os principais motivos foram a falta de organização em cooperativas, como exigia o programa, falta de capital próprio para o investimento inicial, cerca de 10 a 20% do montante a ser investido despreparo técnico dos agricultores e da própria assistência técnica (RODRIGUES et al., 2009).

A partir da falência do programa em Pedro Afonso, 28 colonos criaram a Cooperativa Agroindustrial do Tocantins – COAPA, em 1998. Inicialmente, a ideia era diversificar a produção, participando de programas para a agricultura familiar, fruticultura e rizicultura. No entanto, a soja é o cultivo de destaque tanto da cooperativa quanto do município, um dos principais produtores de grãos do Tocantins.

A COAPA⁷² atende hoje a 78 cooperados produtores de soja, e 228 cooperados da agricultura familiar, agrupados ou não em associações na região de Pedro Afonso, estendendo sua área de atuação para os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Tupirama, Rio Sono, Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Miracema do Tocantins, Santa Maria, Tocantínia, Itacajá, Itupiratin, Goiatins, Recursolândia e Centenário. Os programas da agricultura familiar e créditos oficiais para parte dos agricultores, aqueles que ficaram inadimplentes por dívidas do PRODECER estão estagnados. A grande maioria das operações da COAPA são referentes ao plantio de grãos para grandes empresas.

⁷²As informações sobre a COAPA foram recolhidas em entrevistas realizadas em trabalhos de campo no ano de 2012 e 2013.

A cooperativa se mantém pelo *spread* dos produtores, uma percentagem do valor das compras e do aluguel de seus armazéns. A COAPA viabiliza compra e venda de produtos, e no volume consegue melhor valor para compra de insumos e venda de grãos para os produtores, não tendo nenhuma forma de fidelização de cooperados, podendo inclusive o agricultor negociar diretamente com a *trading*. Os silos da COAPA – o maior do estado, com capacidade estática de 64 mil toneladas em 10 silos – recebe grãos de cooperados e das próprias tradings. Apesar da maior parte do armazenamento ser destinada à soja, o milho e o sorgo também são encontrados.

Os custos de produção são apenas mediados pela COAPA, que repassa o pacote tecnológico das grandes empresas (Du Pont Pioneer, Syngenta e Monsanto) ao agricultor. Na cooperativa, um pequeno produtor tem até 60 ha, médio de 70 a 350 ha e o grande produtor a partir de 350 ha, acompanhando os valores de módulo fiscal do estado, que é 80ha. O maior produtor possui aproximadamente 1.700 ha. Em Pedro Afonso, a cooperativa possui 22.400ha de área produtora de grãos.

Atualmente, mais de 70% dos produtores do Tocantins são financiados via tradings⁷³. A COAPA contribui no gerenciamento dos recursos repassados pela CARGILL, Bunge Alimentos e Multigrain. Esses produtores tecnificados da soja corroboram com a expansão do capitalismo no campo, mesmo não sendo detentores da maior parcela do lucro do agronegócio⁷⁴.

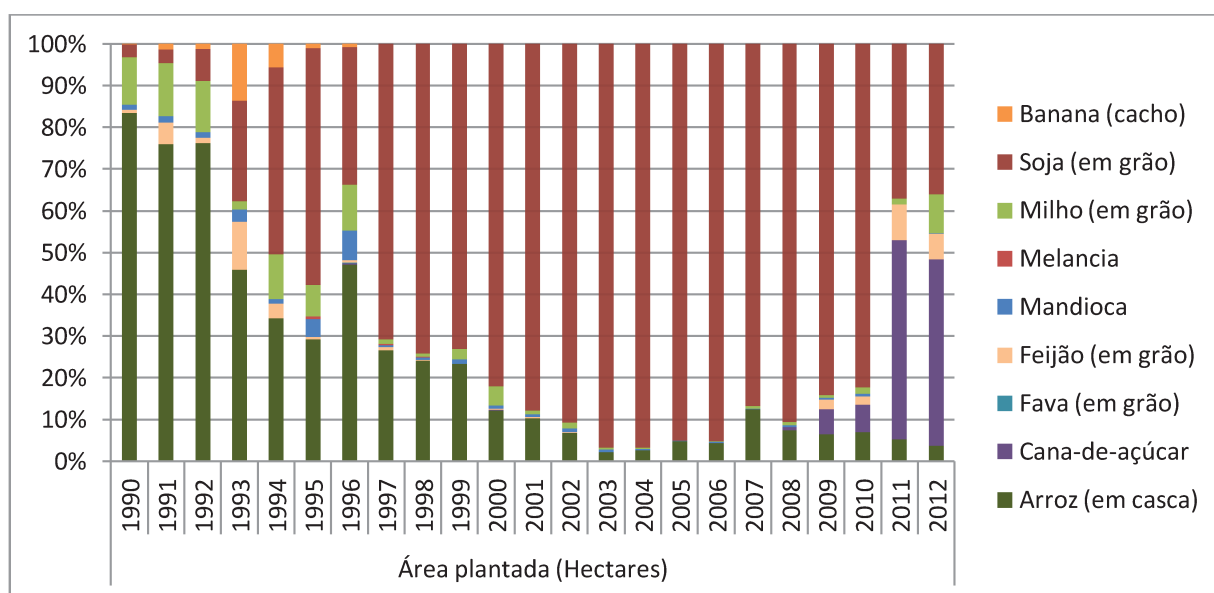
Sobre a logística de Pedro Afonso, a maior parte dos grãos tem como destino o entroncamento modal Porto Franco, que a partir daí segue para os portos de São Luís ou Belém. O acesso ao município é feito através das rodovias TO-336, que o liga à Belém-Brasília e pela TO-010, interligando o município com Bom Jesus e Santa Maria.

⁷³ De acordo com entrevistas de campo na ADAPEC e COAPA.

⁷⁴ Além das vantagens logísticas das grandes empresas, cerca de 50% dos custos diretos da produção, ou seja, despesas de custeio da lavoura (operação com avião, máquinas, mão-de-obra, sementes, fertilizantes, agrotóxicos, despesas administrativas), despesas pós-colheita (seguro agrícola, assistência técnica, transporte externo, armazenagem) despesas financeiras (impostos, juros, encargos sociais) e renda da terra estão voltados para sementes, fertilizantes e agrotóxico – componentes vendidos pelas grandes empresas como ADM, Cargil, Monsanto, Syngenta, Bunge Alimentos, Multigrain, DuPont Pioneer. Apesar de não ter informações disponíveis especificamente para o Tocantins, os dados da CONAB (2013) corroboram tal relação percentual para os plantios de soja na Bahia, Mato Grosso, Goiás, Maranhão.

Na região de Pedro Afonso, os produtores de soja e funcionários da cooperativa não possuem plantios para alimentação, sendo a maioria dos produtos hortifrutigranjeiros comprados na cidade em supermercados. A maior parte dos produtos vem das Companhias de Abastecimento (CEASA) de Goiânia e Belém. Não há uma tradição de agricultura de subsistência⁷⁵ – e os alimentos principais são o arroz, a farinha de puba e carne bovina. De acordo com CEASA-Tocantins existe uma demanda de produtos por parte dos mercados varejistas, atacadistas e mercados locais de banana, batata, tomate, melancia, maxixe, cebola, laranja, limão, pepino, chuchu, melão, manga, maçã, abóbora, entre outros (TOCANTINS, 2012a, 2012b), reflexo da opção monocultora pautada pelos pacotes tecnológicos frente à policultura enquanto agricultura familiar e segurança alimentar.

Gráfico 2.8 Produção agrícola municipal de Pedro Afonso (1990-2012)



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal.

⁷⁵ Importante a ressalva que Martins (1996) aponta sobre a agricultura de subsistência, na qual também há racionalidade no planejamento do pequeno agricultor, apenas da relação de trabalho ser distinta. “Nela [economia de subsistência] o excedente já aparece como tal na própria produção. O essencial nessa interpretação é que os meios de vida do agricultor não são imediatamente estabelecidos pela mediação do mercado. Mesmo que o camponês venha a ter que comercializar também parte de seus meios de vida, ele sabe que está vendendo aquilo que originariamente fora destinado à sua subsistência. É diferente da situação do assalariado e mesmo do pequeno agricultor capitalista que, no momento da produção, não sabe e não pode distinguir entre o que vai constituir seus meios de vida e o que vai constituir o excedente apropriado pelo capital, num caso, ou destinado à sua própria acumulação, no outro [...] Os meios de vida de quem trabalha para o capital, como ocorre com o operário ou o assalariado do campo, tem seu montante definido pela mediação do capital e é materialização de trabalho abstrato e, portanto, social. Não é o próprio trabalhador que calcula e define quanto da produção vai se constituir em seus meios de vida” (p.49).

Ao longo do eixo temporal do gráfico 2.6 percebemos a substituição do cultivo de arroz pela soja, além do desaparecimento de cultivos como a fava, o abacaxi e a melancia, e a redução dos plantios de feijão e milho. No período de 1997, primeiro ano do PRODECER no município até 2003, mais de 90% da área de plantio foi destinada ao cultivo de grãos. Em 2012, a produção foi de 40.020 toneladas de soja no município, ocupando uma área de 14.500ha (IBGE, 2012). A tendência do espaço agrário de Pedro Afonso é a ocupação da área agrícola do município com cultivos de exportação – a soja e a cana-de-açúcar, que avançou nos últimos anos principalmente por causa de instalação de uma usina sucroenergética da Bunge Alimentos no município. Apesar da pecuária ainda ocupar a maior parcela da área agropecuária, 27.254ha, sendo 14.762ha de pastagens naturais, 1.309ha de pastagens plantadas degradadas e 11.183ha pastagens plantadas em boas condições; quase a totalidade da lavoura é ocupada por culturas temporárias (16.539ha frente a 326ha das lavouras permanentes, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006). Essa forma de ocupação do espaço agrário favorece a ação das grandes empresas no lugar – que garantem lucros em cultivos de ciclos curtos e, no caso de um panorama econômico ruim do produto agrícola, problemas edafoclimáticos ou instabilidades políticas podem se movem para outro lugar. Além disso, a maioria das empresas fazem contratos, ou de arrendamentos ou da compra da soja verde e outras trocas dentro do circuito produtivo da soja, não ficando atreladas ao lugar.

Tabela 2.2 Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor e tamanho da propriedade no município de Pedro Afonso (2006)

Grupos de área total	Condição legal das terras			
	Próprias	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
De 1 a menos de 2 ha		2	-	-
De 2 a menos de 3 ha		-	-	1
De 4 a menos de 5 ha		3	-	-
De 5 a menos de 10 ha		2	-	1
De 10 a menos de 20 ha		3	-	-
De 20 a menos de 50 ha		97	-	4
De 50 a menos de 100 ha		36	-	3
De 100 a menos de 200 ha		33	1	2
De 200 a menos de 500 ha		42	1	2
De 500 a menos de 1000 ha		19	3	2
De 1000 a menos de 2500 ha		13	-	-
De 2500 ha e mais		7	-	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário

A tabela 2.2 aponta que a parcela principal das terras são de pequenos proprietários, entre 20 a 50ha, menor do que 1 módulo fiscal no Tocantins, que equivale a 80ha, ocupando no total 4.179ha. Em 2006, os 7 maiores proprietários ocupam 27.167ha. Não há terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva no município.

Sobre as condições técnicas predominantes na produção, constata-se que na agricultura familiar de 187 estabelecimentos, 155 (82%) produtores não tinham tido nenhum tipo de assistência técnica. Na agricultura não familiar, 76 estabelecimentos de um total de 91 tinham acesso à assistência técnica. Em ambos os casos a assistência é de caráter predominantemente privado (IBGE, 2006). Os 91 estabelecimentos de agricultura não familiar de Pedro Afonso geraram uma receita direta de R\$15.639.000,00 com produtos vegetais. Destes, 25 estabelecimentos não obtiveram nenhuma receita, em que uma possibilidades de explicação seria a função da terra na sua forma especuladora (IBGE, 2006).

Depois da Administração Pública, as lavouras temporárias são as que mais empregam pessoas no município, 1042 postos. Além disso, a produção de florestas plantadas e nativas geram 394 postos de emprego e 312 pessoas estão em atividades de apoio à agricultura e pecuária (RAIS, 2014). A presença do trabalhador assalariado temporário não somente representa a expulsão dos que não detêm a propriedade da terra, como também inclui muitos pequenos proprietários que, impossibilitados de garantir a sobrevivência da família unicamente pelo produto do trabalho no seu lote de terra, são obrigados a se assalariar em determinados períodos do ano. Dessa forma, entre os trabalhadores agrícolas assalariados temporários, deve-se distinguir aquele que detém apenas sua própria força de trabalho, que muitas vezes agora reside na cidade, e se desloca diariamente para o campo, sobretudo nas épocas de safra, daqueles que ainda possuem uma pequena propriedade de terra, na qual residem com a família. Como não conseguem auferir a subsistência, vendem sua força de trabalho durante algumas épocas do ano, especialmente para as empresas agrícolas mais dinâmicas.

O trabalhador agrícola assalariado no contexto da agricultura globalizada é um proletário agrícola, é aquele trabalhador cujas relações de trabalho constituem prestação de serviços, isto é, cuja força de trabalho é uma mercadoria que ele vende ao empresário agropecuário, em diferentes momentos do processo produtivo (ELIAS, 2006, p.16).

Foto 2.8 Trabalhadores da COAPA no esvaziamento armazéns para comercialização.



Esvaziamento dos silos da COAPA para a chegada de outra safra de soja. Foto da autora (2013)

Nos armazéns de grande porte do estado tocaninense, como os silos da COAPA e os silos da Bunge Alimentos em Porto Nacional, com capacidade estática de 30 mil toneladas, são necessários para as épocas de safra cerca de 35 a 40 trabalhadores, e na entre-safra, de 5 a 10 trabalhadores. Geralmente os contratos são sazonais, não permitindo que o trabalhador tenha garantias trabalhistas. De acordo com levantamentos da CONAB (2013) de produção de soja para as áreas de cerrados do Centro-Norte, o custo do trabalhador por hectare variou no ano de 2013 de R\$ 12,87, representando 0,52% dos gastos de produção por hectare no Mato Grosso a R\$ 41,62 no Maranhão, representando 2,87% do custo total de produção.

Não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento o indivíduo social. O roubo de tempo e trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria (MARX, 2011, p.590).

2.4.2 As transformações do espaço agrário de Campos Lindos

O município de Campos Lindos, fundado em 1989 juntamente com o Tocantins e implementado em 1993 já é criado a partir de uma realidade marcada pelos grandes empresários da soja e os pequenos produtores, posseiros e sem terra.

Os produtores de soja vão utilizando diversas estratégias para expulsar as famílias das terras, e uma estratégia legal com apoio do governo estadual foi o Decreto n°. 436/97, que declarava para fins de desapropriação uma área com aproximadamente 105.590ha em Campos Lindos para a implantação do Polo de Produção de grãos e frutas, um ano depois do início do PRODECER no município vizinho, Pedro Afonso. A implementação do Polo Agrícola de Campos Lindos fazia parte do Programa Polos de Fronteiras, um programa de revitalização dos municípios de fronteira e estímulo ao aumento da produção⁷⁶. Em sua concepção, diferentemente do PRODECER, o Projeto Agrícola de Campos Lindos teria como ação a “doação” das terras.

O Projeto Campos Lindos, integrante do PROGRAMA POLOS DE FRONTEIRAS. O Governo pretende titular as terras para os posseiros e proprietários e apoiar a instalação de uma cooperativa para organizar a área, respeitando os direitos de todos, dando-lhes a oportunidade de participarem de um MODERNO PROCESSO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL com elevados benefícios para as suas famílias, o Estado e o País. Os posseiros, ocupantes de posses, mansas e pacíficas há mais de 30 (trinta) anos, estão sendo informados de tudo que está sendo feito. Eles serão os primeiros beneficiários com o Projeto criado em razão da situação de abandono e de injustiça a que estão relegados. Não há qualquer financiamento externo ou interno, concedido ou pleiteado, para a área de Campos Lindos onde o Governo está instalando o PROJETO CAMPOS LINDOS, nada tendo a ver com o PRODECER III, PERTINS, MALHA VIÁRIA, etc. Com a desapropriação da área o Governo assume o comando das ações, exatamente para dar garantia às famílias que há décadas moram na área para ensejar uma correta parceria de posseiros, proprietários não especuladores e investidores, não estando em cogitação financiamentos internacionais, ou mesmo nacionais, a não ser de crédito agrícola que cada proprietário rural, suas associações e cooperativas venham a pleitear (TOCANTINS, 1998, p.89) (grifos do original).

⁷⁶ A única referência sobre o Programa Polos de Fronteira foi encontrada na Agência Tocantinense de Notícias, disponível em <http://atn.to.gov.br/noticia/2068/>.

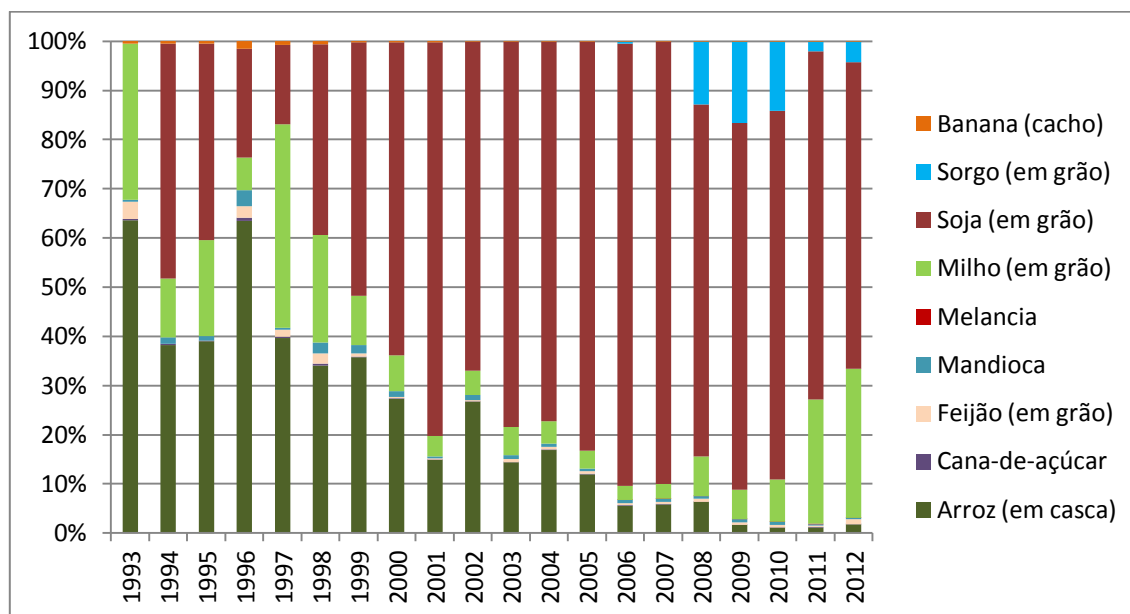
No entanto, o projeto acabou tendo diversas semelhanças com o PRODECER, como a seletividade de produtores com capital disponível e condições para garantir o crédito agrícola, grande parte dos beneficiários das terras do Projeto Agrícola serem sulistas e o financiamento ser nipo-brasileiro e português. O governo brasileiro também investiu em infraestrutura de transporte e energia, além dos financiamentos pelo BASA (CIFUENTES, 2013). Muitos já tinham experiência com o plantio da soja e a agricultura moderna, aumentando abruptamente a produção de soja no município.

A ideia de ocupação de espaços vazios aparece novamente, tendo como objetivo a “transformação” de terras improdutivas em produtivas, como afirmado no decreto de desapropriação das terras de 1997.

CONSIDERANDO que o Decreto nº 315, de 30 de agosto de 1996 declarou de utilidade pública três áreas de terras, todas localizadas no Loteamento Fazenda Santa Catarina, situado no Município de Campos Lindos, neste Estado, destinando-as para dar continuidade ao Subprograma de Promoção e Diversificação da Produção Vegetal e Animal no Estado do Tocantins, que tem por finalidade processar a implantação do Pólo de Produção de Grãos e Frutas de forma cooperativa, visando a atingir os mercados nacional, internacional e estrangeiro, tornando terras consideradas improdutivas em produtivas (TOCANTINS, 1997) (grifo do original).

Tendo como maior beneficiária a atual senadora e presidente da CNA Kátia Abreu, que recebeu 1.268,8435 ha, e em seguida seu irmão, Luiz Alfredo Feresin de Abreu, proprietário do lote 2 (1.275,9606ha) (CIFUENTES, 2013), Campos Lindos se tornou um dos principais produtores de soja do Tocantins. Em 2012, o plantio de soja ocupada uma área de 53.500ha, registrando uma produção de 166.920 toneladas (IBGE, 2012).

Gráfico 2.9 Produção agrícola municipal de Campos Lindos (1993-2012)



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal. Obs: como o município foi de fato criado em 1993, não há registros de produção entre 1990-1993.

Semelhante à estrutura agrícola produtiva de Pedro Afonso, o gráfico 2.7 apresenta a produção agrícola de Campos Lindos. Após 1997, com a instalação do Projeto Agrícola, a produção de soja cresce vertiginosamente. A banana, única cultura permanente, praticamente desaparece, assim como as áreas destinadas ao plantio de feijão, melancia e mandioca. Entre o cultivo de grãos, o sorgo e o milho são mais utilizados do que em Pedro Afonso.

Enquanto as lavouras temporárias ocupam 43.402ha, as lavouras permanentes ocupam 98ha com o cultivo de banana. As pastagens (naturais, plantadas degradadas e plantadas em boas condições) são o maior uso das áreas agropecuárias – 35.912ha.

Tabela 2.3 Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor e tamanho da propriedade no município de Campos Lindos (2006)

Grupos de área total	Condição legal das terras			
	Próprias	Arrendadas	Em parceria	Ocupadas
De 1 a menos de 2 ha	2	-	-	-
De 2 a menos de 3 ha	-	-	-	-
De 3 a menos de 4 ha	1	-	-	-
De 4 a menos de 5 ha	-	-	-	-
De 5 a menos de 10 ha	9	-	-	-
De 10 a menos de 20 ha	21	-	-	-
De 20 a menos de 50 ha	33	-	-	1
De 50 a menos de 100 ha	79	-	1	1
De 100 a menos de 200 ha	129	-	-	2
De 200 a menos de 500 ha	60	-	-	1
De 500 a menos de 1000 ha	36	1	-	-
De 1000 a menos de 2500 ha	23	1	-	-
De 2500 ha e mais	10	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

A maior faixa de proprietários (129) está entre 100 e 200ha, ocupando 16.238ha de terras. Os 10 maiores proprietários concentram 55.459ha. Atualmente, a monocultura da soja está concentrada nas terras que foram espoliadas em 35 estabelecimentos, e a agricultura comercial ocupa 78% da área total dos estabelecimentos. Há apenas 1 produtor na faixa entre 5 a 10ha em terras concedidas por órgão fundiário sem titulação definitiva. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2006), não há produtor sem área.

Dentre os 90 estabelecimentos da agricultura não familiar, 37 declararam que não tinham auferido receitas no ano anterior, metade delas com tamanho acima de 500ha, indicando que a função especuladora da terra ainda é bastante presente no município.

Sobre as condições técnicas predominantes na produção, constata-se que na agricultura familiar de 318 estabelecimentos, em 310 (97,5%) os produtores não tinham tido nenhum tipo de assistência técnica. Na agricultura não familiar, 40 estabelecimentos dos 90 existentes tinham acesso à assistência técnica. Em ambos os casos a assistência é de caráter predominantemente privado, já que somente 5 estabelecimentos obtiveram assistência técnica oficial, 2 da agricultura familiar (IBGE, 2006).

Depois da Administração Pública, as lavouras temporárias são as que mais empregam pessoas em Campos Lindos, 1.650 postos. Além disso, 17 pessoas estão envolvidas em atividades de apoio à agricultura e pecuária e 121 no comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos (RAIS, 2014). Entretanto, a precarização das relações de trabalho na cadeia da soja é alarmante (LOPES, 2009). De acordo com Lima e Cosandey (2012), de um total de 129 denúncias de trabalho escravo no Tocantins entre 2000-2010, 123 estavam localizadas em Campos Lindos.

A agricultura camponesa de Campos Lindos, por outro lado, representada por pequenos produtores e posseiros, não tem recebido a mesma atenção que o agronegócio, mesmo diante da preocupação com a indenização e destino dos posseiros expropriados como registrada em 1998. No município não há qualquer Projeto de Assentamento de Reforma Agrária. A única perspectiva é um projeto de assentamento pelo Crédito Fundiário, apresentado pela Secretaria de Agricultura (CIFUENTES, 2013).

De acordo com Castilho e Castro (2006), Cifuentes (2013) e Maria de Fátima Oliveira (2007), a agricultura camponesa e o extrativismo aparecem como práticas fundamentais para a alimentação local, apesar de invisível aos dados registrados pelo Censo do IBGE (2006).

O plantio tradicional é realizado no sistema de coivara (derrubada e queima), mais conhecido como roça de toco, sem a utilização de insumos agrícolas. Os camponeses plantam uma maior diversidade de espécies, todas fornecedoras de gêneros alimentícios básicos. Arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora, fava, inhame e banana integram os diversos consórcios cultivados e são utilizados diretamente na dieta ou ainda comercializados na feira local quando há produção de excedente. Os camponeses se dedicam também ao extrativismo de frutos do cerrado como bacuri, buriti, utilizados no enriquecimento da dieta familiar, da apicultura e da produção de rapadura (CASTILHO e CASTRO, 2006, p.28).

Ao passo que a agricultura familiar está mais concentrada na porção oeste do município de Campos Lindos, que possui solos de menor aptidão e condições de relevo menos favoráveis ao trabalho mecanizado com grandes máquinas (CIFUENTES, 2013), a agricultura moderna latifundiária desenvolve-se na parte leste.

Após a entrada da soja, comunidades desapareceram do município, como é o caso do Bairro da Lagoa, Taboca, Gaieiro, Cia do Trigo e F. Bora (CASTILHO e CASTRO, 2006).

Em Campos Lindos encontramos um duplo processo de espoliação: os posseiros foram espoliados de seus meios de vida sendo-lhes negada quaisquer tipos de indenização e, a espoliação da natureza e da biodiversidade, apropriadas e transformadas em mercadorias pelos sojeiros (CIFUENTES, 2013, p. 20).

Para os municípios de Pedro Afonso e Campos Lindos parece não existir um horizonte próximo de mudanças estruturais. Mesmo com uma possível queda do plantio de soja na região, os projetos de substituição do cultivo de soja apontam substituições de seu plantio por cana-de-açúcar e eucalipto, não alterando a função agrário-exportadora de Campos Lindos:

Para o prefeito, “a soja não emprega muita gente, mas movimenta o comércio da cidade. Não existem benefícios em curto prazo. A cidade está crescendo desordenadamente. Há um problema com a estrada para o escoamento da produção, uma vez que a carga é pesada... A soja não paga ICMS e o governo que deveria repassar recursos para o município não o faz” (CASTILHO e CASTRO, 2006, p. 27).

Desde os anos 1980 o discurso para o desenvolvimento do Tocantins está voltado à exploração da terra de forma cada vez mais racional, principalmente pela via da expansão do agronegócio. Vantagens edafoclimáticas, incentivos fiscais, disponibilidade de terras têm feito do território tocantinense um espço receptivo ao capital nos moldes da agricultura moderna. A soja é produzida de forma seletiva no estado – Campos Lindos, Mateiros, Pedro Afonso Dianópolis, Porto Nacional, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia concentram 45,11% da produção de soja.

Com atrativos logísticos, isenção de impostos e preço da terra abaixo da média nacional, o Tocantins vem aumentando sua participação na agricultura moderna de grãos. Além da expropriação dos pequenos produtores e da superexploração da mão-de-obra, o avanço da soja aumenta a fragilidade do lugar, uma vez que aumenta a dependência do espaço à dinâmica de um circuito espacial produtivo (SANTOS, 2006), que tem como pressuposto a forte participação das grandes empresas. Tais incorporações e transformações do circuito espacial produtivo da soja incidem de forma descontínua e seletiva no território tocaninense, sobrepondo-se ao movimento da fronteira agrícola moderna. São regiões que ao buscar uma agricultura competitiva, têm gerado “enclaves de modernização caracterizados como verdadeiros espaços alienados” (CASTILLO, 2004, p.80), um novo perfil de trabalho no campo e uma crescente dependência do espaço a empresas que comandam o circuito espacial produtivo da soja.

CAPÍTULO III. A AGRICULTURA CAMPONESA E A RESISTÊNCIA: PROPRIEDADE, PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

A expansão da fronteira agrícola tem uma relação direta com a instalação de latifúndios, empresas agrícolas, com a expropriação do campesinato e de grupos sociais diversos, como extrativistas, posseiros, garimpeiros, ribeirinhas. A violência seria característica inexorável a esse processo, uma violência derivada da relação homem-natureza, uma violência

enquanto relação de estranhamento, a partir dos elementos do processo de trabalho e das dimensões simbólicas que necessariamente o acompanham no relacionamento humano com o mundo natural: deparamo-nos com a manifestação da violência ecológica, tanto em sua face de violência contra a natureza humana, quanto em sua face de violência contra a natureza (TAVARES DOS SANTOS, 2000, p.2)

Há também um tipo de violência agrária, uma violência costumeira, material e simbólica, que aparece na dinâmica das relações de “dominação entre as classes e os grupos sociais, incorporada às relações de trabalho na agricultura desde o período escravocrata” (TAVARES DOS SANTOS, 2000, p.2). A violência do “sistema da pistolagem”, da “conduta do sertão”, do branco, do homem, a violência política e do letramento.

Seria enganoso acreditar que esta expansão da fronteira agrícola se realiza de forma homogênea e total, eliminando a pequena propriedade e outras formas de produção e relação com a terra do que aquela preconizada pela agricultura moderna. Tal afirmação contradiz a teoria do “fechamento” da fronteira (SILVA, 1982), na qual o

fechamento não tem o sentido de utilização produtiva do solo mas sim o de que não há mais ‘terras livres’, ‘terras sem dono’ que possam ser apropriadas por pequenos produtores de subsistência. Há sim, zonas não efetivamente ocupadas, mas onde a terra já representa uma mercadoria que tem preço, e está sujeita, portanto, aos mecanismos de compra e venda; aí a terra já não é livre e está submetida a uma apropriação privada que reclama uma definição precisa de sua propriedade jurídica [...]um ‘fechamento de fora para dentro’, onde a terra perde o seu papel produtivo e assume apenas o de ‘reserva de valor’ e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associadas. Não é a ocupação efetiva do solo no sentido de fazê-lo produzir, mas sim uma ‘ocupação pela pecuária’ com a

finalidade precípua de garantir a propriedade privada daquela terra [...] Quando a fronteira se ‘fecha’, passa a haver uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios, muitos sem direção definida, de maneira que um grande contingente populacional passa a perambular por todo o País (SILVA, 1982, p.117-118).

Assim como exposto ao longo do capítulo 2, compreende-se que a terra não assume somente o papel de reserva de valor. A terra também é vista como ativo de valor e mediadora da agricultura moderna, sem perder seu caráter produtivo. Além disso, a ideia na qual o “fechamento” da fronteira cria uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios, no formato exposto pelo autor, ignora a possibilidade da permanência do pequeno agricultor, da organização social destes agricultores enquanto forma de resistência, e outras formas de relação com a terra diferente daquela desenvolvida no sistema capitalista. Tanto a expropriação quanto o “mito da terra liberta”, as bandeiras verdes, ocupações e assentamentos podem se caracterizar como elementos migratórios, em busca de lugares para reproduzir uma lógica não-capitalista de produção. Na verdade, “a eles [agricultores camponeses] caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra” (OLIVEIRA, 2001, p.188).

É nesse processo de desapropriação do camponês enquanto sujeito de seu próprio tempo e de sua relação de trabalho com a terra que ele se torna um deserdado, destituído dos seus direitos que não se encaixam na lógica da propriedade privada da terra enquanto mercadoria. O que está em jogo, como sensível e tristemente revelado por Moura (1988) é a posse e o uso da terra, no qual existe uma traição constante ao campesinato, enquanto proprietário de sua terra de trabalho e enquanto trabalhador explorado.

Uma tutameia é pouco pelo trabalho. O que o trabalho vale é o salário. A tutameia é o não salário, é a exploração a descoberto [...] Tutameia e despesa são incompatíveis: onde há uma não há outra. A despesa recria o trabalhador e o seu trabalho [...]. A tutameia é a mediação que mostra ao trabalhador a um só tempo, o seu trabalho, a sua exploração, o seu explorador, o mundo novo do salário, a nova exploração que ainda não pode se vista (MOURA, 2013).

O objetivo das relações capitalistas é separar os trabalhadores do meio de produção, em que o capitalista, na agricultura, é o proprietário ou o arrendatário da terra, dos insumos químicos, físicos e mecânicos. O trabalhador é reduzindo a sua força de trabalho, única mercadoria capaz de gerar mais-valor e trocando-a pelo salário (OLIVEIRA, 2007).

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 2007, p.40).

A agricultura camponesa teria como características a força de trabalho familiar, de forma coletiva, a ajuda mútua, a parceria, a socialização camponesa e, por fim, a propriedade dos meios de produção e da terra (OLIVEIRA, 2007).

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva. E esse processo de reposição pode se dar por meio da produção direta ou por meio da troca monetária.

Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e com isso assegurar o processo de reprodução ampliada do campesinato (OLIVEIRA, 2007, p.42).

Dentro de uma perspectiva marxiana, a agricultura camponesa está associada a um modo de produção em que o trabalho ainda não foi apropriada completamente pelo capital, onde existe grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza. A dependência do mercado existe, mas não é total. Esse tipo de agricultura desenvolve formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos.

[...] os indivíduos se comportam não como trabalhadores, mas como proprietários – e membros de uma comunidade em que trabalham. A finalidade deste trabalho não é a criação de valor, embora eles possam realizar trabalho excedente de modo

a trocá-lo por trabalho estrangeiro ao grupo, isto é, por produtos excedentes alheios. Seu propósito é a manutenção do proprietário individual e sua família, bem como da comunidade como um todo. A posição do indivíduo como trabalhador, em sua nudez, é propriamente um produto histórico (MARX 1986,p.66).

Apesar de a lógica ser outra, as relações não-capitalistas estão inseridas no capitalismo, seja por meio de financiamentos e créditos mediados pelo capital público ou privado, seja fornecendo alimentos a custos reduzidos, possibilitando maior margem de lucro dos atravessadores e barateando o custo de produção urbana. O capital encontra como se apropriar tanto do mais-valor gerado com o assalariamento, quanto da renda fundiária propiciada com o trabalho familiar camponês, fazendo com que as relações não capitalistas também sejam mediadoras do modo de produção capitalista.

No meu modo de ver, as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações não-capitalistas de produção mediadoras da reprodução capitalista do capital. Isso não faz delas outro modo de produção. Apenas indica uma insuficiente constituição dos mecanismos de reprodução capitalista na frente de expansão. Insuficiência que decorre de situações em que a distância dos mercados e a precariedade das vias e meios de comunicação comprometem a taxa de lucro de eventuais empreendedores. Portanto, aí tendem a se desenvolver atividades econômicas em que não assumem forma nem realidade própria os diferentes componentes da produção propriamente capitalista, como o salário, o capital e a renda da terra. Os meios de produção ainda não aparecem na realidade da produção como capital nem a força de trabalho chega a se configurar na categoria salário. Portanto, o produtor não tem como organizar sua produção de modo capitalista, segundo a racionalidade do capital. O capital só entra, só se configura, onde sua racionalidade é possível (MARTINS, 1996, p.47).

Sendo resultado das contradições capitalistas, o espaço geográfico reflete as duas lógicas de apropriação da terra – como negócio ou como trabalho (MARTINS, 1994). Para Kautsky (1986), a questão agrária é questão estrutural no capitalismo por serem irreconciliáveis as perspectivas do campesinato e a do capital mediante as transformações provocadas pela expansão do sistema capitalista na agricultura. O sistema capitalista em sua escala global não produz apenas mercadoria e mais-valor – tem também como mote a consolidação de relações sociais desiguais entre proprietários (da terra, dos meios de produção e circulação) e trabalhadores.

3.1 Onde estão as terras férteis? Participação dos agricultores camponeses na produção agrícola

Como analisado ao longo do trabalho, o estado tocaninense ainda possui um relevante estoque de terras, entre pastagens (naturais ou não) e fundos territoriais. O Tocantins é uma área recente de ocupação da fronteira agrícola moderna e sua participação agrícola na pauta de exportação de *commodities* e fornecimento de alimentos para outras regiões do país ainda é baixa. A produção da soja, principal produto de exportação do estado, por exemplo, é responsável por aproximadamente 4% da produção nacional (IBGE, 2012). A região centro-leste do estado, na qual tentou-se priorizar a análise, é a maior produtora de grãos do estado, mas possui áreas de assentamentos, unidades de conservação, parques e quilombos. Neste sentido, apesar dos processos de avanço da fronteira agrícola ser o alicerce do trabalho, não se pode fechar os olhos aos outros sujeitos que habitam o campo no Tocantins, fazendo necessário apontá-los como forma de vislumbrar outros sujeitos e usos da terra.

Atualmente, o Tocantins possui 56.567 estabelecimentos agropecuários, sendo 49.518 (87,54%) de proprietários de terra de acordo com a tabela 2.2. A segunda parcela mais significativa são assentados sem titulação definitiva 4.368 e ocupantes (1.293), compreendendo que nessas parcelas é que se localizam os agricultores que estabelecem relações não-capitalistas de produção.

Tabela 3.1 Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor do Tocantins (2006)

Condição legal das terras	Condição do produtor						
	Total	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Total	56.567	49.518	4.368	256	191	1.293	941
Próprias	49.518	49.518	-	-	-	-	-
Terras concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	4.514	144	4.368	-	-	2	-
Arrendadas	343	82	-	256	-	5	-
Em parceria	244	48	1	1	191	3	-
Ocupadas	1.407	108	1	2	3	1.293	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Os estabelecimentos agropecuários obedecem a correlação da medida agrária por módulo fiscal⁷⁷, já que considerando o tamanho das propriedades 75 a 89% dos proprietários estão dentro dos parâmetros da agricultura familiar, sendo maioria no estado e minoria na dinâmica dos cultivos irrigados e dos projetos agrícolas de incentivo estadual⁷⁸. Esses projetos podem ser enumerados como:

1. Projeto Javaés: implantado na região sudeste do Tocantins, envolve os municípios de Formoso do Araguaia, Dueré e Lagoa da Confusão. Esta forma de avanço de fronteira está incorporada a lavoura tecnificada com plantação de arroz através do sistema de irrigação por inundação. As culturas de milho, soja, feijão, girassol, também são cultivadas no sistema de subirrigação. Abrange uma área total de 1 milhão de ha. Com diversos percalços, é o atual Prodoeste.
2. Prodecer III: programa de cooperação com o Japão, implementado em Pedro Afonso. O plano investiu na produção de soja, milho e sorgo, sendo que o projeto se firmou na produção dos dois primeiros; o empreendimento foi feito de forma integrada, englobando as fases de produção, comercialização e industrialização em uma área de 40.000 ha.
3. Região Nordeste: no município de Campos Lindos vem sendo desenvolvida uma produção de grãos voltada para soja, arroz e milho, estimulada pelo Projeto Agrícola de Campos Lindos; além do cultivo de frutas tropicais. Essa área está sendo preparada para tornar-se um polo de alto padrão tecnológico. Ainda, na região do Jalapão, o ecoturismo, a silvicultura, o desenvolvimento de hortifrutigranjeiros, floricultura e ovino-caprinocultura recebem incentivos já que a área é susceptível a essas culturas, segundo o governo tocantinense.

⁷⁷ O Módulo Fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.629/93 e para delimitação dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. O Módulo Fiscal, vigente de cada município, foi fixado pelos seguintes atos normativos: Instruções Especiais/INCRA Nº 19/80, 20/80, 23/82, 27/83, 29/84, 33/86 e 37/87; Portaria/MIRAD nº 665/88, 33/89 e MA nº 167/89; Instrução Especial/INCRA nº 32/90, Portaria Interministerial MF/MA nº 308/91, MF nº 404/93; Instrução Especial INCRA nº 51/97 e Instrução Especial INCRA Nº 01/2001. No Tocantins, o módulo fiscal corresponde a 80ha.

⁷⁸ Dados retirados de AIRES, 2007; PEDROSO DA SILVA e ALMEIDA, 2007 e entrevistas concedidas em trabalho de campo realizado em 2012.

4. Região Sudeste: a pecuária é significativa e tem recebido incentivos do governo. É o eixo de desenvolvimento da região, associada a melhoria do uso de tecnologia para agricultura no Projeto Manuel Alves no município de Dianópolis.
5. PDRI: Programa de Desenvolvimento Rural Intergado. Localizado no extremo norte na região do Bico do Papagaio, tem como objetivo aproveitar as potencialidades locais, sendo o subprojeto Sampaio área piloto deste programa. Abrange 19.500ha de cerrado, dos quais 10.080ha destinados ao cultivo de arroz, soja, milho e feijão.

Os projetos São João e Manuel Alves, além do incentivo hotifrutigranjeiro auxiliam a implementação e a atração de investimentos para a região, que encontrava-se com escassez de energia. As obras tiveram complicações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), situação atualmente regularizada.

Na região de implementação do Projeto Sampaio, a população tem tradição na criação de gado em grandes áreas de pastagem para leite e corte, levando o projeto agrícola da região a utilizar sistemas de rotação de culturas com o gado.

Os projetos agrícolas no Tocantins, como São João, no município de Palmas; o projeto Manoel Alves, no sudeste do estado e a Cadeia do Abacaxi, em Miracema e Barrolândia, incentivam o plantio de mandioca, de arroz, a produção de leite, criação de galinha caipira e de outros produtos “hortifruti”, principalmente na região de cinturão verde de Palmas, Araguaína e Porto Nacional⁷⁹, as três cidades com mais de 50.000 ha no estado. Sobre o projeto São João, além da produção de frutas vemos uma forte entrada do eucalipto. Os lotes dos pequenos produtores com produção diversificada de frutas localizam-se próximo a rodovia TO-050, como se fossem um ‘*outdoor*’ do próprio projeto. Mais adentro, encontramos ainda lotes vazios e a crescente produção de eucalipto (plantio e viveiro de mudas), distorcendo o uso e o objetivo proposto pelo projeto agrícola.

⁷⁹ Dados concedidos no trabalho de campo realizado em 2013.

Foto 3.1 Pequeno Produtor do Projeto São João



Pequeno produtor preparando a terra em lote próximo a rodovia. Foto da autora, 2013.

Foto 3.2 Produção de eucalipto e viveiro de mudas no Projeto São João



No primeiro plano, mudas de eucalipto num lote distante da estrada. Ao fundo, plantação de eucalipto. A estrutura metálica azul será futuramente um viveiro de mudas. Fonte: Débora Assumpção e Lima (jun/2013).

A melancia, a mandioca e a banana (IBGE, 2012) são os principais cultivares de frutas e raízes, sendo a melancia oriunda da região de Formoso do Araguaia, inserida nos moldes da agricultura moderna, cultivada em grandes extensões de terra e de forma concentrada e seletiva no estado. As demais culturas, principalmente a mandioca, ocupam todo o Tocantins, sendo fortemente desenvolvidas por agricultores familiares que tem como sua principal região produtora Palmas e o Bico do Papagaio. O quilo da farinha de mandioca encontra-se num preço favorável ao pequeno agricultor, sendo comercializado entre R\$ 12,00 a R\$ 14,00⁸⁰. Atualmente, em todo o estado os produtores estão enfrentando problemas de comercialização nas feiras por causa da vigilância sanitária, deixando o produtor sem saída. Mesmo com uma produção diversificada, não se pode deixar de notar que o incentivo a monocultura de grãos é o alicerce dos projetos agrícolas para o estado.

Anualmente, o Tocantins vem produzindo 54 milhões de frutas no Tocantins, tendo uma relativa posição de destaque no cenário nacional. Pensando exclusivamente em projetos que incentivam a fruticultura, pode-se citar:

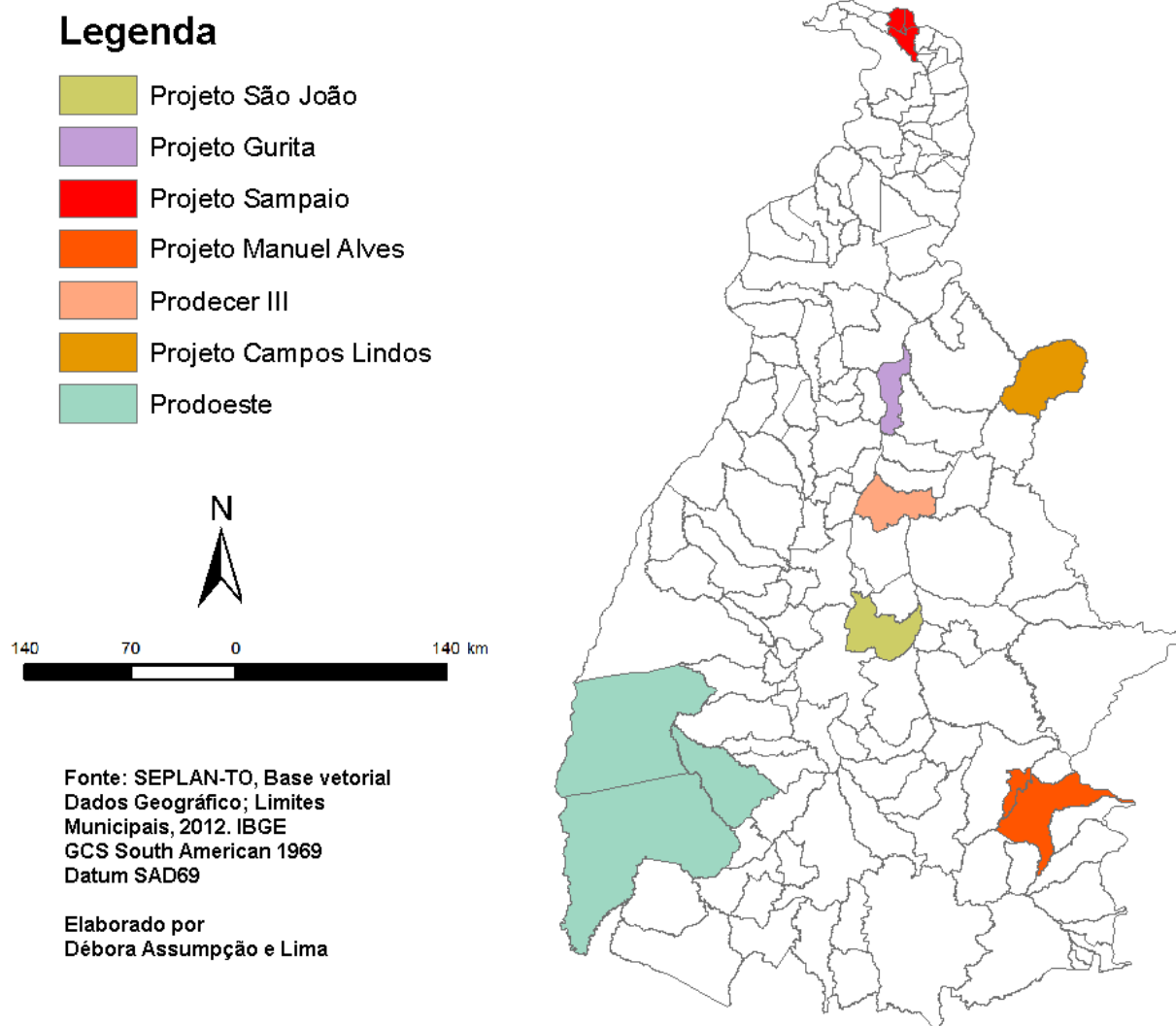
⁸⁰ Informação cedida por assentado de Ponte Alta- TO.

Quadro 3.1 Principais projetos de Fruticultura do Tocantins

Principais projetos de Fruticultura do Tocantins		
Projeto	Localização	Características
São João	Palmas	Incentivos para o plantio de banana, coco, goiaba, manga e limão em uma área irrigada de 3.583 há e 10.500m de canal (microaspersão e gotejamento). O projeto conta com 227 lotes empresariais e 349 lotes de colonos
Gurita	Itapiratins	Incentivos para o plantio de abacaxi, melão e maracujá em uma área irrigada de 184.5 há e 6.892m de canal (aspersão e microaspersão). O projeto conta com 11 lotes para colonos
Sampaio	Sampaio, Carrasco Bonito e Augustinópolis	O projeto incentiva hortifrutigranjeitos com destaque para abacaxi, mamão e banana em uma área irrigada de 19.500ha com 42km de canais (inundação, subirrigação, microaspersão e gotejamento). A área é dividida em 34 lotes empresariais e 63 para colonos
Manoel Alves	Porto Alegre e Dianópolis	O projeto incentiva a produção de abacaxi, mamão, maracujá e banana em 5.241ha de área irrigada (aspersão, microaspersão e gotejamento), contando com 30km de canal principal. A área possui 54 lotes empresariais e 292 lotes de colonos.

Fonte: Organização própria. Baseados em dados primários de trabalho de campo realizados em 2012 e 2013, PEDROSO DA SILVA, 2005; SEAGRO, 2005, 2012.

Mapa 3.1 Projetos Agrícolas do Tocantins



Nessa lógica de complementação entre agronegócio e agricultura familiar moderna, há pouco espaço para uma agricultura diversificada e camponesa. Os programas e ações do Governo do Estado do Tocantins demonstram claramente o apoio ao fortalecimento do agronegócio: o PPA 2012-2015 propõe uma aplicação de R\$ 1.483.720.647,00 para o Programa Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos, responsável pelos projetos hidroagrícolas no Estado e R\$109.295.125,00 na Defesa Agropecuária, órgão que atende

majoritariamente estabelecimentos do agronegócio, cadastrados nos sistemas do SIE e SIF. Por outro lado, para o Programa Agricultura Familiar foram destinados no PPA R\$154.087.056,00 e uma parcela dos gastos no Programa Agropecuária Sustentável, que tem como montante R\$43.087.000 para ser investido entre os anos de 2013-105.

O Estado possui 368 Projetos de Assentamento Rural, em 1.216.001,4207ha, onde estão assentadas 23.172 famílias (INCRA, 2012). Cerca de 29.530 famílias participam do panorama da agricultura familiar no Tocantins: 25.000 são pequenas agricultoras, 4.000 famílias do crédito fundiário, 529 famílias reassentadas. Ainda existem 14.000 famílias não assentadas, esperando por terra e melhores condições de vida no campo. Neste contexto, aproximadamente 123.000 tocaninenses vivem da agricultura familiar (SEAGRO, 2012).

Nos últimos anos o governo implementou um conjunto de políticas destinadas à agricultura familiar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Habitação Rural, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), Garantia-safra, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (APA-TO, 2013). No ano de 2012, o PAA vem atendendo apenas 5% das famílias de agricultores familiares do Estado e o PNAE 19,66% de compra de alimentos da agricultura familiar, sendo o mínimo estabelecido pela lei é 30 %. Segundo o Ruraltins⁸¹, existe uma série de dificuldades operacionais para a execução do PAA e PNAE, sendo as mais importantes: falta de profissionais para executar o programa⁸²; falta de estrutura de armazenamento; preços não atrativos; falta de oferta e demanda de alguns produtos; falta de associações devidamente organizadas; falta de instalações dos conselhos nos municípios; falta das entidades de vigilância para controle de qualidade dos produtos de origem animal; falta apoio das prefeituras, falta de agroindústrias e falta de cooperativas organizadas.

O ordenamento territorial em áreas de fronteira não só revela as articulações sócio-produtivas, as representações simbólicas contidas no arranjo espacial do sistema de objetos técnicos, mas também as redes de poder que são parte integrante da dinâmica dos agentes responsáveis pelo processo de acumulação de capital (SILVA, 2006, s/n).

⁸¹ Entrevista realizada em trabalho de campo em julho de 2012.

⁸² De acordo com entrevistas realizadas no órgão, no ano de 2012 o número de técnicos agrícolas reduziu de aproximadamente 230 para 70.

Os ajustes espaciais vão criando formas adequadas nos cerrados brasileiros para a expansão da agricultura moderna, em especial aquela produtora de grãos, de forma a inserir o Tocantins no mercado global, mas também significam instabilidade espacial e social em função do lucro das grandes empresas, exigindo contínuas readaptações das técnicas e das relações espaciais (BERNARDES e FILHO, 2009).

As políticas públicas e privadas e as normas na fronteira agrícola podem provocar um desequilíbrio local, já que as ações do Estado estão voltadas a modernização das relações no campo, que carregam interesses do mercado mundial de alimentos e, por conseguinte, das grandes empresas.

3.2 Projeto de Assentamento Santo Onofre: espaço de permanências e resistências

O assentamento Santo Onofre está localizado no município de Ponte Alta do Tocantins, localizado na região do Jalapão⁸³. O município, criado em 1959 situa-se numa região pouco povoada, e conta com 7.180 habitantes numa área de 6.491,125km².

A história da região remonta ao processo de povoação por imigrantes nordestinos vindos, principalmente, dos estados do Piauí, Maranhão, Ceará e Bahia desde o início do século XX. Tais imigrantes se estabeleciam e desenvolveram atividades de pecuária bovina e agricultura, principalmente de subsistência, que se estenderam até os dias atuais.

A área do Projeto de Assentamento Santo Onofre está localizada a uma distância de 60 km da sede do seu município, Ponte Alta do Tocantins. No entanto, este assentamento situa-se a 36km da sede de Santa Tereza do Tocantins, o que faz com que a comunidade do assentamento acesse serviços e comércio deste município também. Este Assentamento possui uma área de aproximadamente 2.500ha, desapropriada pelo INCRA em novembro de 2005.

O acesso mais utilizado é pela rodovia TO-030, em que parcela da rodovia está pavimentada e parte em obras de pavimentação até o município de Santa Tereza do

⁸³ O nome Jalapão deriva de uma planta típica local, chamada jalapa-do-Brasil (*Operculina crocarpa*)

Tocantins. De Santa Tereza do Tocantins até o Assentamento, o acesso é feito por estrada não-pavimentada. Partindo do PA em direção a Ponte Alta do Tocantins, o acesso viário é feito pela BR-010, rodovia com pavimentação até a entrada do assentamento. Existem poucas estradas internas no Assentamento, grande parte em estado precário de conservação, especialmente no período de chuvas.

Tabela 3.2 Número de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor e tamanho da propriedade no município de Ponte Alta do Tocantins (2006)

Grupos de área total	Condição legal das terras	
	Próprias	Ocupadas
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	1	-
De 0,1 a menos de 0,2 ha	-	-
De 0,2 a menos de 0,5 ha	-	-
De 0,5 a menos de 1 ha	2	-
De 1 a menos de 2 ha	3	-
De 2 a menos de 3 ha	2	-
De 3 a menos de 4 ha	1	-
De 4 a menos de 5 ha	2	-
De 5 a menos de 10 ha	10	1
De 10 a menos de 20 ha	32	1
De 20 a menos de 50 ha	110	1
De 50 a menos de 100 ha	101	1
De 100 a menos de 200 ha	164	3
De 200 a menos de 500 ha	127	5
De 500 a menos de 1000 ha	40	2
De 1000 a menos de 2500 ha	44	-
De 2500 ha e mais	14	-
Produtor sem área	-	-

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário.

Diferentemente de alguns relatos dos assentados, não há nenhum registro de terras arrendadas e em parceria. A terra possui uma concentração menor do que aquela apresentada nos municípios de Pedro Afonso. A maior faixa de estabelecimentos está entre 100 a 200ha, ocupando uma área de 23.441ha. A faixa de 20 a 500ha, composta de agricultores familiares (até 4 módulos fiscais) e médios agricultores em 2006 era responsável por 30,33% da área (72.763ha), enquanto os 14 maiores estabelecimentos ocupam 26,7% (64.031ha). A partir da observação da tabela 3.1, não havia produtor sem área. De acordo com o PDA do Assentamento Santo Onofre (2007), a constituição do assentamento não alterou estruturalmente a distribuição fundiária do município.

O panorama do município é contrastante com relação aos municípios produtores de soja apresentados no capítulo anterior, em que a agricultura familiar produz o dobro da quantidade produzida pela agricultura não familiar: 2.026.269kg frente à 1.041.988kg (IBGE, 2006).

Dentre os 188 estabelecimentos de agricultura não familiar (28,19%), 129 obtiveram rendimentos no ano de 2006. Já na agricultura familiar, do total de 479 estabelecimentos (71,81%), 292 obtiveram receitas. A arrecadação da agricultura familiar, mesmo sendo mais representativa é menor: R\$ 1.675.000,00 frente a R\$ 1.960.000,00 arrecadados pela agricultura não familiar no município (IBGE, 2006).

Tabela 3.3 Número de estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário por forma de obtenção das terras e agricultura familiar do município de Ponte Alta do Tocantins (2006)

Forma de obtenção das terras	Número de estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário (Unidades)	
	Não familiar	Agricultura familiar
Total	182	471
Compra de particular	148	345
Compra via crédito fundiário (cédula da terra, Banco da terra, etc.)	2	5
Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação	8	33
Herança	21	68
Doação particular	-	13
Usucapião	10	16
Outra forma	-	1
Não sabe	-	7

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário.

Observa-se uma variedade na forma da obtenção de terras pelos agricultores familiares na tabela 3.2. Após a compra particular, a herança e o usucapião são as formas mais comuns de obtenção. Além disso, 1 agricultor familiar não sabe como obteve a terra e 7 agricultores não sabem como a adquiriam, o que pode-se inferir que são agricultores que estão na região há gerações, migrantes das primeiras ocupações do início do século passado na região. Outro fato curioso é a tabela 3.3, que registra um número de propriedades de agricultura não familiar menor que aquele registrado em outras buscas do banco de dados do IBGE, com 6 estabelecimentos agropecuários suprimidos.

Somente 10 estabelecimentos (0,21%) da agricultura familiar recebem assistência técnica. Na agricultura não familiar, 11 estabelecimentos (5,85%) recebem assistência técnica. Em ambos os casos a assistência é de caráter predominantemente pública, que atende 6 estabelecimentos não familiares e 6 estabelecimentos familiares. (IBGE, 2006). Tal panorama é oposto àquele analisado nos municípios de Pedro Afonso e Campos Lindos, em que a assistência técnica é majoritariamente privada e atende quase que a totalidade dos estabelecimentos da agricultura não familiar.

Depois da Administração Pública, a pecuária é a atividade que mais emprega pessoas em Ponte Alta, 83 postos de trabalho e 4 empregos no abate e fabricação de carne. Este abate abastece localmente, já que não possui registro de vigilância estatal. Os bezerros são vendidos para fora do município, em Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. Além disso, 43 pessoas estão em atividades de apoio à agricultura e pecuária e 51 na produção de lavouras temporárias (RAIS, 2014). De acordo com o PDA Santo Onofre (2007) grande parte dos estabelecimentos de maior área não têm produção nem geração de emprego e renda. Estas terras, na grande maioria, são de proprietários não residentes no município ou na região e possui fins especulativos.

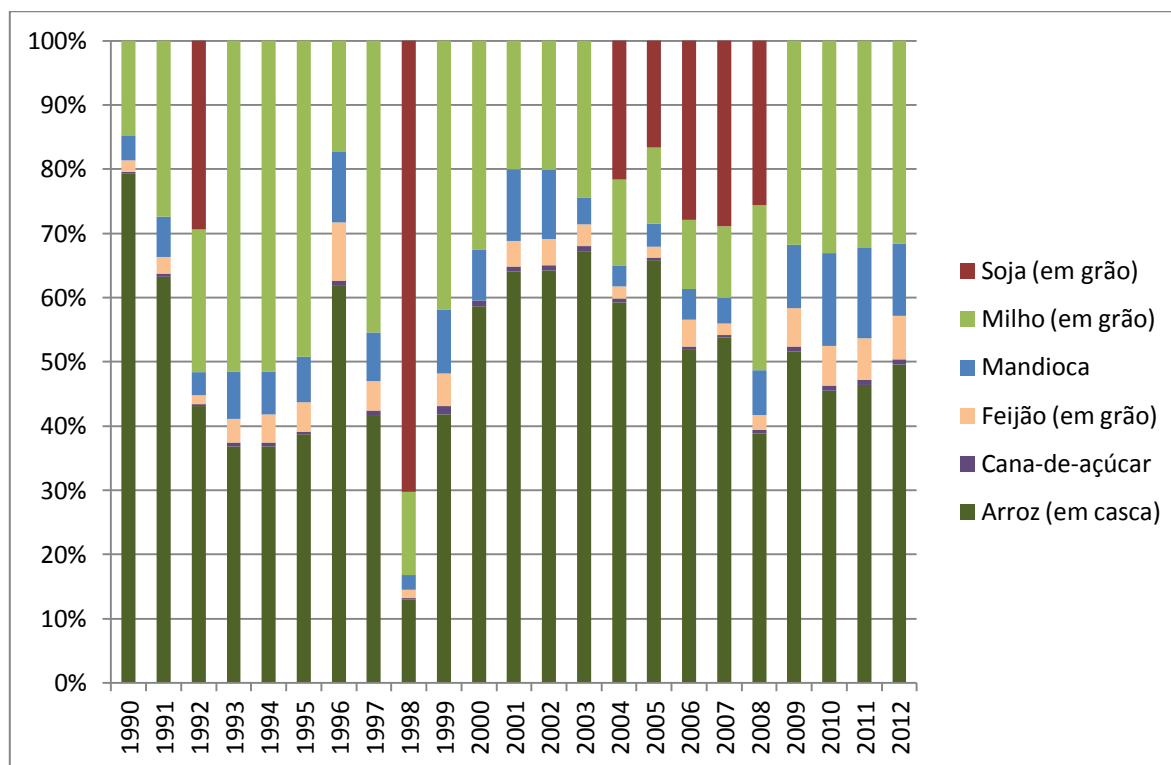
Quase todas as famílias assentadas possuem algum tipo de experiência com a agricultura. O PDA Santo Onofre (2007) aponta que maior parte das famílias não tinha terra e trabalhavam temporariamente a partir da “venda de diárias” nas fazendas da região. Outra parcela desenvolvia atividades agrícolas em terras de terceiros (arrendamento ou meia) ou como vaqueiros (assalariados), agregados em fazendas. Um terço do assentamento trabalhavam em pequenos serviços urbanos nas suas cidades de procedência: garí, pedreiro, pintor, faxineira, etc.

No início do projeto de assentamento, a maioria residia anteriormente em Palmas e no município de Santa Tereza do Tocantins. Atualmente, muitos lotes já foram vendidos e repassados para outras pessoas, de forma que só existem 11 famílias que acompanharam todo o processo de consolidação do assentamento.

Os lotes no assentamento possuem de 35 a 40ha, menor do que 1 módulo fiscal do Tocantins. Atualmente, o assentamento conta com 88 famílias divididas em duas glebas: Santo Onofre e Santa Tereza I.

O município de Ponte Alta do Tocantins e entorno apresenta uma potencialidade de uso das terras bastante heterogênea. De acordo com o Mapa de Potencial do Uso da Terra (SEAGRO, 2012), não há no município áreas propícias ao uso de agricultura intensiva. A aptidão para a pecuária extensiva é a mais indicada, junto com a lavoura perene, reflorestamento e vida silvestre; devendo-se levar em consideração que nas áreas de areias quartzosas a retirada da cobertura vegetal propicia o aparecimento de processos de desertificação.

Gráfico 3.1 Produção agrícola por quantidade de área plantada no município de Ponte Alta do Tocantins (1990-2012)



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal.

De acordo com o gráfico 3.1, o arroz é a principal produto do município, produzindo 1.980 toneladas no ano de 2012, ocupando uma área de 1.100ha. O gráfico não apresenta grandes alterações ao longo dos anos, com exceção daqueles em que ocorreu o plantio da soja, cultivo intermitente no município. As lavouras permanentes ocupam 4.892ha, enquanto as lavouras temporárias 2.450ha, sendo aproximadamente metade destinada ao plantio de arroz. A maior parcela agropecuária (123.130ha) é destinada a pecuária, sendo 94.298ha de pastagens naturais, 1.663ha de pastagens plantadas degradadas e 27.169ha pastagens plantadas em boas condições. No entanto, vale ressaltar que 100.289ha (41,815% da área dos estabelecimentos agropecuários) são áreas de matas ou florestas, terras degradadas (erodidas ou desertificadas) e inaproveitáveis para a agropecuária. Foi realizado um trabalho da empresa Brasil Ecodiesel para o plantio de mamona, onde foram feitos alguns canteiros experimentais e observaram que a região tem aptidão para o cultivo da mamona. Além disso, o monocultivo de eucalipto vêm crescendo na região, principalmente próximo às áreas do Parque Estadual do Jalapão.

A região do Jalapão, com relevos ondulados e com declives e solos arenosos, nos quais o escoamento superficial para a maior parte dos solos é médio ou rápido e exige práticas complexas de conservação do solo para que as terras possam ser cultivadas intensamente é menos atrativa para os monocultivos tecnificados para exportação, permitindo uma concentração de populações tradicionais e camponesas.

Já no Assentamento, o plantio mais expressivo é a mandioca. O beneficiamento gera ainda o polvilho, porém pouco produzido no assentamento. As cascas podem ser utilizadas para arraçãoamento de animais de pequeno, médio e grande porte e ou como componente de compostagem orgânica para a produção de adubo. Há três máquinas de processamento de mandioca no assentamento, e os proprietários do maquinário alugam seu uso para os outros assentados. O “preço” do aluguel varia de acordo com a relação estabelecida entre os assentados, sempre paga com parte da produção da farinha.

O excedente da produção agrícola é comercializado no próprio município, direto ao consumidor ou para o Programa Compra Direta, aonde os alimentos adquiridos são distribuídos para escolas e a comunidade quilombola localizada em Santa Tereza. Não há

no assentamento nenhum tipo de sistema de produção coletiva, apesar de ser comum o auxílio o trabalho “a de junto”, troca de dias de serviço e o multirão.

A pecuária bovina extensiva, presente como atividade complementar em pelo menos metade do assentamento encontra-se em forte declínio. A maioria dos créditos fornecidos pelo PRONAF direciona-se para tal atividade sem nenhum planejamento. Os assentados afirma que os técnicos preferem direcionar a atividade para pecuária extensiva para que eles tenham pouco trabalho, e apenas reproduzam o modelo já estabelecido para o financiamento, evitando assim a necessidade de acompanhamento do desenvolvimento de atividades agrícolas que necessitam maior diversificação e manejo devido às condições edafoclimáticas do local. As pastagens naturais do assentamento encontram-se desgastadas e os assentados não possuem dinheiro para investir em novas pastagens e nem alugar o pasto⁸⁴.

Os produtos artesanais de capim dourado, confeccionados pela Associação em Ponte Alta do Tocantins e outras associações da região atendem o comércio local, estadual, nacional e internacional. Apesar de o município não possuir plantio de capim dourado, localizado na porção leste do Jalapão, o artesanato do capim dourado é o que garante a receita das famílias. As mulheres são a maioria na atividade, mas a participação dos homens vêm aumentando, já que a demanda pelo artesanato têm crescido. Assim como apontado no capítulo 2, Ponte Alta está entre um os municípios de maior volume de exportação do Tocantins, pulverizado em pequenos estabelecimentos com faturamento até US\$ 1.000.000,00, movimentando mais de US\$ 11.000.000,000 no ano de 2012 (SECEX, 2014).

O município conta com 14 associações, sendo 11 de produtores rurais, incluindo as associações dos PA Santo Onofre e Santa Tereza I; o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ponte Alta do Tocantins; uma associação de apicultores e uma associação de produtores de artesanato de capim dourado.

⁸⁴ Os assentados que possuem algum capital estão alugando o pasto de uma fazenda próxima ao assentamento, pagando R\$15,00 por cabeça da vaca solteira e R\$20,00 a vaca parida.

A Associação dos Agricultores Familiares do Santo Onofre (AAFASO), fundada em 2006, um ano depois da constituição do assentamento, tem como objetivo auxiliar o processo de instalação das famílias e pleitear direitos às famílias assentadas dentro da proposta de desenvolvimento da agricultura familiar e de reforma agrária. Hoje, fazem parte da Associação hoje 41 assentados. No entanto, todos os assentados que compõem a associação são analfabetos, com exceção de um casal, que precisa dividir o tempo com a militância do capim dourado, dos catadores de materiais recicláveis e ficam grande parte do tempo em Palmas. A dificuldade em permear os meandros da burocracia dos órgãos públicos e visível, e o assentamento, distante dos grandes mercados do estado e dificuldade de acesso fica a sorte e ao destino dos que ali residem. Um exemplo disso é constatar que em Ponte Alta do Tocantins existem programas sociais (Pioneiros Mirins, Juventude cidadã, Produzir, Bolsa Família, PETI, PREV-Cidadania, Farmácia Viva), porém, a maioria dos assentados do PA Santo Onofre e Santa Tereza I não são contemplados. Deputados e vereadores visitaram o assentamento em rápidos momentos para angariar votos para a eleição passada. Contudo, não houve nenhum investimento no assentamento.

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando (MARTINS, 1981, p. 25).

Apesar de o camponês ser responsável pelo fornecimento de alimentos básicos para a população do Estado, produzindo 91% do feijão de corda, 84% da mandioca, 62% do leite e derivados, 62% do feijão, 59% dos suínos, 50% do milho, 48% das aves e 38% do arroz (IBGE, 2012), as estruturas agrárias e agrícolas tocantinenses estão voltadas ao agronegócio. No entanto, nos confins do Brasil, as relações de produção tipicamente capitalistas já enraizadas em outras partes convivem com formas de reprodução camponesas (HÉBETTE, 2004).

Os conflitos pelo uso da terra no Tocantins nos últimos anos se agravam: no ano de 2013, a CPT registrou 16 conflitos de terras no Tocantins, envolvendo 1717 famílias. O número de ocorrências de violência contra a ocupação e posse de terras no estado cresceram de 1.456 para 3.682, aumento de 153%. O número de famílias despejadas teve aumento de 76%, passando de 1.795, para 3.167 no ano passado; e o número de pessoas envolvidas em conflitos quase dobrou, de 11.401 para 21.401, registrando um aumento de 88%.

Apesar desse triste panorama, 6 novas ocupações aconteceram no ano de 2013, envolvendo o MST, MAB e MSLT (CPT, 2013). A partir de estratégias como a luta velada, a sabotagem dos trabalhadores, as alterações na organização do trabalho e da produção e a luta aberta, os camponeses resistem.

A resistência não é mais uma forma de reação, mas sim de produção e ação [...]. Resistência não é mais aquela dos trabalhadores da fábrica; é uma resistência completamente nova baseada na inventividade [...] e na cooperação autônoma entre sujeitos produtores. É a capacidade de desenvolver novas potencialidades constitutivas que vão além das formas prevalecentes de dominação (NEGRI, 2006, p. 54).

É necessário que o território permita a materialização de processos de diversos sujeitos, e neste sentido o uso e a posse da terra são elementos fundamentais para a reprodução do modo de produção camponês. “Porque a terra é ao mesmo tempo matéria prima, instrumento de trabalho e fruto – como as pré-condições correspondentes à sua individualidade, como seu modo de existência” (MARX, 1986, p.86).

Apesar de não ser o alicerce do trabalho, é necessário reconhecer a agricultura moderna enquanto um projeto dominante para as dinâmicas de produção no campo, eliminando as diversidades não só de produção, mas de uso da terra, de reprodução da vida das populações camponesas que habitam o Tocantins. O Estado, por mais que reconheça a existência destes grupos corrobora com o avanço hegemônico das *tradings* que comandam os circuitos de produção de *commodities*, como a soja e a carne. Por mais perverso e improvável que a realidade aponte, os camponeses persistem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira é a transição da terra valor de uso para a terra valor de troca pelo capital; a consolidação da terra enquanto mercadoria, a transformação social do seu significado material e simbólico. A fronteira é a transição do tempo e do espaço e o próprio avanço do capital é a contradição desse processo, em que o tempo rege a necessidade de redução de custos de produção e a pilhagem das terras, do trabalho, do território. As forças produtivas e as relações sociais são apenas meios para a reprodução e acumulação do capital, alimentado pela mundialização dos sistemas produtivos e financeiros.

As mudanças verificadas no espaço rural tocantinense já indicam alterações importantes na estrutura produtiva da fronteira agrícola, concretizadas pela presença de aparatos técnicos modernos e novos agentes socioeconômicos, avançando rapidamente sobre os espaços de uso dos camponeses, resultando numa paisagem com forte presença da agropecuária modernizada sob o comando de grandes empresas, frequentemente conglomerados econômicos transnacionais. A paisagem monocromática dos plantios da soja avança abruptamente nas duas últimas décadas no centro-leste do Tocantins, tornando essa *commoditie* altamente representativa na pauta exportadora do estado.

No entanto, o avanço do monocultivo e acompanha a degradação das relações espaciais – o aumento expressivo da especulação imobiliária rural; a expulsão de pequenos produtores de suas antigas áreas de moradia e produção; o crescimento do trabalho precarizado nos novos espaços de produção agrícola modernizada – aumenta a fragilidade do espaço, uma vez que sua lógica territorial está extremamente vinculada à lógica superexploradora das grandes empresas. O progressivo avanço da fronteira agrícola moderna provoca tensões em torno da terra que se agravam com a entrada voraz de empresários nacionais, estrangeiros e processos de grilagem de terras, muitas vezes assistidos pelo Estado. Assim sendo, esses processos levam a crer que “as contradições da sociedade têm seu fundamento na contradição entre a essência humana e a realidade histórica do sistema capitalista que repousa na alienação do trabalho humano, logo, na desumanização dos produtores” (GODELIER, 1966, p.15).

Entende-se que as observações sobre a complexa realidade tocantinense ainda são imaturas, pois, na verdade, nas lentes de Martins (1997) ainda nem se “chegou” ao Tocantins. Estas dois anos que se “passou” pelo objeto de estudo, entretanto, revelam a complexidade das artimanhas do capital nas regiões da fronteira agrícola, sem esquecer que seus interstícios guardam a sabedoria e persistência dos camponeses. A fronteira que “se abre” não está em um espaço abstrato, um espaço liso – é construído também por uma diversidade de populações camponesas, cuja existência e os saberes foram desprezados, cujas matrizes de racionalidade não são passíveis de serem reproduzidas pela racionalidade científica.

A industrialização da agricultura, a introdução do mercado global como princípio ordenador da produção e comercialização agrícola e a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização exercem um monopólio crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos. A fusão desses três processos têm afetando profundamente a natureza da produção agrícola e o modo de produzir camponês.

O Estado do Tocantins tem uma história de conflitos do uso da terra onde se destaca a intensa grilagem e uma caótica situação fundiária ainda vigente em várias regiões. Apesar do cenário pouco esperançoso no estado, os assentados de Santo Onofre produzem alimentos e se reproduzem, resistindo frente aos projetos ambiciosos de aproveitamento do cerrado para extensão do plantio de soja.

Os conflitos ocorridos resultantes da sobreposição do uso da terra perduram, mas a fronteira passa a representar cada vez menos a permanência das populações que ali já viviam com sua diversidade de manifestações. Nas palavras de José Vicente Tavares dos Santos (1993, p.14), “o modo pelo qual o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo cria e recria a fronteira. Esta é uma realidade simultaneamente geográfica e histórica, passado e presente, envolvendo problemas sociais, demográficos, fundiários, econômicos, políticos e culturais”. Nesse sentido, o estado de Tocantins se constitui numa territorialidade que abriga grande parte desses processos, mas ainda é materialização de coexistências possíveis – já que a fronteira não deixa de existir por ser essencialmente um processo incompleto, não consolidado, em que as margens do sistema persistem.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. W. *Minima moralia – reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo. Ática, 1992.

AIRES, B. F. C. **A expansão da fronteira agrícola no Tocantins**. Revista produção acadêmica n3. UTF. Porto Nacional, 2007, p. 40-46.

AJARA, C, FIGUEREDO, A. H., BEZERRA, V. M. C., BARBOSA, J. G. **O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 53 (4): 5 - 48, out./dez. 1991.

ALMEIDA, A. W.B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. PGSCA-UFAM, Manaus, 2008.

ALMEIDA, Anna L. Ozório de, DAVID, Maria B. de A. **Tipos de Fronteira e Modelos de Colonização da Amazônia: revisão da literatura e especificação de uma pesquisa de campo**. Textos para discussão interna n°38. Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, 1981.

ALMEIDA,A. L.O., SANTOS,A. M. S., ALVES, A.F, MORAIS, M. P. **A Colonização Sustentável da Amazônia**. Textos para discussão n°266. Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, 1992.

ALMEIDA, A. **Hidrovia Tocantins-Araguaia: importância e impactos econômicos,sociais e ambientais segundo a percepção dos agentes econômicos locais**. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2004.

ALVES, V. E. L. **Región Centro-Norte de Brasil: dinámicas territoriales recientes en el campo y en la ciudad**. Cuadernos de Geografía. | Revista Colombiana de Geografía, Vol. 23, n.º 1.Bogotá, p. 47-60, 2014.

ALVES, Vicente E. L. . **As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins**. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO Filho, José Bertoldo. (Org.). A territorialidade do capital. Geografias da soja II. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009, v. , p. 151-175.

ALVES, V. E. **Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses**: Formação Territorial do Império do Agronegócio. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006.

ANA, Agência Nacional das Águas. **Agricultura irrigada**: cartilha de procedimento para obtenção de uso da água (versão preliminar). Brasília, 2005.

ANTAS JR., R. **Território e Regulação** - espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Humanitas, 2005.

AUTOS da devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739): fac-similes e transcrições paleográficas. Manaus: Universidades do Amazonas, 1986.

BARRAZA DE LA CRUZ, B. C. **Contribuição para a análise da competitividade da soja em grãos**: uma aplicação do modelo de equilíbrio espacial ao estado de Tocantins. Tese de Doutorado – Departamento de Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2007.

BASTIDE, Roger. **Brasil: terra de contrastes**. Difusão Européia do livro. São Paulo, 1959.

BECKER, B. & EGLER, C. Brasil: **Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1994.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia**. Revista de Estudos Avançados. No 19(53). São Paulo, p.71-86, 2005.

BECKER, B. **Tendências de Transformação do Território no Brasil. Vetores e circuitos**. Revista Território. LAGET, UFRJ. Vol.1, nº 2 (jan/jun). Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1997.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BERNARDES, J. A. & FREIRE FILHO, O.(orgs.) **Geografias da Soja: A Territorialidade do Capital**. Rio de Janeiro. Arquimedes Edições, 2009.

BERNARDES, J. A. e ARRUZO, R. C. **Novas Fronteiras da técnica no Vale do Araguaia**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2006.

BERNARDES, J. A. & FREIRE FILHO, O.(orgs.) **Geografias da Soja: BR-163: Fronteiras em Mutação**. Rio de Janeiro. Arquimedes Edições, 2005.

BRANCO, J. E. H.; CAIXETA FILHO, J. V.; XAVIER, C.E.O; GAMEIRO, A.H.; PAES, W.H.M.; BARRAZA DE LA CRUZ, B.C. **Otimização Logística Para o Transporte Multimodal de Safras Agrícolas pelo Corredor Centro-Norte: Desenvolvimento e Aplicação De Modelo Matemático**. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 7, n. 14, jan./jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional, Agência Nacional de Águas – ANA. **Agricultura Irrigada**. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório Final do Parque Nacional do Araguaia**. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Agência de Cooperação Internacional do Japão. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados**. Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral, Nº 48. Brasília, 2002.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo Parque Nacional do Araguaia – TO**, Brasília, 2001.

BRASIL. Projeto de Lei Complementar (PLP) 228/2012, de 26 de março de 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

BRITO, E. P. **A construção de Palmas no final da década de 80. Uma conciliação ou um rompimento dos pactos de poder da elite agrária?** Novos Cadernos NAEA, v. 13, n. 2, p. 187-218, dez. 2010.

CAMPOS, S. Discurso proferido no Congresso Nacional em 4 e 5 de abril.1972

CASTILHO, M. W. V.; CASTRO, J. G. D. **Do Sertão à Periferia: a expropriação camponesa pela expansão da Soja. O caso da Serra do Centro em Campos Lindos (TO).** Araguaína:FASE, (Relatório Técnico), 2006.

CASTILLO, R. **Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros.** In: Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas. Outras Expressões. São Paulo, 2011.

CASTILLO, R. A . **Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro.** Investigaciones Geográficas. Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México, México DF, n. 55, p. 79-96, 2004.

CASTILLO, R. A. ; FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo.** Sociedade & natureza (UFU. Online), v. 22, p. 461-474, 2010.

CASTILHO, A. L. **Partido da terra: como os políticos conquistaram o território.** São Paulo, Editora Contexto, 2012.

CASTILHO, M. A. **Determinantes do valor da terra no Mato Grosso do Sul.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CAVALCANTE, M. do E. S. R. **O discurso autonomista do Tocantins.** EDUSP, Goiânia, 2003.

CIFUENTES, J. E. M. **Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos –Tocantins.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais, 2013.

CLEEF, E. **Hinterland and Umland**. Geographical Review Vol. 31, No. 2. American Geographical Society, Apr. p. 308-311, 1941. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/i210684> . Acessado dia 06/09/2013.

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Acompanhamento da safra brasileira de grãos, v. 1 - Safra 2013/14, n. 3 - Terceiro Levantamento, Brasília, p. 1-72, dez. 2013

COELI, C. C. M. **Análise da demanda por transporte ferroviário**: o caso do transporte de grãos e farelo de soja na Ferro-Norte. Dissertação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto COPPEAD de Administração, 2004.

CONORTE, Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano. 26º lançamento do Manifesto do Movimento Emancipacionista de Porto Nacional. Brasília, DF, 13 de maio de 1982.

COUDREAU, Henri Anatole. **Voyage au Tocantins - Araguaya : 31 decembre 1896 - 23 mai 1897**. A Paris: Lahure, 1897.

COUDREAU, Henri. **Voyage entre Tocantins et Xingu 3 Avril 1898 - 3 Novembre 1898**. Ouvrage illustré de 78 vignettes et de 15 cartes. Paris, A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1899.

CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. 6ª.ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CORREA, R. L.. **A rede urbana**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

DAVID, Maria B. de A. **O Papel Atual da Fronteira Agrícola**. Textos para discussão interna nº63. Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, 1984.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio – meio século de mudança cíclicas (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DIAS, L. C. E. R. L.; SILVEIRA, R. L. (Org.). **Redes, Sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2005.

DOLES, D. E. M. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. [Goiania]:Oriente, 1973.

ELIAS, D. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, ANPUR, v.13, n.2. 2011.

ELIAS, D. **Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XII, núm. 270 (74), 2008.

ELIAS, D. **O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional**. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.. 1ed.Rio de Janeiro: EdUERJ, v. , p. 49-66, 2007.

ELIAS, D. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, núm. 218 (03), 2006^a.

ELIAS, D. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Revista NERA Presidente Prudente. Ano 9, no 8 , jan/jun, p-29-51, 2006b.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo. Edusp, 2003.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2. ed. rev. Belém: UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1999.

FERNANDES NETO, O. **Rio Tocantins Ilustrado**. Brasília: Edição do autor, 2012.

FIRMINO, E. P. de M. (orgs) **Tocantins do passado: (Re)construído e o do presente em construção: história, escola, universidade e conhecimento**. Editora da UCG, Goiânia, 2009.

FNP, AGRIANUAL. **Anuário da agricultura brasileira**. São Paulo: FNP Consultoria e Comércio, 2000 -2014.

FRANÇA, A. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. v. 3 .Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

FREDERICO, S. **O Novo Tempo do Cerrado: expansão e controle dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. São Paulo. Annablume; FAPESP. 2010.

FORNARO, A. C. **Logística e Agronegócio Globalizado No Estado De Tocantins: Um Estudo Sobre a Expansão das Fronteiras Agrícolas Modernas no Território Brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, 2012.

POWERAKER, J. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 1, p. 5-19, 1992.

GONÇALVES, C. W. P. “Navegar é preciso; viver não é preciso”: estudo sobre o Projeto de Perenização da Hidrovia dos Rios das Mortes, Araguaia e Tocantins. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.167-213, 2000.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo. Loyola, 1994.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HÉBETTE, JEAN. **Cruzando a Fronteira**: 30anos de estudo do campesinato na Amazônia, v.1. Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento. Belém. EDUFPA, 2004.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1984.

IANNI, O. **Estado e Planejamento**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1971.

IBGE. **Geografia do Brasil, região centro-oeste**. Diretoria de Geociências, Vol. 1. Rio de Janeiro, 1988.

IBGE. **Censo Demográfico** 1940-2010. Disponível em <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>. Acessado dia 04/10/2013.

INOCÊNCIO, M. E. **A dimensão geopolítica da fronteira agrícola no cerrado**. Encontro de Geógrafos de America Latina. Peru, 2013.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

LENCIONI, S. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. *Confins* (Paris), v.14, p.1-17, 2012.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4^e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

LIMA, L. C. VASCONCELOS, T. S. L. e FREITAS, B. M. C. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: Ed. UECE, 2011.

LIMA, V. M. ; COSANDEY, J. V. J. . **Trabalho escravo no agronegócio da soja no cerrado brasileiro**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Minas Gerais. Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, 2012.

LIRA, E. R. **A gênese de Palmas - Tocantins: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia legal**. Goiânia, GO: Kelps, 2011.

LIRA, E. R. **A frente pastoril e a (des)organização dos territórios indígenas no sul do Maranhão e no antigo norte de Goiás**. *Revista Plurais*, Anápolis, v. 1, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br>>. Acesso em: 23/06/ 2014.

LOCATEL, C. CHAPARRO, J. **Panorama de la agricultura informatizada en Brasil.** *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2004, vol. VIII, núm. 170 (17). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-17.htm>> Acessado em 12/02/2104.

LOPES, A. P. **Escravidão por dívida no Norte do Tocantins:** vidas fora do compasso. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009.

MACHADO, L. O. **O controle intermitente do território amazônico.** In: Território/AGET, UFRJ, nº 2, vol.1 – jan/jun, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

MACHADO, L, O. **A fronteira agrícola na Amazônia brasileira.** Revista Brasileira de Geografia, vol. 54, n.2, 1992.

MARTINS, J. S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.

MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira.** Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, 1996.

MARTINS, J. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. Petrópolis. Hucitec, 1994.

MARX, K. **Grundrisse:** Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. Boitempo Editorial, 2011.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas.** 5ª edição. São Paulo. Paz e Terra, 1986.

MARX, K. **O Capital** Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAZZALI, L. **O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial:** do Complexo à Organização “em Rede”. São Paulo: UNESP, 2000

MONBEIG. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

- MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N.; BARBOSA, E. J. da S. **Fronteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia oriental brasileira.** GEOgraphia, Vol. 13, nº 26, p.37-65, 2011.
- MORAES, A. C. R. **O Sertão: um outro geográfico.** Revista Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.
- MORAES, Antonio C. R. **Território e História no Brasil.** São Paulo, Hucitec. 2002.
- MOURA, I. G. **De Belem a S.João do Araguaia : Valle doRio Tocantins.** Rio de Janeiro, RJ; Paris: H. Garnier, 1910.
- MOURA, M. M. **Martins:** pessoa de pensar. Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais, n. 39, pp. 63-77, 2013.
- MOURA, M. M. **Os deserdados da terra:** A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC/PUC-SP, 1989.
- NASCIMENTO, J. B. **Processo de Emancipação dos Municípios do Tocantins.** REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1671-1685, 2013.
- NETO, N. B. Empreendedores buscam oportunidades em Palmas (TO). Jornal Folha de São Paulo. 17/03/2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/03/1247333-empresarios-buscam-oportunidades-em-palmas.shtml>.
- NOGUEIRA, C. E. **A conquista do Brasil Central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX.** Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (9). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-9.htm>>. Acessado em 12/07/2013.

NOLETO JÚNIOR, S. **Avaliação ambiental estratégica do conjunto de projetos hidroagrícolas localizados na planície do Araguaia, Estado do Tocantins.** Palmas: UFT, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira.** In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. Actas do XII Colóquio. Barcelona: Geocrítica, v. 1. p. 1-15, 2012.

OLIVEIRA, A. U. . **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.** 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A Amazônia e a nova Geografia da produção da soja.** Terra Livre, v. 26, p. 13-43, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** Estudos Avançados nº15 (43), 2001.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Brasileira: transformações recentes.** In: ROSS, J. (org.). Geografia do Brasil. 2ª. Edição. São Paulo: Edusp, 1998.

OLIVEIRA, A. U. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência.** São Paulo: USP – FFLCH. Tese de Livre Docência em Geografia, 1997.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Brasileira Transformações Recentes.** In: Jurandyr Luciano Sanches Ross. (Org.). GEOGRAFIA DO BRASIL. SÃO PAULO: EDUSP, p. 465-523, 1996.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo. Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, M. F. **Cidades ribeirinhas do Tocantins: identidades e fronteiras.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Goiânia, 2007.

OLIVEIRA, R. **O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE (1981-1988)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 1998.

OSÓRIO, C. **Migrações recentes e desenvolvimento**. In: Revista Pernambucana de Desenvolvimento 5(2), jul/dez. Recife, p.217-233, 1978.

PACHECO, C. A. **Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional**. Economia e Sociedade, Campinas, (6), p. 113-140, 1996.

PEDROSO DA SILVA, A. R; ALMEIDA, M. G. **O agronegócio e o estado do Tocantins: o atual estágio de consolidação**. Caminhos da Geografia. Uberlândia, v.8 n° 21, p.28-45, 2007.

PIMENTEL, M. A. G.; FONSECA, M. J. de O. **Cultivo do milho**. Embrapa Milho e Sorgo. Sistema de Produção, 1. 7ª edição Set./2011. Versão Eletrônica disponível em http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho_7_ed/colsecagem.htm. Acessado em 14/05/2014.

RAMA, A. **A Cidade das Letras**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1985.

REYDON, B. e PLATA, L. **A Ampliação do Acesso a Terra e o Imposto Territorial Rural**, XXII. Encontro Nacional da ANPEC, 1995.

RODRIGUES, L. **O rio dos Tocantins**. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1978.

RODRIGUES, W; VASCONCELOS, S.J.; BARBIEIRO, A. K. **Análise da efetividade socioeconômica do Prodecir III no município de Pedro Afonso, Tocantins**. Pesquisa Agropecuária Tropical, Goiânia, v.39, n4, p.301-306, out./dez. 2009.

SADER, M. R. de C. T. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. Tese (Doutorado). São Paulo, USP, 1986.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 2009.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4a. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **O Espaço dividido**. Edusp. São Paulo. 2ª Edição, 2004.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo. Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo. Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Economia Espacial**. Hucitec, 1979.

SILVA, C. A. F. **A Fronteira Agrícola Capitalista da Soja na Amazônia**. Revista Sociedade Brasileira de Geografia, 2006. s/p. Disponível em http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/carlos%20a%20f%20silva.html
Acessado dia 01/11/2013.

SILVA, E, M da. **Subsídios para Análise dos Impactos da Ferrovia Norte-Sul no desenvolvimento dos municípios do Tocantins** – o caso de Aguiarnópolis. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2010.

SILVA, J. F. G. **Do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: _____. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Unicamp. I.E., 1998.

SILVA, J.F. G. **A modernização dolorosa** – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, L, O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 2ª Ed. Campinas. Editora da UNICAMP, 2008.

SILVA, L, O. **Acre em dois tempos: a luta pela terra na fronteira Ocidental**. In: E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos. Campinas: UNICAMP, p.70-103, 2007.

SILVA, M. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954-1964)**. Goiânia, Tese de Doutorado. Cegraf-UFG, 1996.

SOARES, G. A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difel, 1973.

SILVA NETO, S. P. da; SILVA, S. A. da. **Plantio da soja na época certa**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010. Disponível em: <http://www.cpac.embrapa.br/noticias/artigosmidia/publicados/254/>. Acesso em: 11/11 2013.

SOUZA, J. G. **A Questão Indígena: Acumulação por Espoliação e Monopolização do Território** (A economia política do agronegócio). Prim@ Facie, v. 12, p. 01-42, 2014.

SOUZA, J. G. **Limites do Território** (2011). Agrária (São Paulo. Online), v. 10/11, p. 99-130, 2009.

SOUZA, J. C. **Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)**. São Paulo: Alameda, 2008.

SPOSITO, M. E., WHITACKER, A. M.(orgs) **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

SKIDMORE, T. **Brasil de Getúlio a Castelo**. Rio e Janeiro. Paz e Terra. 1982.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. **Matuchos: Exclusão e Luta** (Do Sul Para A Amazônia Ocidental). PETRÓPOLIS: VOZES, 1993.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Desajuste Global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1993.

TEIXEIRA, L. F. C. **A formação de Palmas**. In: Dossiê cidades planejadas na hinterlândia. Revista UFG, ano XI nº 6, p.91-99, 2009.

TOCANTINS, Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Estado do Tocantins- **PRODOESTE**- Bacia dos Rios Pium e Riozinho. Governo do Estado do Tocantins, Palmas – TO, 2012

TOCANTINS, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário. **Tocantins: Vantagens Produtivas, Potencial de Produção**. Palmas, TO. 2012a.

TOCANTINS, Secretaria da Fazenda. Diretoria de Informações Econômico- Fiscais. **Exportação do Estado do Tocantins por Principais Empresas Exportadoras e Faixas**, 2005- 2011. Palmas, TO. 2012b.

TOCANTINS. Secretaria de Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Atlas do Tocantins**: Subsídios ao Planejamento da Gestão Territorial. Palmas-TO. 2012c.

TOCANTINS, Governo Estadual. **Mapas do Tocantins**. Secretaria de Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário. 2011.

TOCANTINS. Secretaria de Irrigação; Ministério da Integração Regional. **Estudo de pré-viabilidade para aproveitamento hidroagrícola do projeto Javaés**. Relatório Final, v.2 1995.

TOCANTINS, Secretaria de Recursos Hídricos. **Programa de perenização das águas do Tocantins** – PROPERTINS, Palmas-TO, 2004 (informações técnicas).

TOCANTINS. Decreto nº 436 de 8 de maio de 1997.

TOCANTINS. Decreto nº 315 de 30 de agosto de 1996.

VELHO, O. G. **Frente de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1972.

VENCOVSKY, V. P. ; CASTILLO, R. A. **Sistema ferroviário pós-privatização e fluidez corporativa**: o movimento de produtos agrícolas no território brasileiro. Geosp, v. 21, p. 119-134, 2007.

VIEIRA, Alberto, 2013, Bibliografias-Fronteira, Funchal, CEHA. Disponível em: http://www.academia.edu/3187587/Bibliografias-Terra_de_Fronteira. Acessado em 14/10/2013.

VIEIRA, M. Ferrovia Norte-Sul em Colinas já carrega 50mil toneladas de soja por mês. SECOM-TO. Disponível em <http://secom.to.gov.br/noticia/2011/5/23/ferrovia-norte-sul-em-colinas-ja-carrega-50-mil-toneladas-mes/>. Acessado em 10/01/2014.

VIELLA, A. e SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945**, IPER- INPES: Monografia N^o 10, 1972.

VENCOVSKY, V. P. **Sistema ferroviário e o uso do território brasileiro**: uma análise do movimento de produtos agrícolas. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas. 2006.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

SITES CONSULTADOS:

<http://ceasa.to.gov.br/demanda-mensal/50>

<http://informaecon-fnp.com/noticia/8936>

<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1339179754.pdf>

<http://www.agbrazil.com/p/index.htm>

<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/consultar>

<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/09/assentados-do-tocantins-investem-na-apicultura-e-criam-marca-propria>

<http://www.bunge.com.br/Imprensa/bunge-inaugura-usina-em-pedro-afonso-to>

<http://www.bunge.com.br/Imprensa/senai-tocantins-e-bunge-assinam-termo-de-cooperacao-na-usina-pedro-afonso>

<http://www.coapa.com.br/site/>

<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1409&t=2>

<http://conexaoto.com.br/tag/apicultura>

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=to>

http://www.incra.gov.br/images/arquivos/planilha_ref_preco_terras_incra_mt_2010.pdf

<http://www.portalct.com.br/negocios/2013/08/09/56051-mesa-brasil-recebe-100-toneladas-de-arroz-da-conab>

<http://www.portalct.com.br/n/54a4670cf2b2bcc6e4284241a72bb6eb/prodoeste-fara-barramentos-em-6-rios-para-implanta/>

<http://www.ogirassol.com.br/materia.php?u=iraja-abreu-solicita-recursos-para-o-prodoeste-ao-ministro-da-integracao-nacional>

http://cangalhareporter.blogspot.com.br/2011_10_01_archive.html

<http://conexaoto.com.br/2013/02/02/ministro-espanhol-visita-projeto-formoso-e-ressalta-produtividade-tocantinense>

<http://conexaoto.com.br/2012/06/27/comissao-do-senado-aprova-financiamento-de-us-99-milhoes-do-bid-para-o-prodoeste>

<http://conexaoto.com.br/2012/09/06/adapec-monitora-lavouras-de-regiao-que-recebera-r-99-milhoes-em-investimentos>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/03/1247333-empresendedores-buscam-oportunidades-em-palmas.shtml>

<http://www.portalct.com.br/estado/2009/06/22/15848-governo-prestigia-reinauguracao-de-usina-de-beneficiamento-de-arroz-em-formoso/imprimir>

<http://www.redeto.com.br/noticia-6616-apicultura-tocantins-produz-200-toneladas-de-mel-anualmente.html#.UuplCj1dX5Y>

<http://www.scotconsultoria.com.br/>

http://www.senado.leg.br/comissoes/cma/ap/AP20090428_MP458_CNA.pdf

<http://www.seplan.to.gov.br/Portal/governo/geo/mapas>

http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/Publicacoes/MAPAS_2012/Potencialidade_Uso_Terra_TO_2012.pdf

http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/Publicacoes/MAPAS_2012/RegionalizacaoClimatica_TO_2012.pdf

http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/Publicacoes/MAPAS_2012/Solos_TO_2012.pdf

http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/Publicacoes/MAPAS_2012/Erodibilidade_TO_2012.pdf

<http://www.terrasbahia.com.br/>